



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Francisco Ribeiro da Silva

**A CONTRIBUIÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NA RECONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE RELIGIOSA DO MIGRANTE NORDESTINO NA CIDADE DE
BOA VISTA/RR NO PERÍODO DE 1980 A 1985.**

Recife - 2015

Francisco Ribeiro da Silva

**A CONTRIBUIÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NA RECONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE RELIGIOSA DO MIGRANTE NORDESTINO NA CIDADE DE
BOA VISTA/RR NO PERÍODO DE 1980 A 1985.**

Dissertação apresentada como requisito obrigatório para
obtenção do grau de Mestre em Ciências da Religião da
UNICAP - 2015, sob orientação do Prof. Dr. Sérgio
Sezino Douets Vasconcelos.

Recife – 2015

ÍNDICE

Introdução	7
1. Contextualização do movimento migratório no Brasil e em Roraima.....	10
1.1. O processo histórico do movimento migratório em Roraima nos anos de 1980.....	14
1.2. O fluxo migratório de populações do Estado do Maranhão em direção a Roraima entre os anos de 1980 a 1985: motivações e utopias.....	26
2. A ação da Igreja Católica Apostólica Romana em Boa Vista/RR e o seu projeto de evangelização frente ao desafio das migrações.....	41
2.1. O modelo de evangelização tradicional da Igreja Católica Apostólica Romana e o seu redirecionamento a favor dos pobres.....	43
2.2. A organização pastoral da comunidade católica do bairro Asa Branca na década de 1980.....	56
3. A contribuição da Igreja Católica em Boa Vista/RR na reconstrução da identidade religiosa do migrante maranhense.....	71
3.1. O papel da religião na reconstrução de sentidos do grupo humano.....	71
3.2. A estrutura de plausibilidade recriada pelo migrante, na reconstrução do novo nomos.....	86
Conclusão.....	102
Referências.....	106
Anexos.....	109
Apêndices.....	131

Resumo:

A presente dissertação aborda o papel que a Igreja Católica Apostólica Romana desempenhou na reconstrução de sentidos para migrantes nordestinos tendo em vista o estabelecimento de um novo nomos com a conseqüente recriação de uma estrutura de plausibilidade, considerando o projeto de evangelização eclesial frente aos desafios da migração posto em prática no bairro Asa Branca, cujas análises se fazem com base nas teorias consagradas no campo religioso, tendo como expoente Peter Berger. Nessa abordagem, consideramos como se deu o processo histórico do movimento migratório no Brasil e, concomitante a isso, o que motivou o fluxo migratório de populações do Estado do Maranhão em direção a Roraima entre os anos de 1980 a 1985. A priori registramos que tal esforço da comunidade católica naquele bairro gerou um movimento de acomodação social e ao mesmo tempo de contestação por parte do grupo migrante frente às adversidades como o desemprego, condições precárias de moradia, de transporte público, falta de creches e postos de saúde destacando-se aí o protagonismo das mulheres. No capítulo 1 fazemos uma abordagem sobre o processo de migração no Brasil e em Roraima, com ênfase no deslocamento de pessoas do estado do Maranhão para essa região para, no capítulo 2, apresentarmos as estratégias da Igreja Católica no acolhimento ao migrante no bairro do Asa Branca. No capítulo 3 caracterizamos essa ação da Igreja frente ao desafio do estabelecimento de uma estrutura de plausibilidade para o migrante, que assume aquela terra como sua nova “pátria”.

Plavras Chave: Igreja Católica, Migração, Nomos, Estrutura de plausibilidade, Campo religioso.

Abstract:

This dissertation addresses the role that the Roman Catholic Church has played in rebuilding senses to northeastern migrants in order to establish a new “nomos” with the consequent re-creation of a plausibility structure, considering the project ecclesial evangelization facing the challenges of migration put in place in Asa Branca neighborhood, whose analyzes are made based on the theories enshrined in the religious field, with the exponent Peter Berger. In this approach, consider how was the historical process of migration in Brazil and, concurrent with this, which led to the migration of the State of Maranhão populations toward Roraima between 1980 and 1985. A recorded priori that such effort of the Catholic community in that neighborhood generated a social movement of accommodation and at the same time challenged by the migrant group front to the adversities such as unemployment, poor housing conditions, public transportation, lack of childcare and health centers standing out there the role of women. In chapter 1 we make an approach to the migration process in Brazil and Roraima, with an emphasis on shifting Maranhão state people to this region to, in Chapter 2, we present the strategies of the Catholic Church in welcoming the migrant in Wing neighborhood white. In chapter 3 we characterize this church action against the challenge of establishing a plausibility structure for the migrant, who takes the land as their new "homeland".

Keywords: Catholic Church, Migration, “Nomos”, plausibility structure, religious field.

Introdução

Frequentemente nos questionamos sobre a velocidade das transformações que ocorrem nas sociedades ditas pós-modernas e sobre os impactos causados na vida das pessoas, provocando mudanças nas estruturas sociais e no modo de pensar dos grupos humanos. Percebemos que de algum modo um contraponto se estabelece, sobretudo alavancados por instituições que se colocam como guardiãs do arcabouço ético e moral para a preservação dos valores tradicionais e que sustentam a sociedade, como é o caso das religiões cristãs, ao assumirem um discurso mais conservador em relação a essas mudanças, propondo uma reflexão, pautada na ética e na moral cristã, chegando a haver um certo consenso entre essas várias denominações no que tange a negação de uniões homoafetivas, aborto, divórcio, manipulação genética, para dar alguns exemplos.

Assim, despertou-nos o interesse em investigar como a Igreja Católica Apostólica Romana tratou da questão da migração em massa de populações oriundas da Região Nordeste do Brasil na década de 1980, considerando-se as implicações nos contextos político, social, econômico e particularmente, no campo religioso. Partindo dessa indagação inicial nos propomos a analisar o papel da Igreja católica na reconstrução da identidade religiosa dos maranhenses que migraram para Boa Vista/RR e se fixaram no bairro Asa Branca na primeira metade da década de 1980, constituindo-se assim o nosso objetivo primeiro. Tal recorte deu-se, sobretudo em função da estratégia adotada pelos governantes do Território de Roraima à época, e que consistiu na criação de bairros novos para abrigar os migrantes, sendo o bairro Asa Branca aquele para onde foram alocadas, em sua grande maioria, famílias oriundas do estado do Maranhão, sendo nesse aspecto, uma população quase que homogênea, dada essa característica organizacional local, importando-nos desvelar o modelo de evangelização adotado pela Igreja Católica Apostólica Romana, conforme suas tendências internas, disso resultando um tipo de evangelização para a submissão ou para a promoção da autonomia desse povo.

Para o enfrentamento da questão proposta, objeto da pesquisa, propusemo-nos fazer uma abordagem a partir da Análise de Conteúdo por considerar essa metodologia pertinente, dado nossa intenção de trabalharmos com relatos orais a partir da aplicação de entrevistas semi-estruturadas, conduzidas a partir de um roteiro básico, seja a

Agentes de Pastoral representantes da Igreja Católica Apostólica Romana, seja a migrantes maranhenses residentes no bairro Asa Branca que fizeram a experiência migratória para Roraima na primeira metade dos anos de 1980. Essa metodologia, aplicada tanto às análises quantitativas como às qualitativas em pesquisas científicas no campo social, possui técnicas bem definidas, conforme destaca Bardin

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis [...] que se aplicam a <discursos> (conteúdos e continentes) extremamente diversificados [...]. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objectividade e da fecundidade da subjectividade. (BARDIN, 1977, p.9).

Dentre os Agentes de Pastoral representantes da Igreja aqui denominada, optamos por entrevistar as freiras Ir. Maria Ferreira da Silva e Ir. Elisa Pandiani sendo a primeira constituída pelo Bispo Diocesano como responsável pela Área de Evangelização denominada Diaconia São Bento, cuja territorialidade estava circunscrita aos bairros da Liberdade, dos Buritis e do Asa Branca criados para abrigar o povo migrante, cada um deles com uma freira responsável direta da evangelização, ficando Ir. Elisa Pandiani à frente dos trabalhos de formação da comunidade católica no bairro Asa Branca. Quanto aos migrantes, aplicamos a entrevista semi-estruturada a 12 (doze) pessoas remanescentes desse processo migratório. As entrevistas foram elaboradas visando coletarmos informações pertinentes ao objeto da pesquisa, gravadas em meio magnético, transcritas e analisadas a partir do instrumental da análise de conteúdo.

Fundamentamos nossa pesquisa em Berger, Luckmann e em Geertz, autores que são referência para estudos envolvendo a questão da religião e sua influência enquanto aparelho legitimador das instituições sociais determinantes para que os grupos humanos possam construir sistemas plausíveis para suas existências diante da permanente ameaça da perda da identidade¹ a que Berger se refere como “anomia social”. Esse aparelho legitimador, nos conceitos de Berger e Luckmann é determinante para a reafirmação da nova realidade vivida pelos indivíduos de um grupo humano que passaram por uma experiência de mudança, como no caso o migrante, ao mesmo tempo negando a realidade anterior. Nessa mesma linha de pensamento nos apoiamos em Geertz para

1 Nossa abordagem sobre identidade circunscreve-se dentro dos parâmetros adotados por Peter Berger, em seus estudos no campo religioso, para quem a perda da identidade gera anomia.

quem o sentido da crença e da prática religiosa constituem-se em elementos para a construção de sentidos.

Em nossa dissertação, estruturada em três capítulos, descrevemos como se deu esse processo migratório em direção a Roraima e as implicações resultantes da interação do migrante com o novo ambiente sócio-cultural, político e econômico bem como sobre a ação da Igreja Católica Apostólica Romana voltadas para eles. Assim, no primeiro capítulo apresentaremos o fluxo migratório de populações maranhenses que migraram para Roraima entre os anos de 1980 a 1985, suas motivações e utopias, dentro do contexto do movimento migratório no Brasil dos anos de 1980.

A caracterização da estratégia utilizada pela Igreja Católica Apostólica Romana na comunidade do bairro Asa Branca como nicho de reconstrução da identidade religiosa para os migrantes, com a abordagem do projeto evangelizador frente aos desafios da migração constitui-se objeto de reflexão proposto no segundo capítulo.

No terceiro capítulo fazemos uma análise da ação da Igreja Católica acima nomeada quanto a reconstrução da identidade religiosa, problematizando a função da religião na reconstrução de sentidos da população migrante radicada no bairro Asa Branca bem como sobre a estrutura de plausibilidade recriada pelo migrante na reconstrução de sua própria identidade, apresentando, por fim, nossas considerações finais sobre a ação da Igreja Católica Apostólica Romana quanto a reconstrução da identidade religiosa dos maranhenses que migraram para Boa Vista/RR e se fixaram no bairro Asa Branca na primeira metade da década de 1980.

1. Contextualização do movimento migratório no Brasil e em Roraima

Desde os seus primórdios, Roraima foi considerado pelas missões evangelizadoras católicas romanas europeias, terra de missão, ou seja, um vasto território para onde deveriam ser deslocados missionários para evangelizar os povos aborígenes e as populações não indígenas. Dessa forma, os missionários europeus vão se revezar nesse empreendimento evangelizador a partir do século XVII na região amazônica, dentro dos limites da colônia portuguesa. Durante três séculos, a ação desses missionários constituiu-se em evangelizar os povos indígenas, buscando conhecer a língua e compreender os costumes desses povos nômades, constituídos em tribos, vivendo daquilo que a floresta oferecia: a caça, a pesca, a coleta de frutos (Neto, 2000).

Com a chegada dos primeiros colonizadores no final do século XVII, instalam-se na região os fazendeiros de gado bovino, ocupando as terras onde habitavam os índios. Esses colonizadores vão constitui-se em uma rede de apoio aos missionários que passam a utilizar as sedes das fazendas para reunir a população não indígena para as celebrações litúrgicas, participando também os povos indígenas residentes nas proximidades.

Conforme Neto “os Jesuítas foram os pioneiros da presença religiosa cristã na Amazônia portuguesa[...] por volta de 1657”. Quando a presença dos frades Carmelitas, essa se efetiva sobretudo a partir de 1839. Confiada a Frei José dos Inocentes, os missionários atuavam junto estribos Macuxi, Wapixana, Saparás, Punecutús, Anhuaques, reunindo mais de 2000 indígenas (Neto, 2000).

Entretanto, Boa Vista era a vila que concentrava o maior núcleo populacional, o que foi objeto de uma atenção especial por parte dos missionários que, a partir do ano de 1909, com o estabelecimento dos Beneditinos, criaram além da Igreja Matriz, duas escolas e um hospital para o atendimento do povo (Neto, 2000).

A partir de 1948, com a saída dos Beneditinos, a congregação italiana do Instituto Missionário da Consolata assume a evangelização no Vale do Rio Branco, fortalecendo as ações já desenvolvidas pelos Beneditinos e ampliando o campo de ação

também na área social – eles vão estabelecer escolas profissionalizantes na Capital Boa Vista (Ver APÊNDICE 3).

À medida que cresce o fluxo migratório na cidade, surge também conflitos entre índios e fazendeiros por conta da posse da terra. Essa nova situação vai resultar numa tomada de posição da Igreja Católica Apostólica Romana em Roraima, seja na defesa do direito à terra aos povos indígenas, seja na acolhida dos povos migrantes que provocam um elevado crescimento populacional em Boa Vista em poucos anos. Esses novos desafios vão modificar a forma de evangelizar da Igreja Católica Romana local até aquele momento, alçando-a para o enfrentamento das questões sociais mais prementes, seja relacionadas às populações indígenas quanto as não indígenas. É assim que a Igreja Católica Romana vai priorizar a implantação das Comunidades Eclesiais de Base no sentido de aproximar-se do povo, indo ao encontro de suas necessidades, num processo permanente de evangelização.

Os anos de 1980 representam um marco histórico para a sociedade brasileira concernente ao fim de um regime implantado em 1964 pelos militares cujo desfecho chegaria a termo no ano de 1985 com a implantação do regime democrático no país.

Assim, naquele período a sociedade brasileira vivia uma efervescência desafiadora contra os poderes opressores cujos métodos de controle envolviam a tortura e a morte, seja nas cidades, seja no campo. A perseguição política atingia de cheio os movimentos populares na zona urbana e na zona rural, eliminando fisicamente seus líderes, muitas vezes obrigando os trabalhadores rurais a abandonarem suas terras em busca de segurança em outros Estados brasileiros. A expropriação da terra e a expulsão violenta das famílias camponesas tornaram-se um método comum aos governos autoritários como forma de silenciar as manifestações populares de contestação, coagindo as lideranças populares seja pela cooptação, seja pela repressão incluindo-se aí as ameaças, as prisões arbitrárias, as invasões, a tortura e a morte de forma a silenciar possíveis denúncias contra o sistema. Carneiro e Cioccarri(2010) reconstruindo a memória daqueles tempos passados, mas ainda inconclusos fazem o seguinte relato:

[...] a violência atravessa o cotidiano dos trabalhadores no campo, mas somente em alguns momentos é rompido o silêncio em torno dela. Isso ocorre porque justamente um dos aspectos da opressão que sofre o camponês é também o esforço direcionado para silenciar a sua voz ,

para que ela não chegue aos jornais, à televisão, ao rádio, para que em torno dela não se crie uma rede de solidariedade CARNEIRO; CIOCCARI, 2010, p.19).

O termo “camponês” passou a ser utilizado pelos movimentos sociais, revestindo demandas locais traduzidas em propostas políticas que reivindicavam leis trabalhistas, acesso à previdência social, direito à posse da terra, reforma agrária, carregando assim um significado simbólico e um sentido político. Ao abordar essa questão, sobre a definição desse sujeito denominado camponês, Shanin (2005, p.15) o faz a partir de uma abordagem crítico social, explicitando que os mesmos “entram no discurso marxista como a pré-história analítica do capitalismo como sua forragem passiva dentro da “acumulação primitiva[...]”. A partir de então, passa a analisar a compreensão que se estabelece no seio dos representantes do capitalismo com relação às classes camponesas.

Os camponeses são marginalizados, a importância da agricultura camponesa dentro da economia nacional diminui, o crescimento mais lento de sua produção torna-se atrasada[...]. Eles servem ao desenvolvimento capitalista em um sentido menos direto[...] oferecendo mão-de-obra barata[...] E obviamente, eles, isto é, os camponeses, dão trabalho e problemas para os estudiosos e funcionários, que quebram a cabeça em torno “da questão do seu não-desaparecimento” (SHANIN, 2005, p. 9).

Para as lideranças militares que implantaram a ditadura no Brasil a partir dos anos de 1964, toda forma de organização social e política dos camponeses representava uma forma de “revolução” ou contra-revolução já que a verdadeira revolução fora àquela produzida por eles.

Entretanto, nas ditaduras não se aceitam as contestações, podendo recorrer-se a todos os meios para extirpar da sociedade os focos de resistência. Assim, a luta pela justiça social em confronto com a negação da mesma aos camponeses por parte dos agentes públicos faz brotar a violência no campo, a qual, por sua vez, exacerba o sentimento de resistência dos trabalhadores rurais, cujas organizações representativas surgidas ainda no período pré 1964, ganham força à medida que avança a repressão sobre elas. Em suas pesquisas, Carneiro e Ciocari (2010) elencam dezenas de nomes de trabalhadores rurais vitimados pela repressão no campo em todo o nordeste brasileiro e demais regiões de país, em sua maioria homens e mulheres ligados aos movimentos sociais contrários à opressão.

Essa situação geradora da instabilidade motivou o êxodo dos trabalhadores rurais para outras regiões do país incluindo o Território Federal de Roraima, deixando para trás suas raízes, abandonando suas terras e buscando em outros territórios as condições para sobreviver à violência, uma vez que em sua grande maioria os agricultores trabalhavam em terras arrendadas, conforme relato do sr. Antonio dos Anjos Santos segundo o qual, a motivação para seu genitor migrar com a família para Roraima, era com o intuito de realizar um grande sonho, de poder trabalhar em sua própria terra e não nas fazendas de terceiros, como ocorria em Açailândia no Maranhão (Ver APÊNDICE 15). No documento histórico denominado Brasil: nunca mais (1985) consta que “A segunda área mais duramente atingida nos primeiros tempos do Regime Militar foi o meio sindical, incluindo-se aqui um conjunto mais amplo de atividades correlatas, como ocupação de terras, Ligas Camponesas, reivindicações trabalhistas e mobilizações afins[...]” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 117).

Se aqui nos detemos em destacar a violência no campo ocorrida no estado do Maranhão, é tão somente por conta do direcionamento de nossa pesquisa. Entretanto, Carneiro e Cioccarri (2010) fazem um relato minucioso da repressão política no campo, de modo particular no nordeste brasileiro. Semelhantes relatos denunciando as perseguições e mortes na zona rural do nordeste brasileiro vem à tona em diversas outras obras como o dossiê intitulado *Assassinatos no campo, crime e impunidade*, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, prefaciado pelo advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, o qual, em tom de denúncia, destaca:

A exploração violenta e indiscriminada da terra, a expropriação das pequenas posses, a extorsão dos preços, a ausência de uma política de créditos, instituem no campo o roubo legalizado e a violência, com as constantes expulsões pela força das armas e os permanentes assassinatos dos agricultores. O homem do campo que sobrevive é forçado a se dirigir à periferia dos grandes centros urbanos onde se acotovela nas favelas e nos mocambos, no desemprego ou no subemprego. Ou se transforma nos “bóias-frias”. Ou fica girando em busca de outras terras na tentativa de reconstrução da sua agricultura de subsistência (DOSSIÊ DO MST, 1987, p.11-12).

Analisando as informações contidas no dossiê do MST(1987), no ano de 1980 consta o registro de 07 assassinatos de agricultores no estado do Maranhão, não se tendo notícias sobre a punição dos culpados (DOSSIÊ DO MST, 1987, p. 209-213); no ano de 1981, no mesmo estado, consta o registro de 03 assassinatos de trabalhadores rurais,

sendo que nenhuma providência jurídica foi tomada para punir os criminosos (DOSSIÊ DO MST, 1987, p.235-237); em 1982 foram registrados 08 assassinatos e nenhuma providência tomada pelo poder público para identificação e punição dos culpados (DOSSIÊ DO MST, 1987, p. 264-267); 08 assassinatos de trabalhadores rurais estão registrados no referido dossiê, no ano de 1983 (DOSSIÊ DO MST, 1987, p.295-298), em 03 deles foi aberto inquérito para apuração e punição dos responsáveis; já no ano de 1984 consta o registro de 12 assassinatos de agricultores no Maranhão (DOSSIÊ DO MST, 1987, p.331-336) sendo que em 10 foi aberto inquérito para apuração e o processo remetido ao judiciário; dos 17 assassinatos registrados no dossiê do MST no ano de 1985 (DOSSIÊ DO MST, 1987, p.381-389), somente em 03 deles houve apuração.

Como se pode observar, na maioria dos casos não houve intervenção do poder público no sentido de que executores e mandantes fossem a julgamento, numa clara demonstração de conivência dos poderes constituídos.

Dessa forma, para por fim aos conflitos no campo pela posse da terra e com um suposto projeto desenvolvimentista para ocupação da Amazônia, considerada um grande vazio demográfico, os governos estimularam as migrações em massa de populações empobrecidas, sobretudo nordestinas, expropriadas de suas terras e que representavam um problema de segurança nacional, para regiões de colonização em todos os estados da Amazônia brasileira, particularmente ao longo das grandes rodovias como a Belém-Brasília e a Transamazônica jamais concluída.

1.1. O processo histórico do movimento migratório em Roraima nos anos de 1980.

A política de ocupação dos Territórios Federais, dentre eles Roraima, fora idealizada como uma estratégia para a integração de todo o Território Nacional, conforme referências de Freitas em suas análises sobre essa questão específica:

Durante o período do regime militar (1964 a 1985) o Governo Federal centralizou as ações de planejamento para o país, no chamado Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Nesse período foram feitos os Planos Nacionais de Desenvolvimento, conhecidos como PNDs. Esses PNDs planejavam ações para os Territórios Federais no que se refere à ocupação com a trilogia de ocupar, desenvolver e integrar. Filosoficamente a idéia era de ocupar os espaços, principalmente os de fronteira, com homens que vinham de outras regiões do país, especialmente do nordeste; desenvolver projetos de ocupação para, futuramente, integrar à federação brasileira (FREITAS, 1996, p.47).

Esse projeto do Governo Federal para ocupação, desenvolvimento e integração dos Territórios Federais de Roraima será assumido pelo governo em Roraima de forma doutrinal, colocando em prática ações situadas dentro de um modelo excludente, pois desconsiderava as populações indígenas que habitavam a região, as quais eram vistas como um obstáculo ao desenvolvimento e que precisavam ser removidas a qualquer custo, para que o projeto de integração da região fosse concretizado, conforme relatório do Comitê Estadual de Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas, segundo o qual:

No dia 05 de setembro de 1967, o Governo biônico do Estado do Amazonas iniciou[...] a construção da BR 174, Manaus-Boa Vista, sem um contato prévio com os índios Waimiri-Atroari, cujo território a estrada partiria ao meio como se fosse um “vazio demográfico”.[...] a partir daquele momento, o Governo manteve um ambiente de invasão armada durante toda a construção da BR174[...] quando conseguiu esmagar toda a resistência daquele povo (RELATÓRIO DO COMITÊ ESTADUAL DE DIREITO À VERDADE, À MEMÓRIA E À JUSTIÇA DO AMAZONAS, 2014, p. 79-80).

Na ótica do capitalista, desenvolvimento se faz por meio da produção e do consumo e o índio, em sua cultura tradicional de subsistência, nada produz para o mercado que faça valer o reconhecimento de sua cidadania. À época, estimava-se em 30.000 indivíduos a população indígena de Roraima, com suas diferentes etnias, uma das concentrações maiores do Brasil (DIOCESE DE RORAIMA, 1980, p.36)

Um outro elemento a exigir dos governantes uma postura mais conservadora em relação às propriedades rurais com a consequente concentração de terra e portanto expulsão dos camponeses foi a implantação da agro-indústria dentro do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o qual exigiu a criação de grandes projetos

voltados para a Amazônia, dentre eles o Projeto Jari², os quais aceleraram ainda mais a concentração de terras nas mãos dos grandes latifundiários, assim destacado por Oliveira:

[...] Assim, a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários. A política de incentivos fiscais da Sudene e da Sudam foram os instrumentos de política econômica que viabilizaram esta fusão. Dessa forma, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade. O exemplo mais clássico é o famoso Projeto Jari. Implantado pelo multimilionário Daniel K. Ludwig, foi “nacionalizado” no final do governo Figueiredo, quando passou para um grupo de cerca de 25 empresas, lideradas pelo grupo Azevedo Antunes. A área ocupada, depois da criação e atuação do Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM) (3), citada em estudos publicados, tinha superfície superior a quatro milhões de hectares [...] (OLIVEIRA, 2001, p.186).

A Igreja Católica por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, se pronuncia muito fortemente contra a situação de exploração e expropriação do migrante, denuncia que se deu especialmente na Campanha da Fraternidade do ano de 1986 que teve por lema “Terra de Deus, terra de irmãos” (CNBB, CF 1986) propondo uma reflexão sobre as questões da migração e posse da terra, expondo a situação de degradação em que viviam os migrantes nos projetos de colonização:

Em 30 de novembro de 1984, o Governo militar promulga a lei do “Estatuto da Terra” [...] que valoriza a empresa moderna mecanizada a serviço da agroindústria – massacrou a pequena propriedade e valorizou a empresa rural e o latifúndio. Na tentativa de esvaziar as áreas de tensão e de conflito, encaminhou-se a população camponesa para projetos de colonização em Mato Grosso, Amazonas, Rondônia e Acre [...] mas a maioria das colonizações oficiais não teve êxito. Os colonos[...] não encontraram o que lhes fora prometido. E pressionados pela fome, pela malária, pela falta de assistência médica, de escolas e de estradas, muitos deles foram obrigados a desistir (CNBB, CF 1986, n. 60).

² Projeto localizado no Estado do Pará, na margem direita do rio Jari, e foi iniciado em 1967 com o principal objetivo de substituir a floresta tropical heterogênea por uma plantação homogênea de *Gmelina arbórea*, espécie asiática aclimatada na África, de onde vieram as sementes plantadas no Brasil. Disponível em:< www.leonamsouza.com.br/04jari_arquivos/04jari.htm>. Acesso em 12/06/2015.

Pelas razões expostas que causaram o fracasso no projeto de ocupação e desenvolvimento das regiões do Norte e do Centro-Oeste do Brasil, Roraima vai se tornar o próximo destino dos agricultores que passarão a se dirigir em massa para essa nova fronteira agrícola, com o incentivo dos governantes locais. No entanto, o que se viu foi a reprodução das práticas já adotadas pelo poder público em outras regiões com relação ao povo migrante. Nessa mesma linha de pensamento, Freitas(1996) faz referência ao modelo de práticas agrícolas adotadas em Roraima, classificando-as como rudimentares, com baixo nível tecnológico, já que os colonos dispunham de pouco capital. Assim o ciclo consistia em broca, derrubada, queima, encoivramento e plantio, sobretudo na zona da floresta e ao longo das rodovias federais BR 174 e BR 401, o que levava a degradação do solo e sua consequente exaustão, produzindo-se um desequilíbrio ecológico que afetava diretamente o homem que o produzia, não por gosto mas por falta de opções, dadas as condições que a ele foram impostas.

O envolvimento da Igreja Católica Apostólica Romana com as questões sociais promoveu um clima de antagonismo com a cúpula do poder central que governava o País, assumindo declaradamente a defesa dos direitos humanos, posicionando-se contra toda forma de opressão:

[...] especialmente a partir de 1968, a trajetória da Igreja foi de constante evolução em suas preocupações sociais, resultando disso um distanciamento crescente das autoridades governantes, um posicionamento crítico frente a suas medidas, uma defesa corajosa dos Direitos Humanos. E a consequente perseguição, repressão, o confronto” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 147-148).

Tão logo os migrantes chegavam à Roraima viam suas expectativas frustradas: a terra recebida nos projetos de assentamento necessitava ser desbravada pois se constituía de mata virgem; a malária (ou maleita) disseminava-se entre os agricultores, incapacitando-os para o trabalho – em seu relato, Antonio dos Anjos Santos faz referência ao seu pai que, após ter conseguido terra para plantar, em poucos meses ficou doente ao ponto de não poder mais trabalhar na roça, sendo forçado a se desfazer da terra e empreender nova migração, dessa vez para a Capital Boa Vista (Ver APÊNDICE 15); as terras depois de desbravadas, geralmente com a utilização do fogo, por um curto espaço de tempo garantiam boa produção mas, com as sucessivas queimadas associadas às chuvas intensas na região, exauriam o solo, tornando-o impróprio para a lavoura.

Assim, na primeira oportunidade, vendiam a preço baixo seu lote o qual era transformado em pasto, promovendo a concentração da terra, expulsando os agricultores para a periferia da Capital Boa Vista e, dentro dessa periferia uma migração interna, com fortes consequências sociais, conforme relato da irmã Maria Silva:

[...] em 1983, quando iniciamos, os bairros que compunham a Diaconia eram: Liberdade, Buritis, Conjunto Pricumã e Asa Branca. Seus habitantes, a maioria, eram oriundos do Nordeste. O bairro Asa Branca se destacava pela presença maciça de maranhenses. Nesses bairros, o povo se mudava com muita facilidade. Da Liberdade, passava ao Buritis, à Asa Branca... Por quê? Como o bairro Liberdade ficava mais próximo à BR, os comerciantes e os que tinham dinheiro, acabavam comprando as casas, loteamentos, nos pontos mais estratégicos e os mais pobres iam se afastando sempre mais do Centro da cidade, procurando terreno onde construir suas casas de madeira. O Conjunto Pricumã era habitado por funcionários do Governo, que tinham um nível de vida mais elevado e não se misturavam muito com a população do outros bairros. Os católicos desse Conjunto preferiam frequentar a Catedral (Ver APENDICE 3).

Verifica-se, assim, as ilhas de excelência dentro dos bairros periféricos compostos por uma classe social de funcionários públicos com melhores rendas, e que adquiriam casas de melhor qualidade financiadas pelos órgãos estatais, vivendo um isolamento intramuros, não participando da vida da comunidade religiosa local, pelo menos num primeiro momento, preferindo deslocar-se ao centro para atender suas necessidades religiosas nas paróquias tradicionais instituídas na cidade de Boa Vista por associarem a ideia de Igreja com o templo. Com o passar dos anos e com a consequente construção de templos de maior estrutura nesses bairros e a persistente obra de visitas das freiras, muitos foram aqueles moradores que se integraram à vida comunitária na recém criada Diaconia São Bento.

Destaque-se que a presença das Irmãs Missionárias da Consolata no trabalho de evangelização naquelas áreas onde haveriam de surgir esses novo bairros remontam há alguns anos anteriores à criação da Diaconia. Irmã Maria Silva fazendo a memória desses tempos, refere-se a esse trabalho de evangelização inicial com a participação das missionárias, já no início dos anos de 1980:

Antes de assumir a Diaconia, algumas Irmãs já iam, nos finais de semana, dar catequese e fazer a celebração dominical nesses bairros. Como não tinha capela, se reuniam debaixo das árvores ou no quintal

de alguma família. Mas nesse tempo, aqueles bairros estavam na dependência religiosa da Catedral (Ver APENDICE 3).

A experiência da Congregação no trabalho junto as paróquias intensificou-se, sobretudo como um auxílio direto aos párocos e ainda atendendo a áreas localizadas no interior do Território Federal, as quais estavam ligadas às paróquias da Capital, como a área do Bonfim, de Mucajaí e de Caracará (DIOCESE DE RORAIMA, 1980, p.27).

Na Diaconia, no entanto, as freiras assumem totalmente as funções do pároco até à exceção da administração do sacramento da penitência e da celebração da missa. Assim, irmã Maria Silva explicita a metodologia utilizada no trabalho pastoral nesse período pré-diaconal:

Nós não tínhamos experiência de responsabilidade de paróquias. Então começamos por usar os métodos mais simples e mais conformes ao nosso carisma, para nos aproximarmos do povo: visitas às famílias, terço nas famílias, Novena de Natal nas famílias, presença nos velórios, rezar e chorar com os familiares dos falecidos...(Ver APÊNDICE 3).

Igualmente, buscando aproximar-se das famílias, dedicam-se àquilo que do ponto de vista religioso lhes era mais caro, os sacramentos, particularmente o batismo, na perspectiva da formação de Grupos de Reflexão bem como da inserção dos jovens nas nascentes comunidades:

Na preparação dos pais e padrinhos, ao Batismo de seus filhos e afilhados, visitávamos antes dos encontros de formação, os pais de cada criança. Se estabelecia assim, de antemão, um bom relacionamento com eles e se criava um clima de amizade com muitos deles. Quando chegávamos nos encontros, já nos conhecíamos, sabíamos onde moravam. Com os jovens se refletia sobre temas, propostas, iniciativas, compromisso na comunidade e se rezava juntos. Os grupos de reflexão bíblica se reuniam semanalmente nas famílias e eram acompanhados pelas Irmãs. Junto com eles se fez um caminho de conscientização sobre a problemática indígena, que não foi muito fácil (Ver APÊNDICE 3).

O trabalho das freiras recebem o reconhecimento por parte dos vários segmentos da Igreja local: “Nesta experiência, tivemos apoio e colaboração dos Missionários da Consolata, aceitação do povo e se criou um clima de confiança e estima recíprocas com os Leigos, agentes de Pastoral” (Ver APÊNDICE 3), no intuito de promover as pessoas, tornando-as sujeitas de sua história.

O Concílio Vaticano II, realizado no período de 1962/1965 chama a atenção para essa dura realidade vivida pelas populações empobrecidas que não é outra coisa senão uma nova forma de escravização do ser humano. Conforme *Gaudium et Spes*:

O gênero humano nunca dispôs de tantas riquezas, possibilidades e poder econômico. No entanto, ainda uma parte considerável dos habitantes da terra padece fome e miséria e inúmeros são analfabetos. Os homens nunca tiveram um sentido de liberdade tão agudo como hoje, mas ao mesmo tempo aparecem novas formas de escravidão social e psíquica (GS, nº 208).

Essa constatação era uma realidade premente embora já passados 20 anos do Concílio, tornando-se necessariamente um desafio no campo das ações sociais com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), o Conselho Indígena Missionário (CIMI) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) as quais floresceram no início dos anos de 1970, em pleno período da repressão (CNBB, 2015, p.15).

Nesse contexto a Igreja Católica em Roraima busca acolher todos aqueles que, independente da religião sofriam discriminação política e/ou social, apoiando de forma intensiva o migrante para que este pudesse estabelecer a plausibilidade necessária que garantisse sua razão de viver e lutar.

Na comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, bairro Asa Branca, o Clube de Mães representava o espaço de liberdade para as mulheres socializarem suas fragilidades mas também cultivarem a esperança. Falando sobre essa ação da comunidade católica local, irmã Elisa Pandiani frisou que:

[...] o clube de mães era um momento de encontro. Sempre começava com uma oração, as mulheres chegavam com os problemas delas[...] as preocupações[...] elas trabalhavam muito[...] essas mulheres que levantavam de manhã cedo, indo atrás de um trabalho para alimentar as crianças[...] (Ver APÊNDICE 4).

As motivações para a migração tiveram como pano de fundo o desejo do migrante em encontrar melhores condições de vida para si e para os seus familiares; entretanto, cada migrante possuía suas motivações pessoais. Em entrevista, o senhor Francisco Lessy Araújo relata o seu itinerário do Maranhão à Roraima, bem como a forma que adquiriu emprego na cidade, considerando que os homens quando vinham só, tinham o firme propósito de se dirigir às áreas de garimpo:

Quando eu cheguei aqui, fiquei um mês na casa de minha irmã, em Caracará; não gostei muito de lá, aí vim conhecer Boa Vista. E no mesmo dia que cheguei aqui me empreguei... foi passando em frente de uma loja e o gerente perguntou se eu estava desempregado, se eu queria emprego, né?, e fui e me empreguei nessa loja e passei cinco anos e cinco meses empregado nessa loja (Ver APÊNDICE 5).

A loja em questão fornecia materiais e equipamentos para a manutenção dos garimpos na região e era uma atividade comercial que se desenvolvera largamente nesse período na cidade de Boa Vista. Igualmente seu Raimundinho revela as relações de poder que se estabelecia entre o migrante e os poderes constituídos na região:

[...] Agora acontece que não é só nós, é muitas pessoas que se acham aqui em Boa Vista (BV), porque a BV teve fama, teve nome, pois é..., mas depois a BV caiu um pouco, viu? Aí muitas pessoas voltou e outras ficou aqui, porque BV, Boa Vista Roraima como o pessoal falava, teve muita fama naquelas épocas, 85,86, [...], era um assombro as vantagens de BV para que realmente o pessoal que vieram pra cá encontraram mesmo algumas vantagens, mas depois a BV fecharam né?, a BV decaiu e hoje não é só nós aqui mas é muitos e muitos aqui que acham esse lugar seguro pelo... não dos “homens” aqui, pelos “proprietários” daqui que não deixaram a BV ir em frente. Mas é um lugar se não fosse tanta cultura era bom, era bom porque é uma cidadezinha pequena, dá pra todo mundo viver tranquilo, mas esse negócio da cultura mata a gente (Ver APÊNDICE 6).

Portanto, seu Raimundinho fala de sua desilusão com relação à Boa Vista porque os “homens” – os governantes – não promovem o seu desenvolvimento, ou pelo menos o desenvolvimento empreendido não chega a beneficiar a todos os cidadãos, sejam os aqui nascidos, sejam os que adotaram o Território como sua pátria.

Um outro relato contundente é o da dona Leonice que retrata o desprendimento do nordestino de suas raízes culturais e afetivas, em busca de melhores condições de vida e sobrevivência, mesmo no enfrentamento das condições adversas como da incerteza. Em sua entrevista ela nos relata:

O meu esposo na época trabalhava com um senhor por nome Paulo Holanda. Trazia essas vacas leiteiras de Fortaleza para cá, trazia para Manaus, trazia pra cá. Teve uma época que ele veio junto com ele, trouxe bastante vaca leiteira, muito boa de leite, e ele ficou aqui. Ai passou 8 meses e um dia ele ligou pra mim, disse que ia mandar minha passagem pra eu vir embora pra cá, pra gente tocar a vida da gente aqui. Eu perguntei: “presta?” Ele disse: “presta!”; se num der certo a gente dá outro jeito; e tô aqui até hoje (Ver APÊNDICE 7).

Essa senhora passou a ser reconhecida como uma fundadoras da comunidade católica do bairro Asa Branca, tornando-se uma referência para o trabalho das freiras pois a mesma conhecia a maioria dos moradores locais e exercia uma certa liderança entre eles.

Uma outra maranhense entrevistada, dona Josefa Almeida, instada a falar de sua vida em sua terra de origem revela:

Sofrendo muito. O velho deu derrame e dois derrame, aí não podia mais trabalhar e aí, não tinha condições também, mas meus meninos, eles já moravam aqui, aí me deram um barraquinho aqui no fundo pra eu vir pra cá. Aí me chamaram para eu vir e vendemos as coisinhas que tínhamos, a casinha, as coisinhas de dentro de casa, aí viemos (Ver APÊNDICE 8).

O ato de vender as “coisas” significa o propósito de não pensar em retorno, pois não há deixado nada para trás. Representa, assim, um total desprendimento de suas raízes na expectativa de encontrar um lugar melhor onde possa reconstruir sua vida. Assim, relato após relato, observa-se que o migrante, em geral, não possuía muita noção a respeito da localização geográfica do Território de Roraima. Vinham na expectativa de encontrar melhores condições de vida, confiando na experiência de pessoas conhecidas ou familiares que já se encontravam em Roraima, como disse dona Laci em sua entrevista, “cegamente”:

[...] eu vim assim, como diz o ditado, cegamente; eu vou porque a minha sogra já tá me levando pra lá, eu vou pra lá e eu vou. Tem os meninos, era tudo pequenininho e eu não trabalhava, né. Quando cheguei aqui em RR, eu meti a cara pra trabalhar, pra prefeitura. Naqueles tempos a gente chegava na prefeitura, você vai começar amanhã mesmo, era mais fácil a gente arranjar emprego...(Ver APÊNDICE 9).

Da mesma forma é o que nos revela Antonio dos Anjos Santos segundo o qual, a família saiu de Açailândia/MA às cegas, só sabendo que vinham para Roraima e que, na chegada, ficaram em casa de uns amigos por dois meses, enquanto construía um abrigo (Ver APÊNDICE 15), igualmente dona Antonia e seu Raimundinho, motivados por uma comadre que fizera a experiência dessa alternância, e que foram abrigados por ela durante os primeiros meses da chegada à Boa Vista (Ver APÊNDICE 6), registrando-se assim essa solidariedade entre os migrantes.

Diante desta dura realidade vivida pela sociedade brasileira, sobretudo do migrante, a Igreja Católica manifesta sua solidariedade para com o migrante diante da problemática questão posse da terra e a situação em que vivem os pequenos agricultores, muitas vezes forçados a abandonarem tudo por conta mesmo das perseguições políticas. No Texto Base da CF do ano de 1996 os Bispos assim se pronunciam:

[...] o crescimento desordenado das cidades e o mercado de terras urbanas, funcionando de maneira selvagem, sem planejamento e controle do Estado, estão gerando injustiças sociais gritantes, que necessitam de uma atenção urgente. A vida na cidade se degradou. A cidade se desumanizou. O caos urbano cresceu com suas terríveis consequências físicas, morais e sociais (CNBB, CF, 1986, n.72).

Essa realidade era visível nas periferias da cidade de Boa Vista: mendigos esmolando nas ruas; gente vivendo nos lixões; ausência do poder público para suprir as crescentes demandas em saúde, educação, geração de emprego e renda, violência urbana – furtos, roubos, assassinatos - elementos corriqueiros no dia-a-dia dos moradores das periferias. Ao abordar essa questão da violência, em entrevista irmã Elisa Pandiani relata:

Era comum. Não só ali no Asa Branca mas também no Bunitis, na Liberdade, quando os homens voltavam do garimpo[...]era pra roubar ouro que, quando o homem chegava é porque tinha ouro entendeu? E a violência era um pouco, era física[...] eu me lembro[...]de um caso de uma senhora que me parece, se chamava Iolanda, seis filhos, o esposo dele matou ele na porta da casa para roubar este ouro, o filho viu esta[...]mas isso era só para roubar, conseguiram roubar o ouro[...]e depois nos chamaram; a coisa mais [...]engraçada, que se matavam e depois nos chamavam, porque não tinha o padre aí, pra benzer o corpo, porém, essa religiosidade do povo era muito forte enquanto ele acreditava que também foi matado, ele vinha conosco, entendeu, ele próprio, o assassino, no caso [...] (Ver APÊNDICE 4).

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE já apontavam para um crescente aumento de populações concentrando-se nas cidades: no ano de 1970 55,92% da população brasileira vivia nas cidades enquanto em 1980, esse percentual passou para 67,59% - conforme dados do censo de 1980. Conforme esse Instituto, “ em 1970, 55,92% dos brasileiros viviam nas cidades, saltando para 67,59% em 1980, um crescimento próximo a 11,67% da população do campo que foi deslocada para as

idades, não apenas dentro de seus estados de origens mas também para outras regiões do país. (IBGE, 1980).

Falando sobre o perfil desses homens e mulheres, às vezes famílias inteiras que se deslocavam para Roraima e terminavam por habitar no bairro Asa Branca, irmã Elisa Pandiani refere-se sobre as diferentes origens desse povo migrante com predominância de maranhenses:

[...] eu lembro que ali tinha muito maranhense, alguém que vinha de Rondônia, alguém que vinha do Acre, até nós começamos a fazer[...]as fichas das famílias mas a maioria era do Maranhão, do Acre, da Rondônia, alguém de Manaus, do Pará, mas todo mundo era, procurava um bem-estar porque aqui[...]o povo foi trazido aqui no governo Ottomar. (Ver APÊNDICE 4).

Esse bairro, constituído de casas de madeira com 04 cômodos, pintadas de branco e com cobertura de zinco, situado na zona oeste da cidade de Boa Vista e que abrigava essa população que inicialmente passou por um assentamento em projetos de colonização mas que depois, sem as condições de se manter naquela área, migram agora para a periferia de Boa Vista, tendo como fonte de subsistência os programas assistenciais do governo, realidade essa constatada e denunciada pela CNBB, na CF do ano de 1996:

A maior parte dos que foram expulsos do campo e sobrevivem na cidade tornam-se boias-frias ou assalariados temporários. E muitos não encontram outro meio de sobrevivência que o subemprego [...] (CNBB, CF, 1986, n.36).

Como Território Federal, administrativamente, Roraima era um departamento de Brasília, cuja economia girava em torno da percepção de salários pelos servidores públicos federais, não havendo outras alternativas de emprego e renda, já que a agricultura e a pecuária praticadas eram atividades incipientes. Assim sendo, a concentração de migrantes na capital Boa Vista tornou-se um problema social, considerando-se o fluxo e refluxo de pessoas no interior do Território de Roraima em busca de melhores condições para suas famílias. Diniz (1997) em análise posterior aponta as razões dessa movimentação interna no Território:

[...] a experiência migratória de Roraima teve um caráter paradoxal. Enquanto os principais atrativos migratórios estavam relacionados a atividades rurais (garimpos e as colônias agrícolas), a grande maioria dos migrantes se direcionou para as áreas urbanas do estado. De um

total de 217.583 indivíduos residentes em Roraima em 1991, 140.818 (64,72%) vivam em centros urbanos, especialmente na cidade de Boa Vista (DINIZ, 1997, p.51).

Assim, temos de um lado uma população de migrantes tradicionalmente relacionados com a agricultura e que, agora, veem-se obrigados a viver na cidade, sem o domínio de uma profissão específica para atender as demandas do serviço público, e necessitando sobreviver. Por outro lado, temos um poder público que incentiva populações a migrarem para Roraima com o desejo de fazer crescer a população local, talvez no afã de promover a autonomia política da região, transformando o Território de Roraima em Estado.

Esse evento veio acontecer no ano de 1988, com promulgação da Carta Constitucional da República Federativa do Brasil, que criou o Estado de Roraima, fato que, para o migrante, em nada modificou sua situação social. Freitas (1996) destaca que nessa década de 1980 Roraima registrou o maior índice de crescimento populacional entre todas as Unidades da Federação, passando de 80 mil para 217 mil habitantes.

As consequências desse rápido crescimento populacional refletiram-se na piora da qualidade de vida da população, uma vez que as políticas públicas não evoluíram na mesma proporção, havendo déficit habitacional, déficit nos serviços de saúde, transporte urbano, no fornecimento de água, energia elétrica e esgoto sanitário, superlotação de crianças, adolescentes e jovens nas escolas além da baixa capacidade do estado na geração de emprego e renda.

Irmã Maria Silva destacou a forma como esse povo vivia, na cidade, e o que fazia em favor da própria sobrevivência. Segundo ela:

O povo vivia de pequenos comércios nas residências, de pequenas indústrias, encomendas de salgadinhos, de bolos, lavagem de roupa. Os Clubes de Mães espalhados em todos os bairros ofereciam cursos que ensinava as mães na costura, na arte culinária, primeiros socorros, etc.. Tinha também o [...] Núcleo Educativo Profissional Consolata, que oferecia cursos para atendentes de enfermagem, cursos de datilografia. Os homens trabalhavam no comércio, outros tinham terreno no interior, onde plantavam e vendiam os seus produtos, outros viviam ainda no garimpo. A Escola do Calungá (mantida pelos padres da Consolata) oferecia cursos profissionalizantes no campo da mecânica e da marcenaria (Ver APÊNDICE 3).

As vagas de emprego oferecidas no mercado local situavam-se sobretudo nas esferas da construção civil e no comércio, além do serviço público que oferecia bons salários mais exigia qualificação e nível elevado de instrução, priorizando-se sobretudo as pessoas que possuíam certificação em nível de 2º grau, hoje o Ensino Médio.

Dentre as pessoas que possuíam nível superior, a maioria era de fora, vindo à Roraima para ingressar no serviço público federal, bastando para isso apresentar seu currículo, uma vez que no extinto Território Federal de Roraima havia tanta carência de pessoal com nível de instrução superior que dispensava-se o concurso público.

Dessa forma, os cursos profissionalizantes oferecidos pela Igreja adquiriam uma dimensão de grande relevância social. Os Missionários da Consolata mantinham uma escola profissionalizante oferecendo cursos nas áreas de mecânica de motores, marcenaria e eletricidade enquanto as Irmãs mantinham cursos de datilografia e enfermagem em sua casa central e, nos bairros, cursos de corte e costura, bordado, pintura e arte culinária, nos Cubes de Mães (Ver APENDICE 3).

1.2. O fluxo migratório de populações do Estado do Maranhão em direção a Roraima entre os anos de 1980 a 1985: motivações e utopias.

Roraima é o estado mais setentrional do Brasil e em sua história de ocupação esteve sempre presente à figura de migrantes, em especial os oriundos do nordeste. Assis (1980) enfatiza que são esses migrantes os pioneiros que deram sua efetiva colaboração quanto a colonização de Roraima:

Em meados do século XIX tem início a efetiva colonização da região, com o elemento expulso de suas terras tendo como causa a problemática da estrutura fundiária e secas periódicas que, associadas ao ocaso do ciclo da borracha na região norte, foram causas da grande migração para o Território [...] predominando o nordestino (ASSIS et al, 1980, p. 79).

Emancipado administrativamente a partir dos anos de 1948, quando essa região é desmembrada do estado do Amazonas, tornando-se Território Federal, a dependência econômica continua fortemente atrelada à economia da cidade de Manaus que, por sua

vez, liga-se ao restante do país. Assis e outros (1980) assim descrevem essa teia que vai sustentar a economia do Território Federal de Roraima:

O equipamento de serviços, a produção de bens e sua distribuição fazem de Boa Vista o centro urbano mais bem equipado do Território, estando subordinado a Manaus, como centro regional, que por sua vez está na dependência de[...]indústrias nordestinas e do Centro/Sul (ASSIS et al, 1980, p.103).

A presença em Roraima de populações oriundas do nordeste brasileiro, intensificou-se mais ainda nos anos de 1980, motivadas por questões sócio-políticas e econômicas, bem como ela propaganda institucionalizada de governantes desejosos de promover a emancipação política do Território Federal de Roraima. Assis e outros (1980) assim registram essa intensificação migratória:

Recentemente, com a abertura da BR 174, Roraima se interliga com as demais regiões brasileiras através do eixo Cuiabá/Rondônia/Manaus e uma migração acentuada se faz sentir no Território, trazendo para cá elementos de todo o Brasil, predominando o nordestino, destacando-se o maranhense da região rizícola desse Estado (ASSIS et al, 1980, p. 79).

O fluxo migratório acentuou-se na década de 1980 na mesma proporção em que agravou-se o problema da terra, sobretudo na região nordeste. Sensível quanto a essa problemática, a Igreja Católica por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil lança naquele ano a Campanha da Fraternidade com o tema “Fraternidade no mundo das migrações fazendo ecoar em nível nacional os problemas enfrentados pelas populações camponesas, vitimadas que eram pelo processo de modernização da agricultura, priorizando o financiamento da monocultura desenvolvida pelos grandes latifundiários em detrimento dos agricultores familiares. Descrevendo a situação do estado do Maranhão e da situação social, política e econômica do seu povo, Paulino (1982) expõe um quadro no mínimo degradante vivido por esses brasileiros:

O Maranhão é o estado da Federação que apresenta o maior índice de população rural: 48,08% dos 5,3 milhões de habitantes moram no campo. A agricultura de baixo padrão tecnológico praticada em pequenas propriedades é predominante. Está entre os estados mais pobres do país. No Maranhão, o nível de vida é muito baixo. Além disso, existe uma classe dominante, uma pequena parcela da população que concentra em suas mãos parte considerável das riquezas regionais (PAULINO, 1982, p. 82).

Essa situação em que vivem as populações no campo é altamente desfavorável para as mesmas, portanto, a conjunção desses fatores vão contribuir decisivamente para com a expulsão dos pequenos agricultores das terras, cujos proprietários são os grandes latifundiários, tornando-se atrativas aos pobres, as políticas de colonização do governo Federal voltada a ocupação dos Territórios Federais, o qual se exime quanto a realização de uma reforma agrária justa que atenda a classe menos favorecida dos trabalhadores da agricultura familiar.

Associado a isso, a migração provoca o desejo de ascensão social por meio do enriquecimento rápido, via garimpo, nos grotões e jazidas minerais, em especial do ouro cujas jazidas localizavam-se sobretudo em terras indígenas. Assim, para muitos maranhenses, Roraima tornou-se a terra de oportunidades, o novo eldorado, motivados que eram, conforme explicita Freitas (1986), por governantes interessados em fazer ocupar o território, na perspectiva da trilogia proposta pelo governo Federal para a Amazônia.

Para ocupar as terras, as pessoas vieram de diversos estados, notadamente do Maranhão[...] após campanha publicitária realizada pelo então governador do então Território Federal de Roraima (FREITAS, 1986, p. 47).

Os migrantes relatam que as campanhas publicitárias divulgavam a oferta, por parte dos governantes, de terra para plantar, de moradia, ajuda de custo com cestas básicas e empregabilidade no serviço público a quem quisesse vir morar em Roraima. Freitas (1986) descreve esse crescimento populacional registrado na época às custas dessa propaganda intensiva, realizada tanto pelo governo de Roraima quanto por migrantes que se encantaram com as possibilidades de melhoria das condições de vida, quando chegados à região, sendo, portanto, porta-vozes junto aos familiares e amigos das benesses aqui encontradas, o que motivava outros tantos a migrarem com esse destino, como afirma Freitas:

O expressivo crescimento populacional de Roraima na última década, deve-se, em grande parte, à mobilidade da população migrante. O fluxo Migratório para Roraima tem sido intenso. Notícias dos garimpos ricos em ouro e diamante e a divulgação oficial das facilidades encontradas em Roraima (distribuição de bens de consumo gratuito, distribuição de alimentos, etc. contribuem para tal (FREITAS, 1996, p. 38).

Em contato com esse povo que se fixava na periferia da cidade, particularmente no bairro Asa Branca, as Irmãs Maria Silva e Elisa Pandiani buscando conhecer os seus “paroquianos”, mantinham contatos diários com todas as famílias que chegavam àquele bairro no sentido de ajudá-los a se localizarem, buscarem os parentes ou amigos mais próximos já residentes ali. Refazendo a história desses tempos, Irmã Maria Silva assim descreve a população migrante que ocupava o bairro Asa Branca:

[...] O povo do Asa Branca, na sua maioria, provinha do Maranhão. O sonho dele era uma vida melhor. Diversas pessoas, conversando conosco diziam que, chegando a Roraima tinham chegado no céu. Ganharam casa do governo... outras porém, tiveram que retornar ao Maranhão, depois que já haviam perdido quase tudo pelo caminho [...] (Ver APÊNDICE 3).

Se para uns foi o inferno, ao ponto de retornarem ao lugar de origem, para outros tantos foi o paraíso. Porém, considerar ter chegado ao “paraíso” naquelas condições aviltantes só poderia significar o estado de degradação em que essa população se encontrava em sua terra natal, a quem lhes era negado as condições mínimas de sobrevivência, haja vista que no tal “paraíso” a dependência e a submissão desse povo era absoluta, considerando ser o governador do Território Federal de Roraima o grande patrocinador do sonho dessa gente que vivia na expectativa de mudança de vida concernente ao atendimento de suas necessidades básicas, dentre elas, a própria alimentação.

Nas entrevistas, realizadas com migrantes maranhenses que chegaram em Boa Vista à época, percebe-se que as motivações para desenvolverem o empreendimento migratório foram diversas, porém, as questões de fundo eram correlatas, pois essas pessoas vinham com o intuito de residir na região, como é o caso do casal Antonia e Raimundinho que já vinha fazendo planos de sair do Maranhão, a procura de um lugar melhor para viver; decidindo-se vir para Roraima a convite de uma comadre que já morava em Boa Vista havia quatro anos, para quem a experiência fora muito boa; eles então migram com toda a família (Ver APÊNDICE 6). Essa realidade ao qual já nos referimos é reafirmada por Durham (1984, p. 183) em suas pesquisas sobre migrações para Roraima naquele período: “O migrante procura imediatamente parentes ou amigos, na falta destes, apela para amigos de parentes, ou parentes de amigos. Parentes que não

se viam há anos são requisitados a hospedar, auxiliar e encaminhar o migrante recém-chegado”.

Assim, os emigrados que se consideravam bem sucedidos nessa alternância passavam a atuar de forma eficiente para a atração de novas famílias maranhenses ávidas em melhorarem sua condição socioeconômica, e nessa atitude solidária contribuía assim com o projeto do governo local no sentido de transformar Roraima em um polo atrativo com o conseqüente povoamento.

Para a entrevistada Leonice, a mudança se deu por meio do seu esposo que, em viagem de negócios chegou a Roraima e achou viável a vida naquele lugar, ao ponto de julgar vantajoso o seu estabelecimento na região, logo enviando passagens para a esposa vir se juntar a ele para “tocarem a vida naquele Território” (Ver APÊNDICE 7). A entrevistada Josefa Almeida destacou as dificuldades pelas quais sua família passava por conta da doença do marido, o qual já não tinha condições de trabalhar na roça, de onde tirava o sustento. Relata então que, a convite dos filhos que já moravam em Roraima, para lá se deslocaram, sendo acolhidos por eles pelo tempo que precisaram para, segundo ela, “melhorarem mais a situação” (Ver APÊNDICE 8).

A senhora Laci também se refere às suas motivações, uma vez que parte da família já estava morando em Roraima e por isso resolveu também migrar, mesmo com três filhos pequenos (Ver APÊNDICE 9). Essa desagregação da família parece ter pesado na decisão das famílias migrarem para Roraima, seja para restabelecerem a harmonia familiar quebrada, seja porque parte significativa da força de trabalho familiar havia se dispersado em diversas direções, incluindo Roraima. Para a migrante Ana Paula, suas motivações pessoais situavam-se nessa mesma linha da desagregação da família, a qual passando por necessidades, e devido a propaganda dos parentes que migraram para Boa Vista, decidiu-se também por deixar sua cidade natal e buscar melhores condições de vida em Roraima:

[...] minha mãe mas minha avó resolveram vir para Boa Vista porque lá a gente estava sofrendo muito[...]; as coisas eram muito difíceis[...] porque aqui, em Boa Vista, minha avó já tinha filhos, então eles falavam que Boa Vista era bom[...] na questão de emprego e as coisas eram melhores (Ver APÊNDICE 10).

A expectativa de encontrar um lugar melhor para viver, com o auxílio de parentes próximos que serviam de apoio no empreendimento e ainda diante da possibilidade da empregabilidade, foram fatores determinantes para que novas famílias se deslocassem para o Território. Quanto a senhora Maria José, que nunca tinha saído do Maranhão, a mesma relata que:

[...] ouvia muito gente dizer que estava vindo para Roraima porque era um lugar bom de se viver e prosperar. Tinha muita gente [...] voltando aí, conversando com um e com outro, descobri que pra mim poderia ser bom, porque eu era professora, e diziam que o emprego era farto, e que o governo ajudava as pessoas, dando casa e apoiando as pessoas até se estabelecerem (Ver APÊNDICE 11).

De fato, o Território Federal de Roraima carecia enormemente de profissionais em diversas áreas, inclusive na educação cujas demandas eram muito altas, sendo os servidores contratados pela União, já que administrativamente os Territórios Federais eram departamentos de Brasília, portanto pagando salários promissores. Foi o caso de dona Maria José que ganhou um contrato e passou a ministrar aulas em uma escola estadual. Um outro entrevistado o Senhor Bento, relata as dificuldades vividas no Maranhão e as razões pelas quais decidiu-se migrar com a família para Roraima. Segundo ele:

[...] vim atrás de um meio de vida melhor porque lá onde a gente morava tava ficando muito fraco. A gente trabalhava muito e a renda era pouca, não dava nem pra comer. Foi aí que eu ouvi falar de Roraima e que muita gente estava indo pra lá; aí fiquei com vontade de tentar também melhorar de vida” (Ver APÊNDICE 12).

A boa notícia era transmitida de boca a ouvido; Roraima estava no centro das atenções nos municípios do interior do Maranhão como Imperatriz, Açailândia, São Francisco, Santa Inês, João Lisboa, Santa Luzia e mesmo na capital São Luiz. O entrevistado Cícero dos Santos também partilha dessa mesma motivação, buscar melhores condições de vida para si e seus familiares, algo que se tornara como que uma rotina em sua vida devido a outras experiências migratórias feitas:

Já fiz muitas viagens pelo Brasil né, sempre em busca de melhores condições de vida. Sempre trabalhei na roça, junto com meu pai. Mas eu sempre pensei em sair daquela vida, buscar alguma coisa diferente pra minha vida, algo que fizesse sentido e que desse um motivo pra gente trabalhar. Foi então que fizemos essa viagem pra Roraima (Ver APÊNDICE 16).

O elo que liga as histórias de vida dos migrantes maranhenses possui uma mesma característica qual seja, a procura de melhores condições de vida; e Roraima parece ter sido à época, esse oásis a abrir as portas para acolher tanta gente com tais expectativas, considerando os grupos migrantes de diversas regiões do Brasil que ocuparam Roraima, conforme verificado em documento publicado pela Diocese de Roraima em 1980:

Bem mais significativa foi a ação do governo[...]. Com o lema “Integrar para não entregar”, começou por motivos de Segurança Nacional[...] o desenvolvimento de Roraima: abriram-se novas estradas, militares e colonos chegavam ocupando estas terras, sobretudo em Boa Vista e às beiras das estradas[...] enquanto a população, em poucos anos, duplicou (DIOCESE DE RORAIMA, 1980, p. 11).

Diante do fenômeno migratório e da complexidade das relações que se estabeleceram, profundas mudanças na vida das populações locais bem como no interior do grupo dos migrantes ocorreram, residindo aí sucessivos movimentos de instabilidade/estabilidade. No que concerne a ação da Igreja Católica, Irmã Maria Silva destacou o desejo de se criar no interior das comunidades eclesiais um sentimento de pertença ao povo eleito, que cultivava a crença num Deus libertador como resposta a possível reconstrução da identidade religiosa (APÊNDICE 3), ocorrida no interior do movimento migratório dessas populações que chegaram a Roraima, oriundas do Estado do Maranhão, durante a primeira metade dos anos de 1980 e que foram residir no bairro Asa Branca, localizado na zona oeste da Capital Boa Vista/RR.

Nesse sentido, buscamos desvelar o modelo de ação evangelizadora-social desenvolvido pela Igreja Católica naquela área e no período acima descrito - o tipo de acolhimento oferecido ao migrante fragilizado pela condição social de empobrecido, considerando que a Igreja local havia assumido a opção preferencial pelos pobres³, tendo-o como sujeito histórico, portanto ativo participante na reconstrução da identidade religiosa. No Informativo da Diocese de Roraima (1980) consta as palavras de Dom

³ PUEBLA, parte IV Cap. I, n. 1134.

Aldo Mongiano sobre qual devia ser a ação da Igreja, assim se expressando na abertura da 4ª Assembleia de Planejamento da Igreja de Roraima:

Evangelizar e chamar à conversão, para uma vida nova, reconciliar as pessoas com Deus, consigo e com o próximo, é conduzi-las à libertação de tudo o que oprime o homem, sobretudo libertação do pecado e do maligno, dentro da alegria de conhecer a Deus e ser por Ele conhecidos, de amar e ser amado. Evangelizar é converter as pessoas e transformar a sociedade dentro do desígnio criador e salvador divinos. É formar uma nova humanidade com nova maneira de ser, de viver e conviver. É formar comunidades de fé, esperança e caridade que perseverem na oração e na convivência fraterna, que celebrem a Eucaristia como ponto de partida e ápice de sua fé. (DIOCESE DE RORAIMA: Uma Igreja a caminho, 1980, fl. 29).

Nessa fala do Bispo, destaca-se as palavras Evangelização, Reconciliação, Libertação, Transformação, Comunidades, Eucaristia, palavras essas que traduzem os anseios da Igreja local diante dos desafios sócio-políticos e econômicos da época; denota uma sociedade fragilizada por encontrar-se no centro de transformações desestabilizadoras (garimpo, migrações, desagregação familiar, explosão demográfica, causa indígena, forte controle social por parte dos governantes) e que conclama a Igreja a se organizar para que, a partir das comunidades eclesiais, possa dar respostas imediatas aos principais desafios vivenciados pelas pessoas, sobretudo as mais socialmente vulneráveis.

Conclama as comunidades para viverem a harmonia, comprometendo-as com a transformação das pessoas e da sociedade para a superação das dificuldades impostas pelas questões sociais e econômicas, políticas e culturais tendo como referência “o desígnio criador e salvador divinos” sendo a Igreja esse elemento catalizador dos anseios das populações locais e migrantes, assumindo portanto o seu papel de legitimadora dessa nova ordem a ser estabelecida, com base na Palavra de Deus. Essa atuação da Igreja tornou-se relevante na medida em que representou para o migrante um apoio quanto a sua permanência na comunidade, a qual promovia a aproximação das pessoas que, pelas origens, consideravam-se responsáveis umas pelas outras, criando-se uma rede de ajuda mútua entre elas contra o perigo do desânimo frente as adversidades.

Por outro lado destacava-se o papel institucional dos governos do Território Federal de Roraima, legitimadores da velha ordem, quanto as migrações, tanto no favorecimento quanto na fixação dos migrantes, como parte de um processo para o

desenvolvimento econômico, o qual se tornou um dogma do Estado, embora dissociado do desenvolvimento social por ser um modelo excludente. Lima (2001) ressalta essa condição assumida pelo estado:

Nas décadas de 1980 e 1990, o estado de Roraima, através dos setores administrativos, procurou estabelecer medidas para alavancar seu crescimento econômico, pois com a Constituição de 1988, passou da condição de Território Federal para mais uma unidade administrativa estadual. A implantação de atividades produtivas e de obras públicas favoreceu a forte onda de migração e de fixação dos novos migrantes (LIMA, 2001, p. 2).

Fixar o migrante era uma determinação dos governantes, seguindo a doutrina da integração nacional. Entretanto, o custo social desse modelo de desenvolvimento econômico foi elevado, considerando que os migrantes, originalmente assentados em colônias agrícolas, na maioria das vezes eram vencidos pela malária - doença tropical típica de regiões como a amazônica – perdendo, aos poucos, a capacidade de trabalho e conseqüentemente de subsistência com a redução da própria produção agrícola, restando-lhe vender o lote a preço baixo e deslocar-se para a cidade, para o tratamento da saúde e manutenção da família, indo, na maioria dos casos, habitar em áreas da periferia reservadas exclusivamente para essa população, segregando-as em um território pouco assistido pelo Estado, e ainda assim de forma paternalista, talvez para manutenção do controle social no interior da capital Boa Vista.

As possibilidades de mudança desse modelo de desenvolvimento – com uma proposta de uma Reforma Agrária - se deu a partir do ano de 1984 quando o regime político no Brasil tendeu um retorno à redemocratização do Estado brasileiro. Fazendo a memória das tendências política desse período os Bispos do Brasil (2014) assim a descreveram:

Em 1984 a aliança política que se propôs substituir o Regime Militar comprometeu-se com a realização da Reforma Agrária através do I Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República. Mas, esse Plano teve vida efêmera e resultados insignificantes. Sua proposta de assentar 1,4 milhão de famílias redundou em pouco mais de 100 mil famílias assentadas (CNBB, Doc 101, nº 11).

Essa indecisão quanto a realização de uma distribuição justa da terra para quem nela trabalha, promoveu o acirramento entre as representações de classe, notadamente

do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, em defesa da Reforma Agrária com o próprio Governo Federal.

Em seu contato com esses migrantes, dom Aldo Mongiano (2011) assim descreve um pouco da história de vida narradas por eles:

Na manhã seguinte[...] apareceu um homem [...] Aproximei-me e lhe perguntei como estava. Disse-me: “Estou aqui faz pouco mais de um ano e me encontro melhor aqui que no nordeste, onde trabalhava para um fazendeiro, que me dava a moradia e o salário, embora baixo. Porém, eu não podia cultivar nada, nem criar galinhas, mas devia comprar tudo da fazenda dele” (MONGIANO, 2011, p. 30).

Quanto a essa situação de dependência na qual o patrão aparece como benfeitor, parece ter sido muito corriqueira nas relações sociais no nordeste brasileiro, sobretudo nas áreas rurais entre pessoas de classes mais humildes e que, por falta de opção, entregam-se pacificamente nas mãos de pessoas melhor situadas economicamente, cujas relações assemelham-se a trabalho escravo uma vez que o trabalhador e sua família fica atrelada a terra, contraindo dívidas junto ao patrão, o muitas vezes as impossibilitam de buscar outras alternativas para escapar dessa dependência escravizadora.

Em Roraima a dinâmica da cultura nordestina foi absorvida pela população nativa, reflexo da formação do espaço que se observa empiricamente nos estabelecimentos comerciais, na comida típica, nome de bairros, grupos folclóricos, nomes de pessoas e traços religiosos. O bairro com o nome Asa Branca – fazendo referência a uma música de Luiz Gonzaga – um dos expoentes da cultura nordestina, é, portanto, uma afirmação do papel da migração no espaço local, considerando que essa migração de populações maranhenses fora orquestrada pelos governantes da época e, o bairro, também criado na perspectiva de recebe-los, foi batizado com um nome típico.

A migração traz consigo elementos culturais e identidade religiosa, parte de seu mundo cultural original – a religiosidade popular - e que passa a interagir, influenciar e ser influenciada pela cultura da sociedade local na diversidade dos espaços por ela anteriormente territorializadas. São culturas que se justapõem, resultando numa forma híbrida e até sincretizada dos elementos culturais, não definidos, num processo contínuo, tornando-se essa dinamicidade do cotidiano vital para a reconstrução das identidades culturais. Assim novas e velhas identidades se agregam, reproduzindo a

cultura, transformando o migrante num ator ativo que influencia e é influenciado pelo meio.

Os traços característicos da cultura maranhense se fazem notar ao primeiro olhar, seja no modelo de construção das casas, seja nas denominações dos pequenos estabelecimentos comerciais como “frutaria Santa Inês”, “bar do Codó”, “pousada Imperatriz”, etc..., além das músicas nordestinas tocadas a alto volume nos estabelecimentos comerciais e os repentes proclamados em praça pública, onde quer que se formasse uma roda de migrantes, talvez para mitigar a saudade da terra natal.

O contato com o novo, devido à imigração muitas vezes precoce de famílias recém formadas, leva constantemente ao que se chama pluralismo moderno, “esse pluralismo moderno proporciona um enorme relativismo dos sistemas de valorização e de interpretações, e os ancestrais sistemas de valorização e de interpretação vão sendo ‘descanalizados’” Lain (2009, p.33). A própria modernidade, por si só já leva a formulação de novos conceitos culturais, que somados com o intercâmbio cultural, construído através da imigração, favorece a formação do atual quadro social em que se encontram, em particular, os maranhenses em Boa Vista. Esse intercâmbio promoveu profundas mudanças no seio das famílias tradicionais chegadas do Maranhão, considerando-se o processo de transformação da própria constituição familiar, influenciando as novas gerações dos emigrados, motivo de dor e sofrimento pela perda dos vínculos tradicionais.

Embora nossa pesquisa esteja circunscrita no espaço de tempo entre os anos de 1980 e 1985, a literatura posterior relata que até o final dos anos de 1990 a migração de pessoas oriundas do estado do Maranhão se acentuou, haja vista que Roraima, como nova Unidade da Federação passou a receber e empregar os migrantes, para atender suas novas demandas. Nessa nova onda de migração, chegaram pessoas melhor qualificadas e com experiência para suprir as necessidades básicas de mão-de-obra para os serviços públicos ofertados pelo novo Estado: professores, médicos, engenheiros, contabilistas, somando-se aos agricultores e comerciantes aqui estabelecidos continuam prestando uma grande contribuição ao desenvolvimento de Roraima.

Conforme Rodrigues e Souza (2008) “Na década de 1990[...] as migrações ocorreram de modo elevado e um aumento significativo da população estadual: a contagem de 1996 apontou um total de 247.131 habitantes e o Censo de 2000 apurou 324.397 habitantes” (RODRIGUES; SOUZA, 2008, p. 321), um aumento considerável de 31,26 % da população, correspondendo a uma taxa de crescimento médio de 7,81% anual.

Durham (1984, p.139) destaca o papel das migrações como possibilidade de ascensão social a essas pessoas que, em seu estado de origem, não viam possibilidades que pudessem fazê-las ascender socialmente, considerando-se o poder das ideologias implantadas pelos ricos proprietários de terras associados à classe política dirigente os quais criavam mecanismos de legitimações de seu status quo frente aos mais carentes. Segundo ele: “A rigidez da estratificação social no Brasil é tão grande que para “melhorar de vida” ou “ascender socialmente” para uma grande maioria da população sempre esteve associada à migração, ou, melhor ainda, só era possível com a migração”.

A exploração dos garimpos de ouro enriqueceu muita gente em Roraima a saber: donos de maquinários, donos de empresas de taxi aéreo, comerciantes de equipamentos para garimpos, atacadistas que forneciam gêneros alimentícios para as áreas de garimpo; atravessadores que compravam o ouro dos garimpeiros em Boa Vista e depois os enviavam aos grandes centros, enfim um grande número de pessoas que estavam em Roraima em função do ouro, mas não o garimpeiro. Quanto a este, não se notou nenhuma ascensão social duradoura porque, com a venda o ouro, imediatamente compravam carros, símbolo dessa ascensão, e passavam a esbanjar o dinheiro como se fosse infundável. Daí, passados três ou quatro meses, já sem nenhum recurso, voltavam novamente para as áreas de garimpo em busca de novas riquezas, deixando na expectativa a família que, para sobreviver, acumulava dívidas no comércio da esquina, tendo como avalista o próprio garimpeiro e sua certeza de que voltaria novamente com muito ouro, sanando assim as despesas, também cotadas no metal precioso, prática essa comum na cidade a vitimar toda a sociedade roraimense. Silva e Oliveira (2008) descrevem a rotina desses homens quando retornavam do garimpo para a cidade de Boa Vista:

Quando “bamburrados”, eles chegam a Boa Vista, em média, com 100, 120 gramas de ouro, alguns trazem mais. Essa economia entre imediatamente nos bares, boates e supermercados da cidade e, durante duas ou três semanas, as crianças comem bem, ganham presentes e o garimpeiro, salvo raríssimas exceções, percorre as boates da cidade numa rota que é “de lei”, gastando seu ouro de modo efêmero (SILVA; OLIVEIRA, 2008, p. 120).

Para Roraima, a única certeza que a atividade garimpeira produzia a qual seria contabilizada para as gerações futuras era a degradação ambiental haja vista as enormes crateras que surgiam nas áreas de exploração; o assoreamento dos rios; a contaminação das águas com o mercúrio; a disseminação de doenças entre populações indígenas dentre outras, tudo sob o olhar complacente das autoridades constituídas.

Quanto a essa questão da ascensão social a qual não podia estar associada unicamente ao poder aquisitivo das pessoas, merece destaque o sistema de ensino público mantido pelo Governo, o qual sempre buscou oferecer vagas em suas escolas pra toda a população em idade escolar, mesmo no interior do estado, situação essa registrada por alguns de nossos entrevistados. De fato, a educação, por sua natureza, contribui com essa ascensão social porque, com maior escolaridade e melhor qualificação profissional, tanto a população local quanto os emigrados puderam assumir postos de maior relevância dentro das estruturas do governo, com melhores salários e maior independência das amarras da política partidária.

Quanto às utopias que marcaram as migrações em Roraima, algumas já pontuadas anteriormente, merece destaque os sentimentos que emanaram do povo maranhense frente às constantes provocações que, por fim, motivaram esse deslocamento de famílias inteiras do Maranhão em direção à Roraima. As utopias às quais nos referimos e que estavam relacionadas com os sonhos e as esperanças dos maranhenses que aceitaram a proposta de viver em Roraima uma etapa de prosperidade em suas vidas, diziam respeito à maneira como eram formuladas, de forma sofismática, contraditória, considerando os interesses dos governantes, postas de forma velada no viés dos discursos políticos a favor do desenvolvimento do então Território Federal de Roraima.

Se no Maranhão os agricultores pobres sofriam ameaças de toda ordem e manipulação política, em Roraima as coisas não seriam diferentes porque aqui também

havam aqueles que se intitulavam “pai dos pobres” e, ainda que não se manifestassem com essas palavras, agiam de forma veemente para que não restasse dúvidas quanto a essa identidade, angariando a simpatia e o respeito do povo com base na emotividade.

Dessa forma, um único personagem político pode governar Roraima entre os anos de 1979, iniciando como governador do Território Federal, indicado por Brasília, depois elegendando-se Deputado Federal; e ainda prefeito do município de Boa Vista; governador interino em 1988, primeiro governador eleito do Estado de Roraima em 1991; em 2005 substituiu o governador que teve o mandato cassado; reeleito governador em 2006, veio a falecer no exercício do cargo – portanto 28 anos no poder, às custas do fascínio que exercia sobre as populações migrantes oriundas do nordeste brasileiro, tornando-se um ícone na política local e referência para candidatos à cargos eletivos.

Nisso reside a forma insidiosa da utopia embalada com as promessas do desenvolvimento econômico e social e ofertada de forma sistemática ao povo pobre do interior do Maranhão.

Se por um lado essa política atendia as necessidades emergenciais dos migrantes, que muitas vezes chegavam à capital Boa Vista sem nenhum recurso e portanto ficando muito agradecidos, uma vez que tudo o que possuíam havia sido consumido pelo caminho, por outro lado, a manutenção dessa política tornava-se perversa porque não dava ao povo as condições de buscarem seus próprios meios de sobrevivência pelo trabalho, acomodando-os, enfim, a um sistema que garantia-lhes a satisfação das necessidades básicas sem nenhum esforço, bastando para isso manter-se fiel ao governante, geralmente por meio do voto, criando-se assim a cultura da dependência, o que não era difícil fazer acontecer. Isto favorecia, inclusive os deslocamentos internos por que, para ganhar algum dinheiro, muitos vendiam suas casas e se deslocavam para áreas onde surgiam bairros novos, conseguindo assim adquirir um barraco a menor preço, sobrando algum dinheiro para atender outras necessidades da família. Em nossas pesquisas, localizamos antigos moradores do bairro Asa Branca morando em diversos bairros da capital e também no interior, fruto dessa movimentação interna das famílias que ali se estabeleceram num primeiro momento. Ressaltamos, no

entanto, que muitos desses migrantes permaneceram residindo no bairro, mesmo agora passados mais de 30 anos desse evento migratório.

Não foi difícil encontrar em Boa Vista pessoas saudosistas daqueles tempos passados, para as quais Roraima tornou-se uma terra de fartura, a enaltecerem a figura de governantes que marcaram suas vidas, favorecidas que foram nesse processo da migração, com o apoio da política paternalista que se promovia à época e que se tornou marca registrada dos políticos da região, alcançando os dias atuais.

Assim a falácia sobre a questão do desenvolvimento econômico não se configurou, continuando a população empobrecida, considerando-se que o estado não possui uma política para o desenvolvimento, ficando as mesmas ao sabor e interesses de cada governante, ora apostando-se na monocultura para exportação, ora apostando-se em investimentos externos que nunca se concretizam por falta da infraestrutura necessárias à instalação de grandes projetos na região.

De tal modo, para a maioria da população, a fonte de renda mais estável é a oriunda do serviço público, sendo o estado o maior empregador, seja no âmbito formal por meio de concurso público, seja no âmbito informal, por meio de contratações temporárias – moeda de troca em tempos de eleições a perpetuar famílias no poder. A geração de emprego e renda no âmbito privado também está associado ao poder público, uma vez que o estado contrata empresas que contratam trabalhadores para prestarem serviços complementares, relativos ao setor público. Esses trabalhadores terceirizados, oriundos das classes mais baixas da população são os que mais sofrem, pois a continuidade do pagamento de salários e a garantia do emprego estão condicionadas à permanência da empresa como prestadora de serviços para o estado.

Portanto, para muitos migrantes a situação econômica e social melhorou sobremaneira, conforme as falas constantes nas entrevistas, se comparadas ao que ocorria em seu estado de origem; para outros não. Porque se para a maioria permanecer em Roraima foi a decisão mais acertada de suas vidas, conforme relatos colhidos nas entrevistas feitas, houve aqueles que decidiram voltar ou migrar para outra região, o que justificaria uma nova pesquisa, dada a natureza do nosso objeto.

2. A ação da Igreja Católica Apostólica Romana em Boa Vista/RR e o seu projeto de evangelização frente ao desafio das migrações.

A presença da Igreja Católica na bacia do rio Branco, em sua forma mais efetiva, remonta aos anos de 1909 com a chegada dos primeiros missionários beneditinos, cuja presença e missão se dará em três etapas a saber: num primeiro momento, junto aos indígenas, destacando-se aí as etnias Macuxi, Taurepang, Ingarikó, Pauxiána, e Wapixana; num segundo momento, uma aproximação com os ‘brancos’ fazendeiros da região e, num terceiro momento, devido aos conflitos existentes entre índios e fazendeiros e a consequente perseguição aos missionários, estes abandonam a sede da paróquia ‘do Carmo’ e refugiam-se entre os índios, criando aí um centro de missão (NETO, 2000).

Conforme o Informativo da Diocese do ano de 1980, assim se deu a chegada dos Beneditinos à Boa Vista:

Em abril de 1909 os primeiros missionários beneditinos, 4 sacerdotes e 2 irmãos leigo, viajaram para Boa Vista, chegando em 7 de junho a uma hora da manhã.[...] os padres foram perseguidos por algumas famílias de Boa Vista e, para salvar a própria vida, retiraram-se para um lugar denominado “Capela” na confluência dos rios Uraricoera e Itacutú. Foi ali que começou uma evangelização metódica, sobretudo entre os índios (DIOCESE DE RORAIMA, 1980, p. 12).

Essa missão perdurou até o ano de 1948. Entretanto, vale destacar que os jesuítas foram os primeiros missionários cristãos a marcar a presença religiosa na Amazônia portuguesa, por volta do ano de 1657. Essa presença jesuítica junto às populações do vale do rio Branco deveu-se sobretudo à presença dos missionários “nas campanhas de descimentos e resgate de indígenas cativos, porque cabia a eles julgar lícito ou não o cativo” (NETO, 2000, p.41).

Uma outra presença missionária foi a dos Carmelitas (1693), quando os portugueses avançam sobre a região amazônica, ampliando suas fronteiras e construindo fortes para resistir às invasões francesas e holandesas. Sediados no forte São Joaquim, frente àquela capelania, os Carmelitas fizeram uma experiência de aldeamento indígena. Por fim, e anterior à presença beneditina, registra-se a missão dos franciscanos na região, a qual não está voltada para os índios mas de assistência à paróquia da freguesia

do Carmo, núcleo populacional que será a origem da cidade de Boa Vista. Foi das mãos dos franciscanos que os beneditinos receberam a Paróquia, em 1909.

Quanto à missão dessas Ordens Religiosas, Neto (2000) em suas pesquisas assim destaca: “A missão era entendida como um adentrar na floresta, no primitivo, na barbárie e trazê-lo a luz da fé, ao mundo dos ‘brancos’ dos educados, dos que tem cultura civilizada” (NETO, 2000, p.52). Nota-se, portanto, que o modelo de evangelização dos primeiros tempos tinha forte conotação colonial, tendo como fito resgatar o índio do paganismo e introduzi-lo na cultura cristã, reconhecendo-o como filho de Deus, daí a importância do sacramento do batismo.

Nesse processo de cristianização, todas as formas de manifestação das tradições religiosas primitivas das populações indígenas sucumbiram, pois que as mesmas foram consideradas manifestações diabólicas.

A partir dos anos de 1960, com o advento do concílio Vaticano II (1963-1965) a Igreja Católica Apostólica Romana tem buscado renovar suas estruturas, não apenas arquitetônicas como também identitárias, visando sua renovação e adaptação aos tempos modernos. Esse espírito renovador assumiu diversas formas nas Igrejas locais em todo o mundo e, particularmente na América Latina, onde do ponto de vista político e sobretudo a partir desse período, grassaram os regimes ditatoriais totalitários, desenvolveu-se um modelo de Igreja mais próxima do povo, envolvida com suas causas políticas e sociais e que, apoiada numa teologia própria – da libertação – contribuía para com a vivência da fé inserida na vida para a transformação da sociedade a partir das referências do modelo cristão, no momento em que no Brasil vivia-se a ditadura implantada em 1964 e que perdurou até os anos de 1985 na forma institucionalizada.

A Igreja, seguindo as orientações da Conferência Episcopal Latino Americana ocorrida em Medellin, Colômbia (1968), fez sua opção preferencial pelos pobres, compromisso esse reafirmado posteriormente na Conferência de Puebla, México no ano de 1979. Há que se questionar quem era esse pobre ao qual a Igreja se referia. Na compreensão de Boff (2008) expoente da Teologia da Libertação no Brasil, os pobres constituíam uma classe injustamente oprimidas, um injustiçado e um empobrecido, sujeita de sua própria libertação.

No dizer de Agostini (1990, p. 30) “O face-a-face com os pobres ensina à Igreja que não se trata de encarar os pobres numa perspectiva caritativa de assistência, ou ainda numa perspectiva de simples receptores de uma mensagem evangelizadora, sem qualquer vinculação com sua vida”.

2.1. O modelo de evangelização tradicional da Igreja Católica Apostólica Romana e o seu redirecionamento a favor dos pobres

A secularização tão presente no cotidiano vai deixando suas marcas e exercendo influências na sociedade, daí os posicionamentos da Igreja quanto a retomar, dentro do processo de evangelização, os valores propugnados por Jesus na construção do “novo reino”. Sobre essa questão da secularização Berger assim nos esclarece:

O termo “secularização”[...] foi usado originalmente[...] para indicar a perda de controle de territórios ou propriedades por parte das autoridades eclesiásticas[...] tem sido empregado como um conceito ideológico altamente carregado de conotações valorativas[...] em círculos anticlericais[...] tem significado a libertação do homem moderno da tutela da religião, ao passo que, em círculos ligados às Igrejas tradicionais, tem sido combatido como “descristianização”, “paganização” e equivalentes (BERGER, 1985, p. 117-118).

Esse clima anticlerical presente em Roraima se acentuava à medida que as lideranças religiosas se posicionavam contrárias às políticas públicas eleitoreiras e manipuladoras das consciências dos pobres. Tradicionalmente os padres em ações de desobriga, percorriam as regiões interioranas tendo como pontos de referência as sedes das fazendas onde eram bem acolhidos e respeitados, sendo os fazendeiros considerados benfeitores por contribuírem significativamente com as obras da Igreja. Conforme Dom Aldo Mongiano (2011): “Os missionários comprometidos com a pastoral, atuavam em diferentes frentes[...] Alguns deles eram amigos dos fazendeiros, porque, quando faziam a desobriga, encontravam hospitalidade e ajuda na fazenda. Daí saíam para celebrar os Sacramentos.” (MONGIANO, 2011, p.25).

Porém essa relação entra em crise no momento em que a Igreja local assume abertamente a defesa dos pobres e, dentre os pobres aqueles que são os mais explorados,

as populações indígenas, no que afetava diretamente os fazendeiros - habituados a terem nos indígenas mão-de-obra para tocar a fazenda, nas funções de vaqueiros, de cozinheiras e empregadas domésticas - para quem a Igreja deixara de cumprir o seu papel qual seja: pregar o evangelho, fazer catequese, batizar. Essa mudança de posição representava algo novo e ao mesmo tempo contraditório, portanto incompreendido naquele contexto sócio-cultural-religioso estabelecido. Boff (1986) assim descreve como tradicionalmente se davam as relações da Igreja para com o pobre:

Não obstante, na história da Igreja, olhamos o pobre com os olhos do rico. O pobre aparece então[...] como aquele que tem necessidade de alimentos, de roupas, de escolas. Em grande parte a estratégia da Igreja foi convencer os ricos a ajudar os pobres. Daí surgiu a grande rede de assistência organizada pela Igreja[...] de ajuda aos pobres, associada e ligada aos que possuem para ajudar os que nada tem. Desta forma, o pobre não é o sujeito de sua história. É objeto de ajuda, é aquele que recebe. Ele não dá nada (BOFF, 1986, p. 21).

Portanto, essa é a visão das classes privilegiadas da região, reforçada pelo próprio clero local em seus deslocamentos pela região, seja na capital seja no interior de Roraima. Daí que uma reviravolta nessa forma de pensar, de compreender o pobre enquanto sujeito de sua história causava estranheza aos devotados benfeitores para quem, a partir do seu lugar social, a Igreja tinha virado as costas. Assim “ao irromper como sujeito, [o pobre] se liberta de uma acomodação deliberadamente mantida, quando não reforçada, por estruturas sociais marcadas pela opressão, pela dependência e pela marginalidade (AGOSTINI, 1990, p. 23). Fazendo a opção preferencial pelos pobres a Igreja buscou ser a Igreja dos pobres. Nesse processo precisou aprender a ouvi-los e incluí-los numa relação de maior dimensão que a de simples objetos da evangelização, elevados à categoria de sujeitos de sua própria história.

Voltando à questão da leva de migrantes em bairros periféricos de Boa Vista, preocupado que estava o bispo diocesano Dom Aldo Mongiano com essa realidade, em reunião da “Área da Cidade”, manifesta às lideranças religiosas sua preocupação com a população residente nos novos bairros surgidos na zona oeste da cidade. Conforme Ata da reunião realizada na data de 21 de março de 1983, assim se registrou:

[...] D. Aldo fala aos presentes que os novos bairros além da BR – 174, formarão a Diaconia de S. Bento e ficará sobre a responsabilidade das Irmãs Missionárias da Consolata, sendo nomeada a Irmã Maria Ferreira da Silva a 1ª responsável junto à Diocese.

Justifica também à escolha do nome S. Bento, como uma homenagem, um eternizar a passagem e o trabalho dos Beneditinos por esta terra (ATA DA REUNIÃO DA ÁREA DA CIDADE, Anexo 1).

A Diocese de Roraima, à época, para melhor organizar suas atividades evangelizadoras, atendendo as demandas próprias de cada região, fora dividida administrativamente em áreas pastorais, sendo a Área da Cidade aquela que compreendia o território no qual inseria-se a Capital Boa Vista, cada Área com o seu respectivo Conselho presidido pelo Bispo Diocesano. Havia portanto a Área Norte, que compreendia o território englobando os municípios situados ao norte e à leste do Território de Roraima, caracterizado economicamente como a região das grandes fazendas de gado; a Área Sul, correspondente aos municípios localizados ao sul, com forte presença de migrantes, tendo como principal atividade econômica a agricultura familiar e, ainda, a Área Indígena, que englobava os territórios das etnias indígenas de Roraima, a norte de Roraima, convivendo com fazendeiros e mineradores.

A Igreja Católica em Roraima, em sintonia com as proposições da Conferência Episcopal Latino-Americana realizada em Puebla, México (1979), responde concretamente aos apelos dos bispos para que a Igreja converta-se à causa do pobre no desejo de promover sua libertação integral: assume como prioridade a causa indígena, com um trabalho voltado para a reafirmação da autodeterminação dos povos e, na cidade, volta seu olhar para a questão das migrações, considerando que na realidade de Boa Vista o migrante seria o mais pobre entre os pobres, sentindo a Igreja desafiada a dar uma resposta concreta aos anseios dessa população marginalizada.

É assim que, durante a 21ª Assembleia Geral da CNBB no ano de 1983, os Bispos do Brasil definem o Objetivo Geral da Ação Pastoral da Igreja no Brasil (DG), rezando assim o texto:

Evangelizar o povo brasileiro em processo de transformação socioeconômica e cultura, a partir da verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem, à luz da opção preferencial pelos pobres, pela libertação integral do homem, numa crescente participação e comunhão, visando à construção de uma sociedade mais justa e fraterna, anunciando assim o Reino definitivo (CNBB, 1983, p.1).

Analisando esse objetivo, pode-se perceber a premente preocupação da Igreja Católica em “evangelizar o povo brasileiro” como elemento primeiro de sua Ação

Pastoral, reconhecendo, porém que esse povo encontra-se em “processo de transformação socioeconômica e cultural”, propondo assim um modelo de evangelização inserida na vida do povo, “a partir da verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem” elementos que se fundem nesse processo de evangelização “à luz da opção preferencial pelos pobres”, opção essa não exclusiva nem excludente, no entanto colocando a evangelização a serviço dos pobres, comprometida com a “libertação integral do homem, numa crescente participação e comunhão, visando à construção de uma sociedade mais justa e fraterna”, residindo aqui a dimensão social dessa evangelização, promovendo o homem em todas as suas dimensões e libertando-o de todas as formas de escravidão “anunciando assim o Reino definitivo”, reino esse que não se projeta apenas para o além morte, mas cujos sinais já se refletem no cerne da vida humana e nos seus entrelaçamentos no contexto da sociedade.

Conforme as Diretrizes Gerais: “O anúncio do Reino supõe também a denúncia corajosa ‘de tudo o que se opõe ao plano de Deus e impede a realização do homem’” (CNBB, Diretrizes Gerais, 1983, nº 4). Compreendemos aqui tanto os elementos internos quanto os elementos externos à própria Igreja, isto é, as estruturas eclesiais que impedem as pessoas de participarem efetivamente da vida da Igreja no seio das comunidades, por não se encontrarem em situação regular quanto as normas internas da Igreja e, por outro lado, a denúncia das estruturas sociais que excluem o homem quanto a participação – e manifestação – no contexto da sociedade, considerando-se sobretudo que à época no Brasil, imperava um regime político ditatorial para o qual os pobres não tinham nem vez nem voz.

Importante destacar que já nos anos de 1980 a Diocese de Roraima em seu projeto de evangelização, considera a pluralidade da população local constituída por indígenas de diferentes etnias, população local residente sobretudo na capital Boa Vista, fruto da miscigenação com emigrados que remontam aos tempos da ocupação da região, portanto séculos XVII e XVIII, e os migrantes nordestinos de movimentos migratórios recentes. Portanto, a Igreja de Roraima assumiu como Objetivo Geral “Construir em Roraima uma Igreja-Sacramento, isto é, sinal e instrumento de comunhão dos homens entre si e com Deus” (DIOCESE DE RORAIMA, 1980, p.30). Quanto ao Objetivo Específico, é notória a preocupação da Igreja com aquela parcela da população

composta por uma tão grande diversidade cultural, qual seja: “atingir, pelo Evangelho, todos os homens dentro de sua realidade oportunizando lhes diversas formas de participação dentro de sua comunidade, dando prioridade aos mais pobres e marginalizados (DIOCESE DE RORAIMA, 1980, p. 30), revelando-se, portanto, essa mudança de direção da Igreja quanto ao reconhecimento do “homem” enquanto sujeito da evangelização e de sua história.

Concomitante a essa definição objetiva, foram estabelecidas duas prioridades pastorais: a. formação de Comunidades Eclesiais de Base; b. Pastoral Indígena, os dois grandes desafios para a evangelização nos anos que se seguiram.

Para o alcance dos objetivos propostos, e partindo de um enfoque cultural, a população de Roraima foi classificada pela Igreja local em quatro sub-grupos, a saber:

- a) Índios isolados, os silvícolas de cultura tipicamente índia, não influenciados pela população branca, que habitavam na região do catrimani. b) Índio a caminho da integração é aquele que, tendo tido longo contato com o branco, já adotou costumes ocidentais, mesmo mantendo sua mentalidade. c) Roceiro – agricultor – São os habitantes que trabalham na lavoura, vindo do nordeste ou descendentes de nordestinos. Entre eles há também uma faixa de pessoas vindas do sul do Brasil. d) Habitantes da cidade. Este grupo abrange todos os profissionais liberais, funcionários públicos, estudantes, trabalhadores, etc. É nesta área que se encontram os membros responsáveis e os órgãos de decisão e informação (DIOCESE DE RORAIMA, 1980, p.30)

As lideranças da própria Igreja Católica, como missionários oriundos da Europa e do Sul do Brasil eram também migrantes, enfrentavam dificuldades com a língua, os costumes locais, as comidas, as doenças típicas da Amazônia, além das grandes distâncias, dificuldades de locomoção, dentre outras. Assim, tornam-se mais capazes de compreender – a partir do lugar do outro – as dificuldades enfrentadas pelas populações residentes no território da Diocese de Roraima.

Em entrevista, Ir. Maria Silva enfatiza como grande desafio para a evangelização do povo migrante o legalismo eclesial, bem como o peso da tradição da instituição Igreja diante da realidade social de um povo migrante, excluído socialmente e condenado a estar fora da Igreja. Segundo a freira:

[...] o grande desafio, foi ter que mudar de mentalidade, deixar os meus esquemas de evangelização, deixar até a imagem que eu tinha de

Deus, um deus quase intocável. Só tinha direito a se aproximar d'Ele quem vivia conforme as leis da Igreja. No contato com o povo simples, aprendi a conhecer um Deus, muito mais próximo do povo. Um Deus cheio de compaixão, cheio de misericórdia. Um Deus que ama e acolhe a todos sem distinção. “Ele amou tanto o mundo que nos deu o seu Filho Único. Ele veio para que todos tenham vida e vida em abundância”(Ver APÊNDICE 3).

Ir. Maria faz revelações surpreendentes quanto ao esforço empreendido pelo grupo de freiras que assumiu a evangelização na área de migração, no sentido de criar elementos identitários com a população, visando a evangelização e a libertação das pessoas. Aqui entram em conflito o institucional – portanto legal – e a misericórdia divina. Pelas opções assumidas pelas freiras – com o aval da Igreja Instituição, parece-nos que a misericórdia de um Deus que é Pai prevaleceu ante toda forma de legalismo eclesial no trato com os pobres, sem que isso tenha significado uma ruptura com a unidade da Igreja. Nessa linha de opção, irmã Maria Silva assim a descreve:

[...] optamos em morar numa casa construída em madeira, a exemplo de todas as casas construídas naqueles bairros habitados por migrantes. Nossa casa era simples não tendo nem mais nem menos conforto que as casas do povo. Optamos por não termos caixa d'água porque o povo não a tinham. Assim fizemos a experiência de conviver com as constantes interrupções do fornecimento de água e também de energia elétrica, como as pessoas moradoras daquela área. Se optamos em ter um telefone e um carro, foi para servir melhor às comunidades em situações tão precárias (Ibidem).

Como exigência a essa nova evangelização, os bispos definiram nas Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil (CNBB, Diretrizes Gerais, 1983, n.5) que a mesma deveria conter “sinais eficazes de sua solidariedade, sobretudo com os mais pobres e desvalidos[...]”. Nessa perspectiva as irmãs se propõem a evangelizar os pobres, assumindo o lugar dos pobres, sendo pobres entre os pobres, abdicando de toda e qualquer regalia que pudesse colocá-las em situação diferente daquela em que vivia o povo. Diferentemente do modelo de paroquial, onde o povo vai à Igreja, a interação daquelas agentes de pastoral com a população era cotidiana, no sentido de que o templo eram as casas, o espaço sagrado era o ambiente familiar, a liturgia se fazia no dia-a-dia celebrando-se as conquistas e vitórias do povo sofrido. No espírito do Concílio Vaticano II, as freiras buscaram construir algo novo: a igreja indo ao povo, a igreja se fez povo.

Percebemos portanto que desde o início desse projeto de evangelização, o grupo de freiras que assumiu a missão de trabalhar entre os migrantes buscou criar elementos identitários para que fossem reconhecidas e aceitas pelo povo por viverem iguais a ele, sem privilégios, enfrentando os mesmos desafios do dia-a-dia naquela mesma realidade de profundas dificuldades, um grande teste para as freiras. Resta-nos desvendar, e isto o faremos oportunamente, como se deu a reação do povo diante da ação da Igreja Católica e de suas agentes, se isto contribuiu efetivamente para com a reconstrução da identidade religiosa dos maranhenses fixados naquela área periférica da capital Boa Vista.

Entretanto, essa mudança na direção de um projeto de evangelização não tradicional fez aflorar, de imediato, as contradições existentes entre o modelo adotado em relação às estruturas eclesiais. Senão vejamos: sem meios de vida, os homens foram motivados a entrar para o garimpo de ouro, cujo boom se deu no ano de 1985, abandonando assim suas famílias à própria sorte, enquanto aventuravam-se na exploração do ouro. As mulheres, sozinhas com os filhos, procuravam sobreviver da forma que podiam, esperando o feliz dia do retorno – incerto - dos esposos, com ouro suficiente para tirar-lhes da miséria, retorno esse que nem sempre acontecia. Essas mulheres eram alcunhadas de “viúvas de maridos vivos”; nunca se sabia se o marido voltava ou não do garimpo. Espiridião (2011), à época sargento da Polícia Militar, em sua obra sobre a exploração do garimpo, destaca quão antiga era essa atividade em terras roraimenses:

Mesmo ainda não sendo o garimpo um frenesi generalizado, em 1993 a cultura da lavra manual – furo do Santa Rosa, no rio Uraricoera, à frente – já estava impregnada no cotidiano roraimense. Essa tradição vinha de longe, desde as corruptelas da Serra do Tepequém, de onde toneladas de pedras de diamante foram extraídas, ora dos leitos do córregos, ora arrancadas de barrancos e buracos outros (ESPIRIDIANO, 2011, p.26).

No garimpo, os homens agregavam-se a um dono de maquinário para poderem explorar o ouro, sendo que a utilização do equipamento, a alimentação, vestuário e algum equipamento de segurança, tudo era cotado em ouro, e cuja dívida crescia avassaladoramente – já que a atividade era algo incerto – colocando os trabalhadores na qualidade de reféns do próprio sistema. Se por ventura encontrasse um filão, tudo estava resolvido: poderiam quitar as dívidas e pagar em ouro a passagem de avião para retornar à Boa Vista, resolvendo assim os problemas financeiros da família. Na iminência de

terminar o dinheiro, aventuravam-se outra vez na empreitada, dando continuidade ao ciclo vicioso que alimentava a exploração aurífera em Roraima. Nem todos os que foram voltaram; nem todos os que voltaram conseguiram êxito, porém, todos o que voltaram tornaram a retornar ao garimpo na expectativa de encontrar um filão promissor. De qualquer forma o trabalho era árduo, conforme descreve Espiridião (2011) ao relatar suas experiências como garimpeiro:

No afã de retirarmos pelo menos um quilo de ouro em pó[...] daquele misto de areia e pedrinhas mágicas[...]. Nos dois primeiros dias transportamos quase todo o material retirado do grotão para a proximidade do igarapé. No terceiro dia iniciamos a despescagem [...] E... surpresa: três macérrimos gramas de ouro. No quarto dia, mais quatro. Sete ao todo. Para mim, esse desempenho não poderia parecer mais melancólico e desalentador. Tanto trabalho para quase nada em termos de resultados (ESPIRIDIÃO, 2011, p.45).

Em função da ação garimpeira, várias atividades econômicas se firmaram: na capital Boa Vista instalaram-se dezenas de empresas que forneciam maquinários e equipamentos para a extração do ouro; multiplicaram-se, igualmente as empresas de taxi aéreo, único meio de transporte para se chegar e sair das áreas de garimpo, além das casas de comércio de gêneros alimentícios e estabelecimentos que se dedicavam exclusivamente à compra de ouro.

A economia roraimense atrelou-se à cotação do ouro; produtos e serviços eram cotados a peso de ouro, conforme registrou Espiridião (2011, p. 27) em sua História de Garimpo: “Refazendo as contas, o fornecedor de materiais e equipamentos; de alimentação; do transporte aéreo..., todos já haviam recebido a sua parte às custas do garimpeiro a quem sua atividade era a mais incerta”. Significava dizer que, todos os envolvidos com o garimpo tinham garantido os lucros decorrentes de suas atividades de apoio à extração do ouro, cujos riscos eram assumidos exclusivamente pelo garimpeiro. Encontrando o ouro, tinha como pagar as dívidas contraídas com terceiros; não o encontrando, assumia dívidas impagáveis, dada a elevação dos juros cobrados.

A violência no garimpo era uma marca sem precedentes. A morte espreitava a todos; amigos se tornavam em inimigos motivados pela ganância; se alguém adoecia, vitimado pelas doenças tropicais, dificilmente saía da grota com vida. Assim, nesse período, muitas famílias viram seus provedores mortos, ficando totalmente

desprotegidas. Outras tantas permaneciam na eterna dúvida sobre o paradeiro do chefe da família que nunca voltou nem deu mais notícias, conforme Espiridião (2011):

Para atingir o objetivo, o bom garimpeiro chega a se embrutecer. Esquece a mulher e os filhos por meses a fio, embrenhado nos grotões, tendo na cabeça apenas uma esperança. Para eles, pouco importa o fato de as esposas se sentirem desprezadas, ainda que temporariamente, obrigadas quase sempre a engrossar os bolsões de miséria nas periferias, fazendo parte da triste categoria das viúvas de maridos vivos. Os filhos, órfãos, desamparados (ESPIRIDIÃO, 2011, p.59).

Para sobreviver, muitas mulheres buscam um novo companheiro que lhes garantam o sustento. Na dúvida sobre o paradeiro do marido, se estava vivo ou morto, a Igreja não celebrava as segundas núpcias do casal e, por consequência, também não batizava os filhos que dessa união nascesse. Exigências das leis eclesiais. Entra em questão a nulidade do matrimônio, ao que o Tribunal Eclesiástico Regional Norte I da CNBB encaminha para todas as dioceses “Guia Prático” para todos os ‘responsáveis’ pela Pastoral de Casamentos Fracassados e Irregulares, reafirmando os três elementos necessários para tornar um matrimônio válido, a saber: a. que haja consentimento dos noivos; b. que esse consentimento seja dado por pessoas hábeis e, c. que esse consentimento entre pessoas juridicamente hábeis, seja manifesto legitimamente, ou seja: na forma prevista pela lei canônica... (BOZICH, 1985, p.6).

Portanto, na interpretação do Tribunal Eclesiástico, só pode ser considerado inválido um matrimônio ao qual esteja ausente um dos elementos acima descritos. Na prática, o Tribunal vem reafirmar que o matrimônio não pode ser anulado, exceto pela morte de um dos cônjuges. O reflexo dessa interpretação lança nas trevas da amargura dezenas de mulheres que, por não conseguirem provar que o cônjuge está morto, por não ter mais voltado do garimpo ou ter dado notícias no período de um ano, ficam em situação precária de sobrevivência, pois era o marido o provedor da família. Assim, findam buscando um novo relacionamento, inclusive gerando novos filhos e uma nova angústia por ver negado o batismo aos mesmos.

Essa realidade será motivo de mais uma preocupação para a Igreja Católica com relação à primeira evangelização. Em reunião da Área da Cidade, agentes de pastoral

refletem sobre a situação da sacramentalização do povo, sem a devida evangelização. Na Ata da referida reunião assim registrou-se:

[...] Padre Bruno tenta fazer uma análise crítica da realidade da cidade. Salientando o caminho da nossa pastoral em comparação com a explosão demográfica que está ocorrendo em nosso Território e de modo especial em Boa Vista. Boa Vista sente, em menor escala, os mesmos problemas das grandes metrópoles. Não podemos mais continuar com uma pastoral tradicional de sacramentalização e no individualismo, mas procurar quanto antes uma saída [...]n(ATA DA REUNIÃO DA ÁREA DA CIDADE, 1983, Anexo 1).

Surge então o paradoxo no seio da comunidade: como aproximar-se das pessoas, estabelecer com elas um vínculo de identidade, participar de suas dores e sofrimentos e ao mesmo tempo negar-lhe o batismo aos próprios filhos? Aos poucos, a Igreja vai refletindo sua práxis e, em função das novas demandas o bispo diocesano, reunido com os presbíteros, decidem flexibilizar a administração dos batizados, permitindo aos casais em “uniões irregulares”, isto é, vivendo maritalmente mas sem o sacramento do matrimônio, pudessem batizar seus filhos com a condição de que os padrinhos, se marido e mulher, fossem casados na Igreja. Isto representou um grande alento às famílias, dado a importância que atribuíam ao batismo como sinal de pertença à Igreja.

Essa nova evangelização que emergia das necessidades do povo ressoava como promissora dentro do projeto de implantação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), proposta no ano de 1980, mas que andava em crise, não sendo bem aceita em todas as Paróquias da cidade. Conforme consta na Ata da reunião das lideranças religiosas realizada no ano de 1983 em tom de lamento, constatam haver muitas indefinições, pois as paróquias não assumiram as CEB's como prioridade pastoral.

As CEBs talvez tivessem sido a solução, mas foram um aborto antes de nascer. Somos inconstantes e imediatistas, esquecendo que cada coisa necessita de um tempo para se desenvolver. A prioridade CEBs continua de pé, conforme as Diretrizes Pastorais 82-83. Tentamos trocar o nome por “Igreja Família”, e o Documento que juntos formulamos, está aí, mas parece que pouco adiantou, pois ainda não assumimos as consequências do programa. Formar a Igreja-Família só é possível através das CEBs [...] (ATA DA REUNIÃO DA ÁREA DA CIDADE, 1983, Anexo 1).

Percebe-se que, mesmo entre as lideranças religiosas havia dificuldade de se implantar um modelo de evangelização diverso do modelo paroquial. As melhores experiências vão ocorrer na zona oeste da cidade de Boa Vista, onde se implantou a

Diaconia São Bento. O germen inicial, os Grupos de Reflexão chegaram ao número de 10 na comunidade do bairro Asa Branca, com reuniões semanais, cada grupo possuindo um ou dois líderes. Irmã Elisa Pandiani fazia um esforço para acompanhá-los semanalmente.

A preocupação com a organização das novas comunidades torna-se premente para a Igreja local, tanto que a mesma vai discutir a problemática da migração e a consequente implantação das CEB's em uma Assembleia Diocesana de Planejamento Pastoral, realizada no mês de janeiro do ano de 1981. Nas palavras de abertura da Assembleia o bispo Dom Aldo Mongiano, falando dos objetivos da Pastoral, assim se pronuncia como Pastor:

O objetivo da nossa pastoral é a comunidade quer entre os indígenas, quer entre os imigrados das frentes pioneiras, quer na cidade. [...] Reunidos em Assembleia somos naturalmente convidados a fazer um trabalho de revisão, cumpre-nos analisar o nosso povo de Deus, isto é o elemento humano no meio do qual vivemos, para melhor o compreender e melhor comunicar com ele. Mas também precisamos avaliar a nossa ação pastoral para avaliar em que medida somos evangelizadores, ou “homens-para-os-outros” portadores do dom da fé (Palavras de D. Aldo Mongiano na abertura da V Assembleia de Planejamento Pastoral de 1981, Anexo 2).

Dom Aldo ressalta a necessidade de revisar a análise que a igreja local vem fazendo sobre o povo de Deus, o elemento humano tal como ele é, para que o mesmo possa ser acolhido nesse processo de evangelização e não excluído da igreja, uma vez que já foi excluído da sociedade. Enfatiza também a necessidade de avaliar a ação pastoral, percebendo o alcance dessa ação e os resultados obtidos nesse esforço empreendido junto aos emigrados. Assim, a própria Assembleia vai identificar os elementos positivos e os negativos, presente na ação evangelizadora nas comunidades, e que refletem o descompasso entre o projeto de igreja que se desejava construir frente as dificuldades enfrentadas, e a própria estrutura já consolidada das paróquias constituídas. Essas nuances são registradas na Ata da referida Assembleia nos seguintes termos:

[...] quanto à prioridade CEB apresentou os seguintes pontos positivos: preocupação constante dos agentes de pastoral e inquietação dos mesmos por não ter alcançado ainda o objetivo. Pontos negativos: a instabilidade, a mudança, o envolvimento dos agentes de pastoral em atividades fora da comunidade paroquial, o individualismo, o

clericalismo do povo, que espera tudo do padre, a heterogeneidade social, o sincretismo religioso, o envolvimento de alguns agentes de pastoral na política partidária, a má constituição da família, a sacramentalização que prevalece sobre a evangelização, O impasse está no fato que com uma estrutura pastoral antiga queremos construir uma Igreja nova (V Assembleia Diocesana de Planejamento Pastoral da Igreja de Roraima, Anexo 2).

Um olhar mais atento desvela uma realidade que em si é matriz emblemática a favorecer a continuidade e não a implantação de um novo modelo de Igreja que responda aos novos desafios locais: o negativo é visto como positivo, enquanto pontos que seriam positivos, como o envolvimento de alguns agentes de pastorais na política partidária – campo próprio de atuação dos leigos no mundo - são compreendidos como negativos. Individualismo, heterogeneidade social, sincretismo religioso, sacramentalização, organização familiar, são todos elementos novos a sobrepor-se aos paradigmas anteriores, vistos como barreiras ao desenvolvimento da religiosidade.

Enquanto a Assembleia aspira compreender o novo para melhor desenvolver uma metodologia pastoral que atenda aos desafios da sociedade, deseja a manutenção de uma estabilidade social, com todos os papéis bem definidos na sociedade e na igreja, como a desejar reconstruir uma unidade situada no passado, negando os elementos da modernidade – ou pós-modernidade – a influenciar na transformação da sociedade. Se por um lado a Igreja avança em algumas questões, mudando radicalmente de posições, colocando-se ao lado dos oprimidos, de outro, representantes da Igreja reunidos em Assembleia buscam responder aos desafios com uma volta ao passado, quando a Igreja possuía uma completa hegemonia entre todas as classes sociais por não questionar as estruturas vigentes, o que notadamente vai acontecer a partir da chegada do bispo dom Aldo Mongiano no ano de 1975 e dos seus primeiros contatos com a sociedade roraimense, conforme relato dessa experiência em comunidades do interior de Roraima:

Algum tempo depois, me levaram, de avião, a Santo Antonio do Pão, para celebrar um casamento. Logo após a celebração almoçamos. Acabado o almoço, sai e dei uma volta e vi uns trinta índios sentados debaixo de uma grande árvore. Eram trabalhadores da fazenda, mas não entendia o que faziam ou o que estavam esperando. Saiu o patrão da fazenda e iniciou a dirigir-lhes uma série de impropérios. Entendi, então, que estavam somente esperando que as mulheres saíssem pra dar para eles os restos do dia (MONGIANO, 2011, p. 32).

A partir de experiências dessa natureza o bispo revela que sua visão daquele mundo e dos problemas a serem enfrentados começava a aparecer mais claramente, tomando aos poucos a consciência de uma situação social preocupante, mas aceita como natural pela população local. Será a partir dessa visão que o bispo tomará a firme decisão pela defesa dos índios como opção preferencial pelos pobres assumida pela Igreja. A opção pelos migrantes demandará das exigências evangélicas para com os pobres radicados na cidade de Boa Vista. Para ele estava definitivamente rompido o mito segundo o qual não havia conflitos de classe e de cultura na sociedade roraimense e que a harmonia imperava em todos os rincões da região.

Ao começar a desmontar esse cenário por meio da denúncia e da conscientização do povo, o bispo fora acusado de promover a intriga e trazer a discórdia para o seio daquela sociedade. Na verdade as contradições sempre estiveram presentes, como aliás em todas as sociedades humanas, sendo que as mesmas eram escamoteadas pelos grupos economicamente influentes, muitas vezes com o apoio do clero local, dependente desse sistema, o que validava ainda mais as ações de natureza discriminatória com relação aos menos favorecidos. Conforme Agostini (1990, p.35), essa opção da Igreja pelos pobres “É o resultado de uma escuta, de uma longa aprendizagem e de um constante intercâmbio com essas maiorias relegadas à periferia da sociedade. A Igreja optou para que essas maiorias estejam no centro de sua prática, de sua reflexão e de suas celebrações”.

Portanto, as migrações que promoveram um grande choque cultural em Roraima pelo encontro de diversas culturas e que trouxeram um enriquecimento para toda a região, representaram para a Igreja uma oportunidade de repensar sua função social diante dos grandes desafios que se apresentaram, tirando-a do comodismo e da tranquilidade que era celebrar missas e administrar sacramentos, sem abordar as questões geradoras de injustiças sociais muitas vezes ocultas e por isso aceitas como naturais, passando a encarar os problemas à luz da fé e a buscar respostas para os mesmos a partir de dentro das próprias comunidades, num esforço coletivo e corresponsável. Promoveu assim uma crise interna na Igreja, a qual, beneficentemente produziu a sua reformulação nos conceitos e em sua prática evangelizadora, convertendo-se aos pobres e marginalizados.

2.2. A organização pastoral da comunidade católica do bairro Asa Branca na década de 1980.

Para a Igreja da Amazônia mobilidade humana e evangelização é um tema recorrente, considerando o grande fluxo migratório de grupos humanos oriundos das mais diversas Unidades da Federação, fator que gera uma inter-relação entre migrantes e as comunidades cristãs configuradas nesse território. Conforme Lussi (2010) “sendo que a missão constrói a Igreja e a Igreja realiza a missão, podemos assumir que há recíproca influência e incidência entre pessoas em situação de mobilidade humana (o fenômeno) e a evangelização (tarefa-razão-de-ser da Igreja)” (LUSSI, 2010, p. 9). Assim sendo, a comunidade católica territorialmente estabelecida no bairro Asa Branca se organiza de forma a promover essa inter-relação na perspectiva de estabelecer um diálogo Igreja-povo-Igreja, a partir da escuta atenta dos migrantes em processo de ressocialização, seja do ponto de vista cultural quanto do religioso, no sentido de que a evangelização a ser promovida encontre eco na vida do povo, contribuindo assim com a reconstrução da identidade religiosa. Sobre essa questão Lussi (2010) nos oferece sua contribuição nos seguintes termos:

sobre as possibilidades e as modalidades das relações a serem construídas com aqueles que provém de[...] outros estados[...] é linha mestra conhecer a realidade e suas necessidades para então planejar e intervir. [...] entendemos que este modo de proceder é decorrente do pressuposto que considera a mobilidade humana não como uma situação de necessidade, mas como um “lugar” onde se pode alcançar luz e qualidade de vida, quem sabe, também de vida cristã (LUSSI, 2010, p. 22)

Considerando que o modelo tradicional de Igreja talvez não fosse suficiente para responder aos desafios presentes naquela comunidade, de forma que o migrante pudesse reconstruir sua vida nesse ambiente novo e ao mesmo tempo estranho, gerador de uma crise de identidade cultural e também religiosa, as lideranças vão implantar um modelo pastoral mais próximo das experiências religiosas desse grupo que são as Comunidades Eclesiais de Base – CEB's, por ser mais próxima do povo. Assim, os anseios cultivados pela Diocese de Roraima com relação a implantação de uma Igreja-família vão aflorar dentro das comunidades da Diaconia São Bento, incluindo aí a comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no bairro Asa Branca, cujo modelo organizacional é descrito por Teixeira nos seguintes termos:

As CEB's são integradas por pobres e marginalizados sob todos os aspectos (econômico, político e cultural). Na zona rural, seus participantes são, geralmente, trabalhadores agrícolas, posseiros, peões, pescadores, pequenos proprietários e seus familiares. Nas periferias das grandes cidades são constituídas por operários, donas-de-casa, pequenos funcionários públicos, lavadeiras, aposentados, subempregados[...] (TEIXEIRA, 1988, p. 306).

Esse é o perfil dessa população migrante – maranhense - que chegou a Roraima e que, em Boa Vista, fixou-se na periferia, com destaque para o bairro Asa Branca: pobres e marginalizados; oriundos da zona rural; posseiros e seus familiares. Quanto às CEB's, são reconhecidamente modelos de comunidades eclesiais evangelizadoras, orientadas a terem na Palavra de Deus o seu alimento, mantendo a comunhão com seus pastores, sem jamais se considerarem o agente da evangelização.

Com relação às orientações do Magistério da Igreja sobre as CEB's, de modo geral houve por parte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil apoio e incentivo a essa experiência evangelizadora, confirmando na consciência das comunidades um elemento extremamente importante que é a sua eclesialidade pois, desde sua origem, essas pequenas comunidades estão em íntima comunhão com os seus pastores (Teixeira, 1988, p. 327). Paulo VI em sua encíclica *Evangelii Nuntiandi* (1976) reconhece o caráter eclesial dessas comunidades:

Assim, nalgumas regiões, elas brotam e desenvolvem-se, salvo algumas exceções, no interior da Igreja, e são solidárias com a vida da mesma Igreja e alimentadas pela sua doutrina e conservam-se unidas a seus pastores. [...] elas nascem da necessidade de viver mais intensamente ainda a vida da Igreja; ou então do desejo e da busca de uma dimensão mais humana do que aquela que as comunidades eclesiais mais amplas dificilmente poderão revestir [...] (EN, n. 58).

Aqui, o Papa destaca a dimensão evangelizadora própria das Comunidades Eclesiais de Base que é esse desejo de torná-la mais humana, dado que estão inseridas no meio do povo, aliás, brotando desse mesmo povo, do seu sofrimento e de suas aspirações. Além dessa organização pastoral na comunidade situada no bairro Asa Branca, as freiras primaram pela formação laical, congregando em torno das comunidades grupos de leigos para o exercício das diversas pastorais, priorizando-se a catequese, os grupos de jovens e os Grupos de Reflexão.

Ir. Maria Ferreira da Silva, responsável pela Diaconia, assim descreveu as preocupações da Igreja à época, para responder aos apelos daquela difícil realidade, haja vista os desafios internos e externos, dado que a Igreja sofria forte perseguição por causa de seus posicionamentos diante de questões sociais prementes:

Era uma Igreja atenta à realidade, aberta aos leigos e o seu modo de evangelizar era baseado na Palavra de Deus, à luz da qual se procurava ler a realidade local, nacional, mundial, da igreja e da sociedade. Portanto, uma evangelização com dimensão profética e libertadora. Na década de oitenta, quando a igreja era muito perseguida, devido à sua opção pela causa indígena, apesar do medo que as comunidades sentiam, se experimentava ao mesmo tempo, uma força, um dinamismo incríveis, que nos levava a agir de forma destemida, corajosa (Ver APÊNDICE 3).

A Igreja, embora perseguida, mantinha-se firme no seu compromisso de colocar-se ao lado dos pobres. Para implantação das CEB's as freiras missionárias da Consolata com apoio de presbíteros que eventualmente celebravam as missas e administravam os sacramentos, iniciaram a ação evangelizadora por meio da visita as famílias que, aos poucos, passavam a constituir Grupos de Reflexão, fortalecendo a Comunidade de fé. Reunindo-se nas casas para os encontros em torno da Palavra de Deus, as famílias à luz dos textos bíblicos lidos e refletidos, examinavam a vida e buscavam soluções para os problemas os mais diversos como saúde, desemprego, moradia, etc..., sem esperar, em atitude passiva, que as políticas públicas pudesse chegar até a comunidade, conforme relato de Irmã Elisa Pandiani em sua entrevista (Ver APÊNDICE 4).

Teixeira assim ressalta o funcionamento, as características e a dinâmica dessas Comunidades Eclesiais:

Normalmente os grupos de base reúnem-se semanalmente[...]. As reuniões podem acontecer na casa de um dos participantes, no salão da comunidade ou mesmo ao ar livre. Ali as pessoas se reúnem, rezam em comum, meditam a Palavra de Deus, discutem os problemas da vida, celebram os momentos de sua caminhada e articulam propostas de ação libertadora (TEIXEIRA, 1988, p. 307).

Portanto, nessas comunidades tudo era muito bem articulado, não se confundindo com grupo de oração, tampouco com um sindicato. A oração e a Palavra de Deus se articulavam com as celebrações da caminhada de onde emanavam as ações em benefício da coletividade, levadas a termo pelos próprios membros do Grupo, tendo o apoio das freiras. Foi assim que no bairro Asa Branca se conseguiu a implantação de

um posto de saúde, asfalto nas ruas, creches e escolas, fruto do esforço coletivo de pessoas que, organizadas na comunidade de fé sentiam-se responsáveis por essas ações transformadoras.

Aos domingos celebrava-se a missa ou, quando da ausência do presbítero, fazia-se a celebração da Palavra com o auxílio das freiras e apoio dos leigos. Realizavam-se também as novenas, celebrações dos padroeiros e romarias, atividades religiosas tão caras ao povo ali estabelecido. O clube de mães era um outro espaço de reconstrução da vida do povo, proporcionando às mães cursos de corte e costura, bordado e artesanato, geradores de renda para as participantes.

Essa área missionária denominada Diaconia São Bento, representava muito bem um pedaço do nordeste dentro da cidade de Boa Vista buscando a Igreja Católica ser uma grande referência ao migrante nordestino, homem do povo, com práticas religiosas profundamente ligadas ao catolicismo popular, desiludido com as políticas governamentais mas fiel aos governantes por causa das práticas paternalistas acentuadas geralmente em época de campanha eleitoral.

Assim, a evangelização atingia todos os grupos e faixas-etárias da população que constituía a comunidade. Os agentes de pastoral leigos recebiam formação mensal sobre bíblia e liturgia e eram acompanhados por coordenadores em suas atividades. Esses coordenadores se reportavam às freiras com regularidade, dentro de um plano de pastoral elaborado, com avaliações frequentes das ações pastorais. Esse modelo de evangelização prosperou durante todo o período em que as freiras estiveram à frente daquela Área de evangelização, favorecendo, inclusive, a formação de novas comunidades, cujos bairros iam surgiam nas adjacências, criando assim uma cultura que favoreceu a continuidade desse modelo de evangelização mesmo após o pedido da Congregação para o afastamento das freiras, perdurando até os dias atuais.

Fazendo memória dessa época, Irmã Elisa Pandiani, relatou-nos que foi designada para trabalhar no bairro Asa Branca, em substituição de Irmã Servera que fora designada pelo Instituto para trabalhar em Manaus/AM. Contou-nos ela de que, ao chegar no bairro Asa Branca, encontrou uma igrejinha onde a comunidade se reunia. Encontrou também um grupo de mulheres que exerciam uma forte liderança na

comunidade e que, durante a semana, reuniam-se duas ou três vezes no clube de mães para os cursos de corte e costura, bordado, pintura, etc..., além da oração em torno da Palavra de Deus. Nunca faltava um espaço para as mães que ali frequentavam conversar sobre seus problemas diários. Em seu relato, Ir. Elisa destacou a importância dessas mulheres no processo de evangelização das famílias porque conseguiam integrar as ações de evangelização com ações concretas em favor do povo, por meio das Comunidades Eclesiais de Base. Lussi (2010) nos aponta uma outra dimensão gerada por essa mobilidade social e que exerceu grande influência na vida das pessoas e da comunidade:

A mobilidade, antes de tudo, aponta para uma alteridade e, enquanto tal, é um “lugar teológico” que convoca a comunidade para o “confronto” e para a revisão de certos padrões no âmbito organizativo, nas ideias, na concepção dos ministérios, na qualidade das relações etc. (LUSSI, 2010, p. 22).

Essa é uma outra distinção dentro da Comunidade Católica, o protagonismo das mulheres, não que tivessem obtido uma promoção frente aos homens mas porque eram as pessoas com quem as freiras podiam contar, considerando que na cidade, os homens costumavam viajar para o garimpo em busca do sustento da família ficando as mulheres em casa a cuidar dos filhos e a esperar, dia após dia, o retorno do companheiro. Essa é uma das razões porque vamos encontrar as mulheres assumindo as pastorais dentro da comunidade dentro desse “lugar teológico” historicamente ocupado pelos homens. Graças ao trabalho coletivo é que essas mulheres conseguiram que a prefeitura de Boa Vista construísse um posto de saúde no bairro, o qual tornou-se referência naquela localidade, pois atendia toda a população do bairro Asa Branca e demais bairros adjacentes e que também não dispunham de posto de saúde. A ação social dessas mulheres motivadas que eram pelo Evangelho de Jesus Cristo provocou profundas mudanças na comunidade. Com frequência mantinham contato com os governantes, vereadores, deputados, no sentido de apresentarem os problemas do povo migrante, no sentido de se oferecer melhores condições de vida.

Em síntese, o modelo de evangelização desenvolvido nesse bairro foi pautado a partir das necessidades básicas do povo migrante que aí se estabeleceu a saber: moradia, água encanada, luz elétrica, asfalto, rede de esgoto, coleta de lixo, creches e escolas, transporte coletivo, saneamento das áreas alagadas, emprego e a violência doméstica, o

que resultava em má qualidade de vida, acelerando a mortalidade infantil e a degradação da vida humana naquele local que representava esperança de vida melhor para a maioria da população.

Esses problemas faziam parte de uma conjuntura maior e que estava associada ao próprio modelo de desenvolvimento adotado pelos governantes no então Território Federal de Roraima. Com o incentivo à migração, o governo oferecia casa e apoio ao migrante, quando este chegasse à Roraima. Foi então necessário construir habitações, quando então surgiu esse bairro Asa Branca. As casas de madeira, cobertas com zinco, foram construídas em uma área descampada, fora dos limites da cidade, distante dos serviços públicos ofertados à população em geral. Para se construir as casas, muitas lagoas naturais que no período chuvoso recolhiam as águas pluviais, foram aterradas como forma de ampliação do espaço físico e o governo dispôs de áreas institucionais para, no futuro, construir praças, escolas e demais órgãos do poder público. Quando então chegava a estação chuvosa, que dura 06 meses, as águas, que antes eram captadas pelas lagoas naturais, invadiam as ruas sem asfalto e adentravam nas casas, causando um problema muito grande, sobretudo para a defesa civil, necessitando alojar as famílias desabrigadas em escolas e prédios públicos. Como resposta imediata aos problemas de alagamento, abriam-se enormes valas em toda a extensão do bairro, valas essas que ficavam a céu aberto durante todo o ano, como solução definitiva para o problema dos alagamentos, tornando-se assim criadouro de insetos e roedores, foco de doenças de toda sorte. Enquanto não houve posto de saúde a situação só se agravou.

Quanto ao problema da energia elétrica, Roraima possuía um parque gerador com motores à diesel, e uma capacidade limitada no fornecimento de energia, convivendo a população com constantes apagões. Estender a rede elétrica para os novos bairros, oferecendo energia a toda a população era algo impensável à época, justamente porque a demanda era superior à produção. Relacionado a isso situava-se as condições da rodovia federal BR 174 que liga Roraima ao Amazonas e, ao norte, com a Venezuela. Essa rodovia não era asfaltada e, devido às fortes chuvas próprias da região amazônica, o revestimento em piçarra se desfazia, provocando enormes atoleiros, impedindo a passagem de veículos, sobretudo os caminhões que abasteciam a cidade de Boa Vista com gêneros alimentícios de toda espécie, bem como os caminhões que

transportavam combustível da cidade porto Caracará para Boa Vista. Essa falta de combustível gerava a necessidade de racionamento da energia elétrica pois a demanda era muito alta.

Para que o transporte coletivo circulasse no bairro, foi necessário o governo asfaltar todo o trecho no qual os ônibus da empresa faziam a linha, de forma que não ficassem atolados durante a estação das chuvas.

Desse modo, a busca para atender as emergências do povo tornou-se o primeiro foco de atuação das lideranças na comunidade, associando a isso a leitura da Palavra de Deus, contextualizando a vida do povo ao do antigo Israel a quem Javé fez justiça, libertando-o da escravidão no Egito, tendo no êxodo uma referência para a organização social, política, econômica e religiosa do povo.

Assim, não é difícil imaginar o quanto esse povo migrante se identificava com o povo de Israel em suas andanças de um local para outro, mas conservando-se fiel ao projeto libertador de Javé, conforme tradução da Bíblia de Jerusalém(2001) em que Javé vê a aflição do seu povo no Egito, ouve o seu clamor por causa daqueles que o oprime, e decide libertá-los, enviando-o para uma terra onde corre leite e mel (cf. Êxodo 3, 7-8). Talvez, para eles, a Igreja e a comunidade representassem esse ideal de vida comunitária e solidária, de gente pobre, mas que acreditava na necessidade de lutar para melhorar sua vida e de sua família, desenvolvendo a consciência de ser o povo eleito de Deus na contemporaneidade. Isto implica, conforme Berger (1985) o ato de transcendência humana:

O cosmos sagrado, que transcende e inclui o homem na sua ordenação da realidade, fornece o supremo escudo do homem contra o terror da anomia. Achar-se numa relação “correta” com o cosmos sagrado é ser protegido contra o pesadelo das ameaças do caos (BERGER, 1985, p. 40).

A experiência, relatada por Irmã Elisa Pandiani, desse grupo de mulheres líderes que tiveram essa compreensão de que a evangelização só poderia acontecer se estivesse associada à vida do povo, respondendo às expectativas acalentadas por aquela gente, foi fundamental para a transformação de uma realidade tão adversa para o migrante nordestino, em sua maioria maranhense. Assim, qualquer proposta de evangelização da comunidade só teria êxito se o anúncio da palavra, as procissões, as rezas do terço e

novenas dos santos estivessem profundamente comprometidas com a vida do povo. Essas preocupações estavam no pensamento da equipe das freiras que tomavam conta da Diaconia São Bento. No dizer da Ir. Elisa:

[...] Eu me lembro que no clube de mães[...] esse momento de encontro sempre começava com uma oração, as mulheres chegavam com os problemas delas[...] e nós é que confessávamos as mulheres, para dizer que nós sabíamos tudo aquilo que acontecia na família, nos bairros, as preocupações[...] que não tinha luz, não tinha nada, essas mulheres que levantavam de manhã cedo, indo atrás de um trabalho para alimentar as crianças, é..., isso é, foram momentos muito bonitos que, que me ajudaram a viver minha consagração (Ver APÊNDICE 4).

Este relato de Ir. Elisa faz eco às palavras do Papa Paulo VI que, na sua encíclica *Evangelii Nuntiandi* (1975) assim orientava os líderes de comunidades eclesiais:

A caridade pastoral há de ditar, a todos aqueles que o Senhor colocou como chefes de comunidades eclesiais, as normas de procedimento em relação a esta realidade, ao mesmo tempo tão rica e tão vulnerável. Antes de mais importa ser sensível em relação a ela, saber aperceber-se de suas dimensões interiores e dos negáveis valores, estar-se disposto a ajudá-la a superar os seus perigos de desvio. Bem orientada, esta religiosidade popular, pode vir a ser cada vez mais, para as nossas massas populares, um verdadeiro encontro com Deus em Jesus Cristo (EN, n. 48).

Percebe-se, aqui, uma preocupação do papa com esse universo da religiosidade popular, tão florescente entre as populações do nordeste brasileiro, com relação a possíveis desvios pertinentes à essência da doutrina da Igreja. Esse aproximar-se da Igreja em direção às populações empobrecidas representou um novo posicionamento a partir do Concílio Vaticano II, frente aos desafios dos novos tempos. Significativo é a introdução da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no Mundo Atual que assim reza:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. Porque a sua comunidade é formada por homens, que, reunidos em Cristo, são guiados pelo Espírito Santo na sua peregrinação em demanda do reino do Pai, e receberam a mensagem da salvação para a comunicar a todos. Por este motivo, a Igreja sente-se real e intimamente ligada ao género humano e à sua história (GS, n. 1).

E como que a inaugurar esse novo tempo na Igreja, Paulo VI, herdeiro das proposições do Concílio de seu antecessor João XXIII, reafirma em sua carta Encíclica *Evangelii Nuntiandi* a necessidade das igrejas locais, mantendo-se fiéis ao conteúdo da evangelização, traduzissem esta mensagem numa linguagem que pudesse ser compreendida, a verdade essencial que é Jesus Cristo (EN. nº 63).

Isto representa fundamentalmente uma aproximação da Igreja com o povo no sentido de ganhar espaço nos corações humanos, tão esquecidos e excluídos da participação na Igreja cuja estrutura clerical fora agora repensada, a partir do Concílio Vaticano II. E voltando o olhar ao povo migrante, maranhense, as irmãs missionárias da Consolata percebem-se envolvidas na problemática da evangelização inculturada, no sentido de devolver a esperança a tanta gente desesperançada, mas ainda crentes em um futuro melhor, com respaldo nos documentos da Igreja e em especial na *Gaudiun et Spes*, Constituição Pastoral cujo espírito aqui destacamos:

A missão própria que Cristo confiou à sua Igreja por certo não é de ordem política, econômica ou social.[...] é de ordem religiosa. Mas, na verdade, desta mesma missão religiosa decorrem benefícios, luzes e forças que podem auxiliar a organização e o fortalecimento da comunidade humana segundo a Lei de Deus. Do mesmo modo [...] a Igreja pode e deve promover atividades destinadas ao serviço de todos, sobretudo dos indigentes, como são as obras de misericórdia e outras semelhantes (GS, n. 329).

A Igreja ressalta assim a natureza de sua missão, reconhecendo que, para sua realização plena e eficaz, deve assumir essa missão compreendendo o homem todo em suas várias dimensões e nas complexidades dos entrelaçamentos entre elas, e que a ordem religiosa da missão confiada por Cristo se reveste da natureza humana para chegar ao fim último que é a sua salvação.

Quanto a influência da religião na vida do migrante maranhense, visualizamos nos relatos orais das pessoas por nós entrevistadas, que todas elas manifestam um relacionamento próximo com a igreja em sua terra de origem, como algo constitutivo do nomos, algo que de alguma forma está imbricado em seu ethos e portanto, fazendo parte de suas vidas, mesmo que de forma subjetiva. Senão vejamos: Na fala do sr. Francisco Lessy Araújo, o mesmo relata que, muito embora as condições adversas por viver “quase dentro do mato”, quando estava na cidade tinha a igreja como referência:

Naquela época, eu quase nunca cuidava assim, não por que quando eu saí de casa fui trabalhar de topografia, e vivia quase dentro do mato, e quando vinha pra cidade, três dias na cidade e voltava pro trabalho outra vez e, era sempre assim. Às vezes eu ia na igreja, mas era muito difícil. Mas sempre as vezes eu ia (Ver APÊNDICE 5).

Dona Antonia e seu esposo Raimundo são mais enfáticos ao se manifestarem sobre a participação na igreja, em sua região de origem, com a presença de toda a família nos eventos que se davam aos domingos:

Sempre frequentamos a igreja. Lá era sempre de oito em oito dias porque não tinha padre, era só os leigos, catequistas, tinha só aos domingos. E aqui muitas vezes não, não vamos nem aos domingos porque agora, depois de velhos, é ruim pra gente sair, mas lá nós frequentava a missa todos domingos, ia tudo, dizer assim: só fulano de tal..., não, Todo mundo ia, voltava, todo mundo pra casa junto (Ver APÊNDICE 6).

A senhora Leonice, uma forte liderança dentro do bairro Asa Branca, em seu relato destaca a importância que dava à participação nas missas que ocorriam no povoado onde morava, e que se davam de três em três ou de seis em seis meses, cujo evento se revestia de significado para a comunidade, tornando-se assim uma grande festa:

Aonde a gente morava o povoadozinho era muito pequenininho, não era tão desenvolvido, tinha as missas de 3 em 3 meses, de 6 em 6 meses. Quando tinha, aí tinha aquelas festas. A gente participava, mas como eu participei aqui (Ver APÊNDICE 7).

Quanto a dona Josefa Almeida, a mesma relata sobre a importância que dava à participação nas missas e que, de forma análoga ao casal Raimundo e Antonia, levava os filhos para a igreja todos os domingos. Conforme relatou-nos:

Todo domingo tinha missa, levava os meninos. [...] mas eu ia pra igreja [...] eu vou porque quero, de livre vontade. Aí tinha uma mais rica lá, quando ia nos festejos. Ai disse: mulher, compra roupa senão a roupa vira farda. [...] porque pobrezinho, gente pobre vai de farda mesmo; gente pobre vai é de farda (Ver APÊNDICE 8).

Quanto a experiência religiosa de dona Laci, a mesma se deu de forma bem diferenciada da dos demais entrevistados, haja vista a mesma nos ter relatado ter sido “criada no convento”, fato que influenciou decisivamente a dimensão religiosa em sua vida:

[...] eu praticamente fui criada no convento. A minha mãe me internou desde os 13 anos. [...] Então no convento foi assim, colocavam a gente lá e a gente via os pais da gente só dia de domingo, tinha aquela visita aí. Quando chegava fim de ano que a gente passava 1 mês em casa e voltava de novo pro convento, desde os 8 anos eu me criei no convento, só sai de lá quando tinha 18 anos (Ver APÊNDICE 9).

E continua relatando como se davam as relações dentro do convento, as atividades realizadas e o nível de satisfação demonstrada, ao revisitar aquelas páginas de sua infância e juventude, porque influenciou no tipo de pessoa em que se tornou, com forte ligação à comunidade de fé.

[...]se vocês soubessem como é bom gente[...] viver no convento, você não sabe como é o mundo fora, que lá dentro é uma maravilha, que você não sabe, só aprende coisa boa, tem horário pra tudo né; tem horário pra você e tem horário pra você estudar, tem horário pra você trabalhar, tem horário pra você ir pra igreja, tudo através de horário né. [...] Às vezes eu viajava com a Irmã, a Irmã Elisa, a Irmã ana, elas faziam missão né? Sabe que missões? Elas gostavam de mim porque eu era uma menina assim, ativa, sabe? Elas diziam: a Laci não tem vergonha de se expressar, fala bem. Ai eu era assim. Ai elas diziam: Umbora baixinha, umbora. Eu era muito querida pelas freiras [...] (Ibiden).

Na fala da senhora Maria José conseguimos observar o quanto ela percebe a religião presente na vida da comunidade, cujos eventos eram sempre motivo de festa, mesmo celebrando a dor e a tristeza; lá estava a manifestação da fé em Deus.

A religião é uma coisa muito importante na vida da gente. Na religião a gente celebrava a vida e a morte, o aniversário, o casamento... tudo, tudo girava em torno da religião. Então a gente fazia novena, rezava o terço, ia na celebração com o catequista e, de tempos em tempos, né, aí tinha os batizados, as primeiras comunhões, os casamentos e a festa da padroeira. Eita, eram muitas noites de novena e de festa. Também fazíamos o boi bumbá que animava a festa da comunidade no mês de junho. A gente preparava tudo, preparava o boi, as fantasias, as danças, as comidas; tenho saudades daquele tempo (Ver APÊNDICE 11).

Na fala do senhor Raimundo Bento, destacamos a importância dada pelo mesmo, aos elementos mais populares das práticas religiosas como as chamadas Santas Missões: “A gente costumava ir na igreja pra assistir a missa. Eu gostava quando tinha Santas Missões, que vinham muitos freis e nos visitavam, depois, de noite, tinha as festas. Todo mundo participava” (Ver APÊNDICE 12).

Da mesma forma o Sr. Cícero relata sua relação com a igreja: “[...] a gente tinha o costume de ir na igreja, na missa, para as rezas, para as novenas. Era coisa sagrada... todo mundo ia. Assim, a igreja sempre foi muito importante pra nós” (Ver APÊNDICE 16).

Diante desse conjunto de “falas” sobre as práticas religiosas anteriores ao evento da migração à Roraima dos entrevistados, registramos aqui o regate da memória dos mesmos quanto à maneira que passaram a se relacionar com a religião na cidade de Boa Vista, dentro do bairro Asa Branca. Conforme o senhor Francisco Lessy:

Eu demorei participar das comunidades aqui, mas eu sempre ia pra igreja... assim assistia a missa, assistia. Sempre procurava a igreja quando cheguei aqui porque não tinha, não tinha tempo né, porque naquela época eu quase não tinha tempo. Aqui eu tinha tempo, né, porque morava na cidade, eu sempre ia pra igreja. Aí depois que eu me casei, é que nós fomos pra igreja, eu participei da, ali dá, como... ali da Imaculada né, trabalhando na Imaculada Conceição, começamos na Imaculada, depois da Imaculada Conceição fomos pra Catedral né, passamos quase cinco anos na Catedral. Ali, depois fizemos o Encontro de Casais né, foi a coisa melhor que já aconteceu na minha vida foi o Encontro de Casais e [...] (Ver APÊNDICE 5).

Dona Antonia enfatizou a forma como a família foi acolhida e sua inserção nas atividades da comunidade católica, inserindo-se no clube de mães e a filha tornando-se catequista da comunidade:

[...] a gente foi bem acolhido na comunidade, inclusive tinha ali o clube de mães, foi muito bom também, eu fiz parte de lá no clube de mães; tinha a dona Marilza que participava com a gente e outros mais, tinha a irmã Elisa que participava com a gente; eu não sou do tempo da irmã Severa não, cheguei aqui já tinha passado a irmã Severa, e a irmã Elisa, e irmã Amélia fizeram curso fizeram curso e incentivaram muito nós na Igreja (Ver APÊNDICE 6).

A senhora Leonice, por sua vez, enfatizou a importância da igreja na época em relação à congregação das pessoas em torno da comunidade e na construção de um melhor lugar para se viver e como essa fato contribuía para com a ressocialização do migrante.

Sabe que eu gostava muito! Eu acho que era até mais, apesar que a população aumenta. A juventude já mudou muito; a cabeça da juventude já é outra; mas naquela época a gente era tão unido, todo mundo era amigo, a igreja era cheia, todo mundo participava, até mesmo dos trabalhos mesmos, todo mundo participava naquela época, não é quem nem hoje (Ver APÊNDICE 7).

Na visão de dona Josefa, a igreja constituía um espaço de participação do povo, cuja frequência se dava bem mais, comparando com a situação da comunidade lá no Maranhão. Essa participação do povo significava, dentre outras coisas, que a tomada de posição da Igreja local fora acertada, sendo um polo de atração para os migrantes recém chegados ao bairro Asa Branca para os quais, a comunidade era o espaço para superação da perda da identidade a que estava submetido o emigrado. Segundo ela, “é diferente, assim, porque o povo aqui frequenta mais. Lá o povo não frequentava; só se tá frequentando agora, mas no tempo que eu tava lá era fraquinho, o povo era fraco” (Ver APÊNDICE 8).

Dona Laci, que fez sua experiência religiosa em convento, nos relata que desde que chegou a Roraima, procurou manter uma aproximação com a comunidade católica, por todos os bairros de Boa Vista onde morou, chegando até no Asa Branca:

[...] Particpei muito com o padre Luisinho na Aparecida, inclusive eu me casei lá na igreja, eu me casei com o padre Luisinho.[...] foi meu padre que fez o casamento.[...] muitas vezes os pastores vem e eu recebo porque eles são nossos irmãos e eles perguntam qual a minha religião, eu respondo, olha, eu sou católica, apostólica, romana e não troco minha religião de jeito nenhum, porque[...] se eu for para outra igreja então tô fazendo de Jesus o quê? Descartável? Tô acreditando noutra igreja? Igreja não salva ninguém, o nosso salvador é só um.[...] nós fazia nossa oração aqui na casa da Maria Galvão, pois é, ai apareceu essa igreja Nossa Senhora Rainha da Paz só que eu não gostei muito dessa Rainha da Paz ai digo: não, vou ficar lá mesmo na Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, continuei lá porque [...] Aí foi o tempo que eu passei pra essa igreja que era de madeira, não lembro nem quem era naquele tempo... a Jesus, dona Marilza, então graças a Deus (Ver APÊNDICE 9).

Quanto a dona Maria José, a mesma aproveitou do fato de ser professora para se envolver na catequese da comunidade e, de sua experiência com a catequese assumiu a disciplina de Ensino Religioso na escola onde trabalhava, enfatizando sua inserção na comunidade:

Como professora, fui dar aula de religião na escola do bairro e também fui dar aula de catequese na igreja. Tinha as celebrações dia de domingo, tinha missa, a novena de nossa senhora, toda terça feira... acho que tem até hoje. Tinha também o clube de mães, onde a gente aprendia a costurar, bordar, fazer bolos, era tudo muito bom (Ver APÊNDICE 11).

Antonio dos Anjos Santos também relata sua inserção na comunidade, desde o primeiro momento em que chegou a Roraima, primeiro na região do São Luiz do Anauá

e, posteriormente em Boa Vista, na comunidade do bairro Asa Branca, onde fixou residência:

[...] quando nós chegamos aqui em Roraima, eu comecei a trabalhar em comunidade, lá na região 14 na região o São Luiz. Então comecei a trabalhar em comunidade, já fazendo leitura, ajudando. Quando eu cheguei aqui, logo que cheguei, já no primeiro domingo eu já procurei uma comunidade; aí foi quando eu fui pra comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro no Asa Branca (Ver APÊNDICE 15).

Diante desses relatos, concluímos que nossos entrevistados buscaram manter o seu vínculo com a Igreja Católica, por meio da inserção na comunidade, como um elemento agregador de pessoas oriundas do mesmo estado do nordeste brasileiro, o Maranhão, constituindo-se assim num espaço de aproximação das pessoas para o exercício da fraternidade para com o próximo, haja vista o risco da perda da identidade que o isolamento poderia proporcionar. Assim, dentro da comunidade católica do bairro Asa Branca muitas dessas pessoas se destacaram como lideranças, que por meio da formação laical, quer por suas experiências anteriores, formando um grupo de apoio à evangelização no bairro, assumindo diferentes pastorais e serviços, reforçando assim o projeto evangelizador proposto pela Igreja para aquele território de migração.

Portanto, a legitimação do trabalho leigo dentro da comunidade terminou por ser institucionalizado, o que provocou mudanças de concepção sobre o mesmo: se antes cabia ao leigo auxiliar o padre em suas atividades, realizando algum trabalho quando aquele não pudesse fazer-se presente, agora realiza suas atividades não mais de forma supletiva e sim pela força do batismo, como missão recebida do próprio Cristo. Se isso pode ser verificado dentro da Diaconia São Bento, particularmente na comunidade do bairro Asa Branca, dada as condições que os migrantes encontraram para viverem a dimensão de sua fé, não significa ser uma tendência geral para todos os migrantes católicos, por exemplo. Pelo contrário, conforme nos esclarece Costa (2010) sobre a questão da reconstrução da identidade religiosa:

No atual contexto de grande mobilidade social, com o conseqüente desenraizamento cultural, é cada vez mais comum encontrar pessoas saídas de suas terras de origem que, migrando para os grandes centros urbanos[...] sintam-se cultural e religiosamente perdidas.[...] Apesar de tudo[...] de perda de referência, a fé é um elemento imprescindível, que lhe confere apoio, conforto e esperança para enfrentar os desafios da nova realidade (COSTA, 2010, p. 141).

Esses elementos identitários conseguimos visualizar seja na ação consciente da Igreja em relação ao migrante, seja na postura do próprio migrante que, ao encontrar na religião elementos no qual possa reconstruir sua identidade passa a responder positivamente, com sua inserção na comunidade. De outra forma, quando o migrante não consegue estabelecer essa relação com o modo como a religiosidade é expressa naquele contexto, Costa (2010, p. 141) aponta duas saídas: “ou uma inserção desinteressada e cômoda no cotidiano de uma paróquia, para cumprir os ritos juridicamente estabelecidos[...] ou a mudança para uma igreja[...] que corresponda aos seus anseios”.

Em geral, a opção situa-se em ser alguém perdido no meio da massa, no caso da paróquia; ou ser um indivíduo reconhecido e valorizado no âmbito de uma comunidade evangélica. Talvez, por conta da índole do migrante, o mesmo não se satisfaça apenas com práticas ritualísticas, muitas vezes sem sentido e por isso anômica, que em nada favorecem a reconstrução de sua identidade religiosa, optando por fazer algumas readaptações às suas práticas religiosas no seio de uma comunidade neopentecostal, cujas práticas estão mais próximas de atingir os seus anseios. Assim, consideramos exitosa a experiência evangelizadora posta em prática na Diaconia São Bento, englobando a comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no acolhimento ao migrante maranhense e no atendimento às suas expectativas e necessidades.

3. A contribuição da Igreja Católica em Boa Vista/RR na reconstrução da identidade religiosa do migrante maranhense

Após apresentarmos as motivações e utopias que favoreceram a forte migração em direção à Roraima de populações nordestinas, e de caracterizarmos a estratégia desenvolvida pela Igreja Católica Romana na comunidade formada no bairro Asa Branca como nicho de reconstrução da identidade religiosa do migrante, passamos, agora, a uma análise dessa mesma estratégia à luz das teorizações de Berger, Luckmann e Geertz, os quais aprofundam a relação dialética que se dá entre religião e o ser humano dentro de um determinado contexto social, contribuindo assim para o estabelecimento de um Nomos capaz de sustentar o grupo humano contra todas as situações que possam provocar a perda de sentido da própria existência, geradora do caos social. Nessa mesma linha destacamos a necessidade de se configurar uma estrutura de plausibilidade que dê sustentação a esse Nomos criado, conforme propõem os teóricos aqui mencionados.

3.1. O papel da religião na reconstrução de sentido do grupo humano

No intuito de resolvermos as questões propostas quanto a contribuição da Igreja Católica na reconstrução da identidade religiosa do migrante maranhense chegado a Boa Vista-Roraima, e que por sua vez, se fixou no bairro Asa Branca na primeira metade dos anos de 1980, desenvolvemos nossa pesquisa partindo do conceito da relação entre “Anomia e nomia social” em P. Berger, segundo o qual toda mudança social que gera anomia provoca nos indivíduos a necessidade de construção de nomia, de sentido pessoal e coletivo para a sua existência.

Partimos dos conceitos de Berger, a quem “A sociedade é um fenômeno dialético por ser um produto humano, [...] que no entanto retroage continuamente sobre o seu produtor [...] no entanto, que o homem é um produto da sociedade” (BERGER, 1985, p.15). Considerando essa assertiva, vislumbramos a identidade religiosa do catolicismo popular como produto cultural que assume suas diferenciações com relação a outras produções identitárias religiosas, dentro de um mesmo espaço social, o que vai produzir novas interpretações ao nível simbólico. Em sintonia com Berger, Woodward (2012) assim nos esclarece:

[...] É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar (WOODWARD, 2012, p.18).

Nessa ótica podemos situar o migrante maranhense o qual, deslocado de sua terra natal conserva em si os traços profundos daquela cultura que o tornaram aquilo que é, situando-se agora num novo espaço geográfico, humano e cultural diverso daquele que o produziu e o constituiu, necessitando agora mover-se nesse novo espaço, interagindo com ele e modificando-o num processo de readaptação. Sobre essa questão Costa (2010) ressalta que:

No atual contexto de grande mobilidade social, com o conseqüente desenraizamento cultural, é cada vez mais comum encontrar pessoas saídas de suas terras de origem que, migrando para os grandes centros urbanos, os famosos “bolsões de pobreza”, sintam-se cultural e religiosamente perdidas. Seus santos, suas práticas, suas devoções, suas igrejas, são outros que os encontrados no mundo urbano. Seu tempo é outro. Apesar de tudo, o fato é que o migrante não perde a fé. Ao contrário, neste momento específico de desenraizamento, de perda de referências, a fé é um elemento imprescindível, que lhe confere apoio, conforto e esperança para enfrentar os desafios da nova realidade (COSTA, 2010, p. 140-141).

Aqui reafirmamos que o ponto de convergência entre as experiências religiosas do migrante e as proposições da comunidade católica que o acolheu em Boa Vista, no bairro Asa Branca, foram os elementos constitutivos da religiosidade popular, explicitamente idealizados e assumidos pelas freiras responsáveis pela evangelização naquele território denominado Diaconia São Bento, com o intuito de aproximar a Igreja do povo, identificando-a com seus anseios, estabelecendo, assim, laços de reciprocidade e, mais ainda, mobilizando-o no sentido da organização enquanto povo, na luta por seus direitos pessoais e coletivos.

A busca pela reconstrução da identidade é própria do ser humano que necessita situar-se no mundo enquanto sujeito, sendo necessário em primeiro lugar perceber-se nesse espaço, construindo significados, a que Peter Berger (1985) define como sendo uma atividade ordenadora ou nomizante, considerando esse empreendimento em construção algo que caracteriza a sociedade. Esse esforço humano em dar sentido às experiências constitui-se de uma busca incessante de superação das limitações impostas

pela constituição biológica do homem. Berger (1985) destaca esse aspecto da ação, de cunho social, que é própria do ser humano:

[...] O homem, ao qual foram negados biologicamente os mecanismos ordenadores de que são dotados os outros animais, é obrigado a impor a sua própria ordem à experiência. [...] Toda ação social supõe que o sentido individual seja dirigido aos outros e a interação social contínua importa em que os diversos sentidos dos atores se integrem numa ordem de significado comum (BERGER, 1985, p. 32).

Portanto, há que se considerar que a ressignificação de sua identidade se dá por meio da reconstrução que o indivíduo faz, cujo resultado só ganhará status de identidade se seus elementos forem reconhecidos comuns pela maioria dos atores de determinado grupo social. Assim, a reconstrução da identidade religiosa não pode ser entregue pela Igreja Instituição como uma dádiva à comunidade. Pressupõe-se que toda ação deva favorecer um movimento interno, tanto individual quanto coletivo, no sentido de que o nomos objetivado seja interiorizado no decurso da socialização (BERGER, 1985). O indivíduo apropria-se dele tornando-o sua própria ordenação subjetiva da experiência. É por meio dessa apropriação que o indivíduo pode “dar sentido” à sua própria biografia”. Essa atividade nomizante é algo vital para o indivíduo e para a própria sociedade sobretudo em momentos extremos, como na migração, em que se deixa um espaço cósmico com suas representações simbólicas próprias e se parte para outro universo desconhecido e carente de sentido.

Assim sendo, e já distanciados temporalmente daquele evento original, o migrante ao fazer a memória da sua trajetória migratória, percebe com mais nitidez como se deu a reelaboração dessa nova cosmovisão, considerando as experiências no campo social, político, econômico e religioso, ressignificando os fatos a partir dessa reanálise. Berger e Luckmann (2012) assim descrevem esse processo de construção da identidade:

A identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Inversamente, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a (BERGER; LUCKMANN, 2012, p. 221).

Por conseguinte, essa relação dialética que se estabelece entre os entes envolvidos no processo de manutenção, modificação ou mesmo remodelação de identidades, exerce influência no conjunto da sociedade na qual tal relação está circunscrita. No caso específico em que se estabelece uma relação entre migrante maranhense e Igreja Católica no bairro Asa Branca, por um lado a instituição religiosa contribui para que o migrante repense sua identidade dentro de um novo contexto sociocultural religioso e, por outro lado, sofre influências desse mesmo migrante, por causa de suas reelaborações, com elementos do meio anterior, levando-a a reformular suas práticas religiosas em função de atender as emergências daqueles homens e mulheres que buscam reconstruir um sentido para suas vidas em um novo território desafiador.

Identificamos essa mudança de postura da Igreja nas palavras do seu Bispo quando propõe a criação de uma área de Evangelização, tendo como autoridade eclesiástica um grupo de freiras Missionárias da Consolata. Essa criação foi algo completamente novo, embora a Instituição já tivesse disponibilizado freiras para atuarem em áreas do interior que estavam ligadas a alguma paróquia da Capital, sob a orientação de um pároco. Portanto, para poder oferecer atendimento religioso às populações migrantes que se estabeleciam em bairros criados na zona oeste da Capital Boa Vista, a Igreja muda de postura e abre mão de exigências eclesiásticas quanto a necessidade de padre para se instituir uma paróquia, buscando um meio alternativo à paróquia, uma área missionária, a qual será entregue à administração das freiras.

Um outro paradigma quebrado, dentro dessa nova experiência é a questão sacramental, notadamente o sacramento do Batismo, o qual era normalmente administrado a crianças cujos pais eram casados no civil e no religioso - ou só no religioso - e padrinhos, aos quais também se exigia o comprovante de casamento religioso. Essas práticas, aos poucos, vão se generalizando dentro das paróquias de Boa Vista, exigindo-se, no entanto, a participação de pais e padrinhos nos encontros de preparação ao batismo, seja nas paróquias, seja na Diaconia São Bento. Na entrevista, Irmã Maria Silva descreve as dificuldades encontradas por ela, no sentido de resolver as questões pertinentes a documentação, quando alguém, por exemplo, solicitava o sacramento do matrimônio:

Originariamente, a maioria do povo maranhense era batizado e se dizia católico. Quando pediam o sacramento do Matrimônio, tínhamos uma dificuldade enorme em encontrar a Certidão de Batismo. Eu cheguei a conhecer o Maranhão de ponta a ponta sem nunca lá ter ido. Escrevíamos aos párocos das paróquias, onde eles moravam, mas muitas vezes não dava certo, pois tinham sido batizados no interior, por ocasião da desobriga e ninguém sabia para onde tinha ido o documento (Ver APÊNDICE A).

Assim, as freiras recorriam a outras formulações, no sentido de favorecer os migrantes, no atendimento às suas necessidades de cunho religioso.

Tendo como referência o pensamento de Costa (2010), reconhecemos a importância desse movimento que a Igreja Católica, na Diaconia São Bento faz, em direção ao migrante no ensejo de sua inserção na comunidade.

Uma atitude essencial para uma evangelização que considere a religiosidade popular e o modo de se expressar do povo é, antes de qualquer outra coisa, reconhecer as diferenças. Não ajuda na busca de soluções tratar tudo como se houvesse unanimidade e homogeneidade. Na verdade, o catolicismo no Brasil nunca foi homogêneo (COSTA, 2010, p. 145).

Nesse aspecto, as freiras tiveram a sensibilidade de escutar o povo, conhecer suas expectativas e anseios, identificar-se com eles fazendo juntos a experiência do “ser migrante” e assim estabelecerem um canal de diálogo com base no respeito mútuo e na confiança, flexibilizando normas para acolher aquelas pessoas, dando-lhes a esperança de poderem contar com a Igreja nesse momento tão decisivo de suas vidas. Na fala da Ir. Maria Silva, ela destaca esse caráter assumido pelas freiras naquelas circunstâncias: “para melhor responder aos desafios da migração, as Irmãs Missionárias da Consolata se inseriram no bairro da Liberdade, no meio do povo, morando numa pequena casa de madeira” (Ver APÊNDICE 3).

Irmã Elisa Pandiani destaca uma outra dimensão da relação estabelecida com a comunidade, sobretudo com as mulheres. Segundo ela, os trabalhos no clube das mães representava um momento de encontro que sempre começava com uma oração, e depois as mulheres colocavam os problemas delas, sendo que as freiras eram suas confidentes, portanto, sabendo de tudo daquilo que acontecia nas famílias, nos bairros, as preocupações (Ver APÊNDICE 4). As relações entre a Igreja e os migrantes foi para alguns, uma experiência profunda, levando-os a participarem ativamente das atividades

na comunidade religiosa do Asa Branca porque isso estava cheio de sentido para eles. Dona Leonice, em sua fala, assim se manifesta: “mas naquela época a gente era tão unido, todo mundo era amigo, a igreja era cheia, todo mundo participava, até mesmo dos trabalhos mesmos, todo mundo participava naquela época,” (Ver APÊNDICE 7).

Berger (1985) reafirma o caráter preponderante da religião quanto a reconstrução de sentido para grupos humanos, particularmente porque faz representações na esfera do sagrado, legitimando assim as realidades humanas.

A religião foi historicamente o instrumento mais amplo e efetivo da legitimação[...] a religião legitima de forma tão eficaz porque relaciona com a realidade suprema as precárias construções da realidade erguidas pelas sociedades empíricas. As tênues realidades do mundo social se fundam no sagrado *realissimum*, que por definição está dentro das contingências dos sentidos humanos e da atividade humana (BERGER, 1985, p. 45).

Destaca-se, assim, a dimensão de transcendência para as precárias construções humanas, haja vista que ao homem lhes é oferecida a participação privilegiada nos atos “divinos”, sendo aqueles uma representação destes. Desse modo, o grupo humano que por diversos fatores é atingido pela anomia social, contemplando as realidades divinas reveladas pela Igreja, conseguem se identificar com as figuras heroicas dos contos míticos de cunho religioso, produzindo, assim, um revigoramento de sua identidade, em analogia com o “povo eleito”, conforme a teorização de Berger (1985) que afirma:

A religião legitima as instituições infundindo-lhes um status ontológico de validade suprema, isto é, situando-as num quadro de referência sagrado e cósmico. As construções históricas desta atividade humana são olhadas de um ponto privilegiado que, na sua própria autodefinição transforma a história e o homem (BERGER, 1985, p. 46).

Considerando-se pois o ethos original dos migrantes oriundos do Estado do Maranhão, podemos identificar os elementos característicos próprios da religiosidade popular, dentre os quais nomeamos: ausência de representantes do clero no seio da comunidade, exceto no tempo da desobriga ou das santas missões populares; práticas religiosas devocionais como reza do terço, novenas, benzimentos, rezas, culto aos santos e em especial à mãe de Jesus.

Conforme Geertz (1989, p. 143) “o ethos de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que vida reflete”. Assim sendo, essas práticas religiosas tendem a cristalizar-se como fenômeno religioso próprio dessas populações camponesas, como garantia da plausibilidade para a sobrevivência desses grupos humanos. Descrevendo o catolicismo popular, Costa (2010) assim caracteriza esse movimento:

O catolicismo no Brasil é, sabida e comprovadamente, um catolicismo leigo. O assim chamado “processo de romanização” não extirpou por inteiro o protagonismo leigo das comunidades. Principalmente nas áreas de tradição rural, o catolicismo de “muita reza e pouca missa, muito santo e pouco padre” continua a prevalecer[...] Muitas práticas da religiosidade popular foram herdadas do catolicismo que se plasmou no Brasil-colônia, à margem do discurso oficial tridentino (COSTA, 2010, p. 132).

Dessa forma, percebe-se o papel preponderante da religiosidade popular na reconstrução de sentidos do grupo humano, que busca manter sua plausibilidade, particularmente diante da crise de identidade que a migração impõe sobre as pessoas, considerando as implicações desse movimento na geração de anomia social. Ao tratar dessa temática, Teixeira (2001) assim nos esclarece:

Diante da situação limitada e de impermanência que marca a condição humana, a religião funciona como um dossel sagrado protetor do nomos, possibilitando interpretações que satisfazem não apenas o campo teórico, mas sobretudo aquele da sustentação interior para enfrentar a crise e o sofrimento e da morte (TEIXEIRA, 2001, p. 230).

Analisando os relatos orais das pessoas por nós entrevistadas, cujas transcrições encontram-se anexas, percebe-se, em muitos casos, o interesse do migrante quanto a existência de comunidades católicas na região para a qual estavam em vias de se deslocarem. Na fala do Sr. Francisco Lassy Araújo (APÊNDICE 5) registramos: “sempre procurava a igreja quando cheguei aqui, [...] Aqui eu tinha tempo porque morava na cidade”; Dona Antonia, (APÊNDICE 6), assim se manifestou, quando convidada a vir para Roraima: “eu perguntei até mesmo pela comunidade, como é que era. Ela disse que tudo era bom, a comunidade, não tinha achado muita diferença[...]”. Dona Josefa e esposo relataram que uma das motivações apresentadas pela filha, que já

residia em Roraima, para se decidirem vir também é que: “lá no bairro que vamos morar, a igreja é pertinho...” (APÊNDICE 8).

Nossa leitura é que na bagagem, esses migrantes trouxeram não apenas os sonhos, esperanças e incertezas, mas sobretudo aqueles elementos próprios da religiosidade e que dão sentido à existência humana, mantendo o estado de nomia diante das vicissitudes anômicas provocadas por uma forçada migração, colocando em risco a manutenção da identidade tão peculiar, característico daquele universo rural nordestino. Nesse sentido, a religião torna-se o bastião sagrado, a rocha sobre a qual será restaurada a plausibilidade para a vida do migrante nas terras que lhes são estranhas, razão pela qual encontram alento quando acolhidos na comunidade católica local. No dizer de Berger (1985, p. 41) “A religião representa o ponto máximo de auto-exteriorização do homem pela infusão, dos seus próprios sentidos sobre a realidade”.

Conforme relatado por Ir. Maria Silva (ver APÊNDICE 3), responsável pela evangelização na Diaconia São Bento a qual envolvia a comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no bairro Asa Branca, os primeiros contados davam-se por meio de visitas às famílias, as rezas do terço, as novenas bem como na presença aos velórios, nos batizados, sendo essa a porta de entrada na vida dos migrantes.

Essa forma de aproximar-se do povo, identificando-se com ele, favoreceu o estabelecimento de relações com a igreja/comunidade porque o migrante maranhense passa a reconhecer os elementos constitutivos de sua religiosidade em suas práticas no interior do estado do Maranhão, o que vai contribuir para reconstrução de sua identidade religiosa nesse novo espaço geográfico, nessa nova dimensão da realidade humana, engajando-o num novo projeto de vida em razão de suas expectativas. Assim, os novos significados vão sendo construídos à medida em que o migrante finca suas raízes naquele espaço, desapegando-se do mundo físico que deixou para trás, conservando os fragmentos cosmológicos do passado, e com eles recomeçando suas histórias de vida. Nos relatos colhidos nas entrevistas verifica-se a firmeza dos migrantes quanto a decisão da permanência em Roraima, refutando toda e qualquer possibilidade de retorno ao seu estado de origem, exceto a passeio. No que pese as condições sociais, políticas e econômicas, não são muito distintas das áreas de onde os migrantes partiram; entretanto, ali conseguiram construir novos significados para dar sentido às suas vidas.

Berger (1985) nos faz aprofundar a nossa compreensão sobre essa realidade ao afirmar que:

Todo *nomos* coloca o indivíduo frente a uma realidade significativa que o envolve com todas as suas experiências. Infunde sentido à sua vida, mesmo nos seus aspectos discrepantes e penosos. [...] razão decisiva do estabelecimento dos *nomoi* em primeiro lugar. O *nomos* situa a vida do indivíduo numa trama de sentidos que tudo abarca; esta, pela sua própria índole, transcende essa vida. O indivíduo que interioriza adequadamente esses sentidos transcende ao mesmo tempo a si mesmo (BERGER, 1985, p.66).

A infusão de sentido à vida “mesmo em seus aspectos discrepantes e penosos” nos remete a uma outra dimensão que ultrapassa os limites da acomodação e da aceitação pacífica de todos os infortúnios da empresa como vontade de Deus. Pelo contrário, essa outra dimensão busca esclarecer o significado e mesmo o porquê das adversidades ocorridas no âmbito político, econômico e social, a afetar a vida do migrante, o que, na compreensão de Berger (1985) trata-se de “uma das funções sociais das teodiceias [...] explicação das desigualdades sociais prevalentes enquanto a poder e privilégio”, postura essa legitimada pela Igreja/comunidade entre os migrantes maranhenses, no bairro Asa Branca, ao que Berger define como transcendência a si mesmo, pela capacidade do indivíduo “interiorizar adequadamente esses sentidos”.

Segundo o relato de Irmã Maria Silva, vislumbra-se na ação pastoral evangelizadora posta em prática na comunidade do bairro Asa Branca, a firme intencionalidade de oferecer ao migrante algo que lhes pudesse ajudar a reconstruir, a partir da religião, sua identidade, visando a manutenção de um estado de coisas que pudesse fazê-lo sair da inércia da anomia social, engajando-se na construção e desenvolvimento de um projeto coletivo, centrado nos ensinamentos e nas práticas de Jesus Libertador, visando a autolibertação das amarras das legitimações impostas pelas classes sociais detentoras do poder político e econômico, dominantes no território de Roraima como um todo e, em particular, na cidade de Boa Vista, de modo especial nos bairros periféricos.

Assim, irmã Maria Silva destaca a dimensão que a evangelização assume nas áreas de migração ao afirmar que naquela experiência a Igreja estava atenta à realidade do povo, evangelizando com base na Palavra de Deus que influenciava a leitura da

realidade na dimensão profética e libertadora, experimentando-se uma força e um dinamismo que levava-a a agir com determinação (ver APÊNDICE 3), significando, pois, a coragem de evangelizar o povo e ao mesmo tempo deixar-se evangelizar por ele.

Nesse sentido, a Igreja/comunidade compreende-se como instrumento de libertação, legitimando uma nova ordem a que Berger (1985) define como “*denomos*”, ordem essa que seria o reflexo do cosmos sagrado; em termos práticos a oposição entre esse mundo socialmente construído e portanto injusto e o cosmos sagrado.

Essa construção adquire conotação preponderante haja vista o momento histórico pelo qual passa o país, considerando-se que o período aqui delimitado (1980 a 1985) corresponde à última etapa do regime militar instalado no Brasil em 1964, no qual as legitimações sociais foram impostas por meio de um sistema de alienação, disseminação do medo e implantação do terror, contra todas as garantias individuais. Assim sendo, cada vez mais a sociedade civil organizada luta pela implantação da democracia, levando a termo o regime de opressão.

Por sua vez a Igreja católica, embora algumas vezes com posições divergentes, assume-se como porta voz em defesa dos pobres tendo em vista a construção de uma nova sociedade sem opressores e sem oprimidos, particularmente por meio das Pastorais Sociais embrionárias como a Comissão Pastoral da Terra – CPT, em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais; Comissão Brasileira Justiça e Paz – CBJP, em favor dos direitos humanos; o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, pela garantia do direito à vida dos povos indígenas e a posse das terras tradicionalmente por eles ocupadas e com as Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s. Ao destacar o papel social da Igreja Católica Apostólica Romana no período da repressão militar, os Bispos do Brasil assim se manifestam, fazendo a memória da atuação da Igreja no campo social:

Em 1976, por quase unanimidade, a Assembleia Geral do Episcopado aprovou o documento “Exigências cristãs de uma nova ordem política”, demonstrando a sintonia da Igreja com os acontecimentos do período. Este documento traduzia a experiência da Igreja no período de oposição ao regime militar, como o seu empenho pela recuperação das liberdades individuais e institucionais (CNBB, Campanha da Fraternidade 2015, n. 33).

A Igreja autocompreende-se como portadora de uma mensagem de libertação que deve anunciar, fiel ao testemunho de Jesus Cristo, morto e ressuscitado, que veio

para dar vida, e vida em abundancia, (cf. João 10,10) assumindo assim a dimensão profética de sua missão, para a implantação do Reino de justiça e paz. Os princípios norteadores desse posicionamento são o anúncio e as práticas de Jesus que, assumidos pela Igreja provocam reações, tendo como consequência imediata o confronto com as normas político/sociais vigentes no país, garantidas por meio da opressão física e ideológica e com resultados previsíveis aos seus opositores.

No documento citado, a Igreja a partir do evangelho, propõe a instauração de uma “nova ordem política” na sociedade, em sintonia com os anseios do povo brasileiro, tendo como base as “Exigências cristãs”.

Igualmente na Diocese de Roraima respirava-se esse ar profético. Portanto, há que se considerar a dimensão político/religiosa do posicionamento da Igreja Católica local, em voltar seu olhar para as periferias, buscando oferecer uma resposta às exigências que emergem com a formação de novos bairros periféricos para acomodar populações migrantes nordestinas, e de outras regiões do país, e que buscam em Roraima condições de vida melhores que as oferecidas em sua terra natal.

Os novos bairros situam-se, literalmente, na periferia da cidade de Boa Vista, cujos limites situava-se na rodovia federal BR 174 que passa transversalmente, no sentido leste/oeste, como que uma fronteira natural. Boa Vista, bem delimitada também no aspecto religioso, constituía-se de quatro paróquias a saber: paróquia do Carmo, a mais antiga, paróquia da Catedral, paróquia de São Francisco e paróquia de Nossa Senhora da Consolata. Por paróquia entende-se um território delimitado e sob a autoridade de um eclesiástico, com poderes plenos sob sua área de atuação eclesiástica, respondendo diretamente ao bispo da Diocese. Quanto a territorialidade religiosa recorreremos à definição de Rosendahl (2005) que assim a define:

Territorialidade religiosa[...] significa o conjunto de práticas desenvolvido por instituições ou grupos no sentido de controlar um dado território, onde o efeito do poder do sagrado reflete uma identidade e um sentimento de propriedade mútuo. A territorialidade é fortalecida pelas experiências religiosas coletivas ou individuais que o grupo mantém no lugar sagrado e nos itinerários que constituem seu território.[...] É por intermédio de seus geossímbolos que a religião de um grupo imprime marcas que identificam e delimitam um dado território religioso (Rosendahl, 2005, p.7).

Todos os bairros que surgiram a partir do perímetro delimitado pela BR 174, incluindo aí o Asa Branca, constituem-se em um novo território religioso, aberto a todos os grupos religiosos concorrentes, tendo a Igreja Católica um maior poder de inserção, porém sofrendo as consequências pela adoção de um modelo único de organização, a paróquia, para o qual não há pároco devido a escassez de padres, o que impele o Bispo a buscar uma alternativa suplementar.

Em reunião da Área da Cidade, datada de 21 de março de 1983, registrou-se em Ata a preocupação dos padres com relação a ação da igreja diante do fato gerador da explosão demográfica, particularmente as migrações, Segundo consta na referida Ata:

Salientando o caminho da nossa pastoral em comparação com a explosão demográfica que está ocorrendo em nosso Território e de modo especial em Boa Vista. Boa Vista sente, em menor escala, os mesmos problemas das grandes metrópolis. Não podemos mais continuar com uma pastoral tradicional de sacramentalização e no individualismo, mas procurar quanto antes uma saída. Pois Igrejas protestantes estão se infiltrando cada dia mais nas massas populares.[...] É tempo de passarmos a uma pastoral a longo prazo e canalizar nossas forças e iniciativas a 1ª Evangelização (Ver ANEXO 1).

Chama-nos atenção alguns aspectos nessa fala: “pastoral tradicional de sacramentalização” e “individualismo”. De fato o grande motor propulsor da evangelização na cidade de Boa Vista foi a catequese voltada para a administração dos sacramentos. Contabilizava-se quantos batizados foram feitos no ano, quantas primeiras comunhões, número de jovens crismados; casamentos celebrados. Entretanto, em termos gerais, após a administração dos sacramentos constatava-se que os neófitos passavam a frequentar menos a Igreja. Quanto ao individualismo, cada paróquia fechava-se em si mesma, voltando-se para as questões internas, buscando atender aos seus fiéis dentro de sua jurisdição. Se uma família católica habitasse dentro dos limites de uma determinada paróquia, mas que, por questões afetivas participasse em outra paróquia, caso desejasse batizar um filho, teria que solicitar uma autorização, por escrito, ao pároco de onde residia, para apresentar na paróquia a qual frequentavam.

Diante da expectativa desses novos bairros serem ocupados pelas Igrejas evangélicas neopentecostais – o que de fato vai acontecer paulatinamente ao longo da década de 1980 – e na impossibilidade de se criar uma paróquia, por não haver

disponibilidade de padres, cria-se uma área de evangelização – denominada “Diaconia”, o que não exige um pároco, e delega-se a administração eclesial às freiras Missionárias da Consolata, radicadas em Roraima desde o final dos anos de 1940. Na Diocese de Roraima cria-se algo extremamente novo, qual seja, uma área de evangelização com relativa autonomia, administrada por religiosas, com forte apelo à participação dos leigos e que, doravante, será o modelo a ser adotado nas futuras áreas de evangelização – em Boa Vista atualmente existem quatro dessas áreas, englobando a maior parte da população boavistense, considerando ser esse o modelo que permite a Igreja Católica Apostólica Romana ocupar amplos espaços geográficos, delimitando territórios, com um mínimo de agentes religiosos especializados, que passam a atuar de forma coletiva e descentralizada, atingindo, portanto, um grande número de comunidades católicas, atentos às novas demandas que se seguem.

Registre-se, entretanto, que nesse novo território sob a administração das freiras, embora denominado como área missionária, o modelo implantado é fortemente caracterizado como paroquial. No Relatório das atividades da Diaconia, datado de fevereiro de 1985 (ver ANEXO 3) consta que “foram construídas duas capelas, uma no Buritis, outra na Asa branca. Na Liberdade a Igreja de S. Bento, está em construção”. Liberdade é o bairro onde as freiras construíram sua residência (a casa paroquial) e onde estão construindo uma Igreja – de São Bento (a sede da paróquia); nos bairros são construídas “capelas”, as quais orbitam em torno da Sede. Portanto, destaca-se aí os elementos constitutivos da Paróquia, os quais emergem do subconsciente das agentes de pastoral responsáveis pela Diaconia São Bento. De fato, todas as funções mais importantes foram concentradas na sede: a secretaria; o registro documental; a administração dos sacramentos – num primeiro momento; a presença do padre nas celebrações dominicais. Nas capelas havia missa de 15 em 15 dias, alternados com celebrações da Palavra, conduzidas pela irmã responsável pela comunidade e por leigos; na sede havia missa todos os domingos. Quanto a esse protagonismo laical, assim as freiras fazem referência no referido relatório datado de fevereiro de 1985:

Até agora, as Irmãs, com a ajuda de alguns leigos, levaram em frente o trabalho pastoral da Diaconia. Daqui em diante as nossas comunidades contam muito com a valiosa colaboração do Pré-Conselho no trabalho de Evangelização (Ver ANEXO 3).

Compreende-se, assim, que os leigos tenham desenvolvido um protagonismo diferente daquele acontecido nas Paróquias, o que é próprio no âmbito da religiosidade popular, embora com algumas limitações, considerando-se que naquele território a Igreja Católica se institucionalizava com a presença das freiras, as quais respondiam diretamente ao Bispo. Quanto ao pré-Conselho referido no Relatório, tratava-se de um Conselho Consultivo, ainda não formalizado, constituído pelas principais lideranças das comunidades e os coordenadores das pastorais, similar aos Conselhos Pastorais consultivos das Paróquias, cujas decisões eram sempre submetidas a apreciação do pároco, com poder de validá-las ou não. Portanto, nas paróquias, era bem mais fácil implantar as pastorais tradicionais do que uma “Comunidade Eclesial de Base”, conforme a fala do padre Coordenador da Área da Cidade, em reunião realizada na data de 21 de março de 1983, referindo-se às dificuldades de implantação das CEB’s. Segundo ele, “as CEB’s talvez tivessem sido a solução, mas foram um aborto antes de nascer” (Ver ANEXO 1).

A leitura que fazemos é que, muito embora houvesse da parte do clero um desejo quanto a implantação das CEB’s nas paróquias, nenhum esforço efetivo estava sendo feito para o alcance desse objetivo. Denota ainda, que o modelo paroquial estava esgotado, não mais respondendo às demandas das novas comunidades constituídas de populações migrantes, com implicações sérias quanto à legitimação dos discursos e ao domínio da territorialidade, compreendida aqui como, segundo Rosendahl (2005, p.8) “as práticas referentes ao sagrado na implantação e controle da fé católica nas dioceses”.

Abordando essa questão da territorialidade, Rosendhal(2005) destaca as múltiplas estratégias que interligam religião e território bem como as formas adotadas pelas instituições religiosas quanto a vigilância dos fiéis para afirmação de sua identidade religiosa, sendo a Diocese a instância reguladora da religiosidade católica. Essa estratégia, amplamente adotada pela Igreja Católica Apostólica Romana e que no Brasil remonta aos tempos da colonização, verifica-se também em Roraima, particularmente na cidade de Boa Vista.

A Igreja vai se organizando no sentido de ocupar territórios a partir da Diocese, os quais se estruturam na forma de Paróquias, com a conseqüente instalação de comunidades no entorno de capelas tendo como centro a sede da paróquia com um

grande templo e a casa paroquial. Registra-se o fato de que as paróquias e comunidades tradicionais existentes em Boa Vista é que nomearam os bairros onde estão localizadas: Paróquia de São Francisco – bairro de São Francisco; comunidade de São Pedro – bairro de São Pedro; comunidade de Nossa Senhora Aparecida – bairro de Aparecida. Esse elemento religioso é muito forte. Entretanto, os bairros novos aos quais aqui nos referimos, criados pelo poder público, foram nomeados a partir de elementos políticos, como marca registrada de governantes.

Citando Rosendhal(2005), ao construir a igreja, a comunidade religiosa na função político-social sustenta-se a si própria. A posse do território é marcada por um ritual simbolizando um ato de criação, o qual passa a ser reconhecido pela comunidade como um território sacro, consagrado, reforçando o sentido de pertença à Igreja, de compartilhamento de uma identidade comum que se dá pelo desenvolvimento do sentimento de pertencimento a uma comunidade religiosa. Mais uma vez Berger (1985) esclarece que “Participar da sociedade é partilhar o seu saber, ou seja, co-habitar o seu nomos”. Portanto, “O nomos objetivo é interiorizado no decurso da socialização. O indivíduo se apropria dele tornando-o sua própria ordenação subjetiva da experiência. É em virtude dessa apropriação que o indivíduo pode “dar sentido” à sua própria biografia”, por meio dos universos simbólicos ordenadores, conforme propõem Bergar e Luckmann (2002):

Os universos simbólicos operam para legitimar a biografia individual e a ordem institucional[...] oferece a ordem para a apreensão subjetiva da experiência biográfica[...] pertencentes a diferentes esferas da realidade[...] integradas pela incorporação ao mesmo envolvente universo de significação (BERGER; LUCKMANN, 2012, p. 129).

Dessa forma, compreendemos como relevante o papel que a Igreja Católica desempenhou na Diaconia São Bento no atendimento a populações migrantes, considerando ainda que 100% dos nossos entrevistados continuam atuantes em comunidades, seja no bairro Asa Branca seja em outros bairros, uma vez que, passado o tempo, muitos deles mudaram de endereço mas todos estão satisfeitos pela opção que fizeram em migrar para Roraima.

Existe, pois, toda um a relação de intimidade entre religião e o homem a qual se dá pelo reconhecimento deste da autoridade da instituição religiosa quanto a

construção de um mundo possível, significativo, nômico. Possivelmente nem todos os migrantes permaneceram ligados à comunidade católica; muitos podem ter sofrido um processo de encantamento pelos discursos de outras denominações religiosas, encontrando aí mitigação e alento para seus sofrimentos, considerando as propostas das denominações neopentecostais com respostas imediatas às necessidades humanas. Em todo caso, a religião, seja ela qual for, desempenha esse papel na reafirmação ou na reconstrução de novas identidades como que num segundo processo migratório, dessa vez no campo religioso. Ao descrever o processo de legitimação, Berger (1985) descreve a função da religião nesse empreendimento:

A parte historicamente decisiva da religião no processo de legitimação é explicável em termos da capacidade única da religião em “situar” os fenômenos humanos em um quadro cósmico de referência. [...] A legitimidade religiosa pretende relacionar a realidade humanamente definida com a realidade última, universal e sagrada. [...] os *nomoi* humanamente construídos ganham um status cósmico (BERGER, 1985, p. 48-49).

Dessa teorização depreende-se o papel da religião no contexto dessa teodiceia que propõe ao homem a submissão ao Deus todo-poderoso porque seu mundo faz parte de uma realidade cósmica, conseqüentemente sagrada por constituir-se em um microcosmo dessa realidade última que é o mundo superior.

3.2. A estrutura de plausibilidade recriada pelo migrante, na reconstrução do novo *nomos*.

A estrutura de plausibilidade no enfoque de Peter Berger (2012), constitui-se na “construção de um mundo possível, portanto reconhecido pelo grupo humano”. No caso em análise, sobre a contribuição da Igreja Católica na reconstrução da identidade religiosa do migrante nordestino oriundo do Estado do Maranhão na primeira metade dos anos de 1980, tem a religião uma grande contribuição nessa construção social uma vez que chama para si a responsabilidade de organizar esse povo dentro da perspectiva da evangelização mas que, diante de sua situação social e econômica de exclusão só pode reafirmar a opção preferencial pelos pobres, “mais como uma categoria teológica que cultural, sociológica, política ou filosófica” conforme o Papa Francisco (*Evangelii Gaudium*, nº 198) no sentido de promover-lhes a vida e a conseqüente busca pela justiça

e igualdade diante das forças opressoras desintegradoras da dignidade da pessoa humana e do cidadão.

Uma estrutura dessa natureza para se manter, exige respostas legitimadoras que façam sentido e que sejam aceitas por esse grupo humano, tendo em vista resistir às anomias sociais. Sobre legitimação Berger (1985) entende ser o conjunto dos saberes socialmente objetivados que dão as respostas às perguntas sobre os ‘porques’ dos dispositivos institucionais os quais explicam e justificam a ordem social estabelecida.

Nesse sentido, os migrantes maranhenses radicados em Boa Vista/RR, no bairro Asa Branca, apoiam-se nas afirmações legitimadoras da comunidade religiosa local com sua proposta de evangelização, a partir dos fragmentos da religiosidade popular original impressas na memória coletiva, associadas à receptividade da comunidade católica no bairro Asa Branca cujas práticas religiosas adotadas encontram ressonância em suas vidas, elementos esses ricos de significado para a reconstrução da identidade religiosa, embora num ambiente hostil, no qual encontra-se fragilizado ante a perspectiva de êxito ou fracasso desse empreendimento migratório, tendo como elemento facilitador o “estar entre os seus”, uma vez que essa comunidade constituída é, em sua maioria composta por migrantes maranhenses.

Na busca de se construir esse novo nomos, Rosendahl (2005) destaca que a paróquia enquanto território principal da vida das comunidades locais, favorece o exercício da fé e da identidade religiosa do fiel. No território objeto de nossa pesquisa, na ausência da Paróquia, essa função é exercida pela instituição denominada Diaconia São Bento, a qual objetivou ser para o migrante a referência, em termos religiosos, para agregar todas as suas experiências anteriores, contribuindo assim para essa reconstrução indenitária, numa perspectiva de razoabilidade a que Geertz (1989) se refere, reafirmando a necessidade do estabelecimento de uma estrutura de plausibilidade que possa garantir a esses migrantes encontrar razões e sentidos para a própria existência, a partir dessa dimensão religiosa tão presente em suas vidas.

Na crença e na prática religiosa, o *ethos* de um grupo torna-se intelectualmente razoável porque demonstra representar um tipo de vida idealmente adaptado ao estado de coisas atual que a visão de mundo descreve, enquanto essa visão de mundo tonar-se emocionalmente convincente por ser apresentada como uma imagem

de um estado de coisas verdadeiro, especialmente bem-arrumado para acomodar tal tipo de vida (GEERTZ, 1989, p. 104).

Quanto a essa questão, Berger (1985) nos esclarece que a estrutura de plausibilidade garantirá o efeito permanente para as legitimações, de modo que as respostas da instituição legitimadora aos “porquês” da comunidade façam sentido, alcançando assim reconhecimento e conseqüentemente sua manutenção. Nesse modelo de sociedade em que prevalecem fortemente as desigualdades sociais, ambiente propício para questionamentos que exigem explicações em termos nômicos sobre o porquê do sofrimento e da exploração de grupos privilegiados sobre populações humildes, e cujas respostas se darão dentro de teodicéias específicas.

Na teorização de Berger (1985) as teodicéias estão comprometidas com as legitimações as quais poderão estar a serviço das classes sociais humildes no sentido de que possam compreender as razões de suas misérias humanas despertando para um movimento de contestação e de ações contrárias a esse movimento opressor ou, de outra forma, para a aceitação de suas mazelas relegando ao julgamento final a superação dos sofrimentos da vida presente para viver em plenitude a outra vida.

Da mesma forma essa estrutura servirá às classes dominantes, de uma ou de outra forma, sendo a Igreja a instituição que adotará essas teodicéias a favor de um ou outro grupo, ou ainda, conforme as tendências internas, contraditoriamente legitimando esse e aquele saber, considerando-se a religião o instrumento de legitimação mais antigo que se conhece, atuando dentro das sociedades desde as origens da humanidade. Na visão de Berger (1985, p.112) “[...] a religião aparece na história quer como força que sustenta, quer como força que abala o mundo. Nessas duas manifestações, ela tem sido tanto alienante quanto desalienante”.

No que pese a ação da Igreja Católica junto aos migrantes no bairro Asa Branca, a teodicéia legitimadora utilizada está a favor do povo migrante o qual passa a refletir sua vida a partir da Palavra de Deus e a compreender-se como prolongamento e extensão do povo de Israel, também sujeito a migrações (êxodo), tendo contato com outros povos e culturas diversas, muitas vezes exposto ao risco da anomia (exílio babilônico) passando a assimilar e cultuar os deuses estrangeiros, mas sempre chamado a retomar o projeto de vida proposto pela divindade nacional como garantia de

manutenção de uma estabilidade, tendo no profetismo a instituição sagrada legitimadora do nomos desse povo. Assim sendo, e compreendendo que o processo de libertação da pessoa humana parte de dentro do próprio indivíduo, na Diaconia São Bento a Igreja investiu fortemente em formação laical, no sentido de ampliar os horizontes do leigo na compreensão de todas as esferas da vida humana, o que vai contribuir para a reafirmação do nomos o qual, na concepção de Berger (1985, p. 65) “[...] é estabelecido, repetidas vezes, contra a ameaça de sua destruição pelas forças anômicas”, considerando portanto a teodicéia como uma explicação da anomia em termos de legitimação religiosa:

A teodicéia afeta diretamente o indivíduo na sua vida concreta na sociedade. Uma teodicéia plausível[...] permite ao indivíduo integrar as experiências anômicas de sua biografia no nomos socialmente estabelecido e o seu correlato subjetivo na sua própria consciência (BERGER, 1985, p.70).

A experiência anômica, no caso a própria migração, muitas vezes ocorreu “às cegas”, desconhecendo-se geograficamente o destino final, conforme relato dos nossos entrevistados, o qual se integrará ao nomos a ser estabelecido, ou seja, ao conjunto de práticas religiosas ricas de sentido porque vão de encontro às experiências religiosas anteriores dos migrantes, como resposta legitimadora da Instituição religiosa local, reconhecida pela comunidade, engajando-se assim em ações de cunho sócio transformador com a conseqüente mudança de mentalidade.

Assim, não é difícil supor que o migrante nordestino desenvolva a consciência de ser o novo povo eleito, percebendo-se como tal, e vivendo na mesma expectativa messiânica do povo da aliança, inclusive com a percepção sobre o sofrimento e a angústia provocadas pelas tribulações da vida, alimentando, assim, a esperança da libertação. E o contexto histórico, político, social e econômico brasileiro da época, em tudo reforça esse sentimento de pertença, com o apoio de um discurso fundamentado na Teologia da Libertação, teologia essa que vai legitimar as ações da Igreja Católica nesse período de opressão instituído no Brasil (1964-1985).

A Diaconia vive assim, uma dicotomia: ser o foco para o florescimento das Comunidades Eclesiais de Base naquele território, mas, ao mesmo tempo, superar o peso da estrutura paroquial, com o seu centralismo, subdivisões e legalismo cujo

modelo está imbricado no subconsciente dos agentes de pastoral, tendo como contraponto as novas relações estabelecidas com o povo. No bairro Asa Branca chegou-se a constituir 12 pequenas comunidades eclesiais, as quais eram denominadas “Grupos de Reflexão” cujas reuniões ocorriam semanalmente, em dia e horário definido pelo próprio grupo e desenvolviam suas atividades com a coordenação de uma liderança leiga que, a partir dos relatos da vida dos participantes do grupo, iluminava-os com as experiências do povo de Deus narradas na Bíblia, e daí buscavam soluções práticas para as questões coletivas emergentes e de maior relevância como as ligadas às áreas da habitação, saúde, educação e emprego, resultando dessa ação a busca constante pelo estabelecimento do nomos, atuando a Igreja como elemento intermediador no contato com as autoridades, numa função legitimadora, nunca subestimando a capacidade do povo em manifestar-se na busca por seus direitos. Nesse sentido, Berger (1985) reforça o papel das legitimações religiosas:

Se uma teodicéia responde, de qualquer maneira, a essa indagação de sentido, serve a um objetivo de suma importância para o indivíduo que sofre, mesmo que não envolva uma promessa de que o resultado dos seus sofrimentos é a felicidade neste mundo ou no outro (BERGER, 1985, p. 70).

Desse modo, a Igreja que se coloca ao lado dos pobres, com eles assume o compromisso pela mudança das estruturas que ofendem a dignidade da pessoa humana, contribuindo para com o resgate da cidadania, fazendo isso não para o empobrecido, mas com o empobrecido, ou seja, abrindo-lhe espaço de participação para que não seja um mero objeto, manipulado agora pela religião, mas sujeito, com capacidade de refletir sobre sua vida e decidir a sua história, diferentemente das políticas públicas, as quais eram elaboradas para o povo mas sem a participação popular, visto a pessoa humana como objeto da ação benevolente da classe dirigente da nação brasileira, num processo de alienação das massas. No dizer de Berger (1985, p.98), “inverte-se na consciência a verdadeira relação entre o homem e seu mundo. O agente torna-se apenas aquele sobre o qual se age. O produtor é apreendido somente como produto”.

Fazendo eco a essas afirmações, o Magistério da Igreja denuncia essa cultura do descartável, fruto da instrumentalização da sociedade de mercado, denúncia essa atualizada pelo Papa Francisco na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*(2013)

O ser humano é considerado, em si mesmo, como um bem de consumo que se pode usar e depois lançar fora. Assim teve início a cultura do “descartável”, que, aliás, chega a ser promovida. Já não se trata simplesmente do fenômeno de exploração e opressão, mas numa realidade nova: com a exclusão, fere-se, na própria raiz, a pertença à sociedade onde se vive, pois quem vive nas favelas, na periferia ou sem poder já não está nela, mas fora. Os excluídos não são explorados, mas resíduos, sobras (EG, nº 53).

Essa mudança de visão sobre a pessoa humana deu-se, sobretudo, a partir do iluminismo com sua racionalidade científica e a laicização do estado moderno. Ainda conforme o Papa Francisco (2013) “O processo de secularização tende a reduzir a fé e a Igreja ao âmbito privado e íntimo. [...] com a negação de toda a transcendência, produziu-se um aumento progressivo do relativismo!” (EG, nº 64). As Irmãs Missionárias da Consolata à frente da evangelização na Diaconia São Bento, compreenderam que somente mudando essa conceituação sobre a compreensão do homem estariam de fato ajudando o povo nesse processo de libertação, no reconhecimento de que o Reino de Deus não é um projeto para o futuro mas já começa aqui neste mundo, engajando e comprometendo o homem nessa luta. Essa percepção, que só poderia ser gestada dentro de uma parcela da Igreja capaz de se deixar evangelizar pelos pobres, contribuiu para a mobilização popular em torno das questões que mais afetam a vida humana, buscando na leitura dos evangelhos as motivações para a ação. Nessa perspectiva é que vai se firmar o compromisso intrínseco com a comunidade católica no sentido de se promover uma evangelização comprometida com a transformação social a partir dos próprios migrantes.

Na entrevista com dona Bertulina, destacamos alguns elementos de sua fala, na qual descreve a importância que a Igreja tinha em sua vida e o desejo de participar ativamente das atividades da comunidade, embora fosse proibida pelo marido, aproveitava do tempo disponível para participar da vida da comunidade até o seu engajamento, conforme nos revelou:

Lá no Maranhão não tinha participação, eu ia na igreja assistir o que o padre falava, mas não tinha participação porque eu era muito oprimida pelo meu marido; ou a casa ou a igreja. Então, e aí eu saía as vezes, quando ele saía pro trabalho, passar a semana fora, eu ia pra igreja, que aí eu comecei me engajando (Ver APÊNDICE 13).

Destaca-se aqui o papel de submissão da mulher em relação ao marido, nessa sociedade que cultiva os valores patriarcais, considerando-se que esse não foi um caso isolado, mas algo muito presente entre as famílias dos migrantes, como o caso extremo do marido que se julgou no direito de assassinar a esposa – catequista da comunidade – por suspeitar de traição por parte da mesma no período em que ele esteve no garimpo, como forma de lavar sua honra (Ver APÊNDICE 4).

Desse “engajamento” de dona Bertulina, resultou na inserção na comunidade, a partir de sua consciência de “ser oprimida”, ensejando uma forma de resistência em oposição as atitudes do marido a quem passa a contrapor-se, chegando mesmo à ruptura dos laços matrimoniais, o que para ela representou sua libertação e abertura ao outro, tornando-a, inclusive, mais humana. A acolhida na comunidade fez diferença para ela uma vez que, a partir de então, pode desenvolver todas as suas potencialidades, despontando inclusive como uma liderança forte, capaz de lutar para melhorar a vida, não apenas sua mas de toda a coletividade no entorno de sua comunidade. Instada a avaliar sua condição de migrante oriunda do Maranhão, há mais de 30 anos radicada em Roraima, pensativa, no ambiente de trabalho – um atelier próprio de costura onde nos recebeu, ela assim avalia:

eu não tinha nem uma casa pra morar, mas hoje tenho a minha casa, melhorou como pessoa, sei dar valor às pessoas, me ponho no lugar das pessoas que sofrem, eu, pra mim, melhorou cem por cento, é, fez eu entender mais, esses cursos da Igreja que eu participei me faz abrir mais a mente pra igualdade (Ver APÊNDICE 13).

O próprio reconhecimento de “ser oprimida” se dá num processo de auto compreensão da vida, e a verbalização desse fato só pode ocorrer fora do ambiente da opressão, nunca diante do opressor, considerando-se ser a mulher a parte frágil dentro das relações sociais de gênero, dependente economicamente, distante da família e, portanto, submetendo-se à opressão mas, ao mesmo tempo, buscando meios de resistência, de não aceitação até ao momento extremo de ruptura, com todas as suas consequências, e que poderia inclusive ser excluída da comunidade de fé. Em Berger (1985) vamos encontrar os elementos para compreensão desse movimento que coloca o indivíduo frente a uma realidade geradora de sentido e de transcendência:

[...] Todo nomos coloca o indivíduo frente a uma realidade significativa que o envolve com todas as suas experiências. Infunde

sentido à sua vida, mesmo nos seus aspectos discrepantes e penosos. Na verdade[...] esta é a razão decisiva do estabelecimento dos *nomoi* em primeiro lugar. O *nomos* situa a vida do indivíduo numa trama de sentidos que tudo abarca; esta, por sua própria índole, transcende essa vida (BERGER, 1985, p.66).

Essa transcendência se caracteriza, na fala dos entrevistados, naquela situação tal que, estabelecendo uma plausibilidade para a própria existência, busca uma razão para continuar a viver e lutar, direciona esses esforços no sentido de alcançar outras pessoas do seu meio social, para que também façam essa descoberta e possam participar conscientemente desse jogo de construção e reconstrução do *nomos* do grupo humano, seja no clube de mães, onde as mulheres se reuniam para rezar, fazer pequenos cursos mas sobretudo compartilhar suas dores e sofrimentos, seja no empenho social em estabelecer contatos com as autoridades públicas, apresentando-lhes as reivindicações da comunidade como posto de saúde, escola, asfalto, transporte, emprego etc., e em ações de cunho emergencial, socorrendo os mais necessitados por meio da “cesta básica”, remédios ou mesmo busca de emprego, numa dimensão não apenas humana, de caridade, mas elevada à categoria de fraternidade, amor ao próximo, tendo como motivação maior os ensinamentos e as práticas de Jesus.

Essa estrutura de plausibilidade gerada dentro da comunidade católica e que favoreceu o empreendimento da reconstrução da identidade religiosa dos sujeitos que, em situação extrema, encontraram na Igreja a legitimação para suas dúvidas e anseios e passaram a mover-se em direção a objetivos comuns em defesa da vida e da sobrevivência frente aos obstáculos de toda ordem, abdicando de legitimações outras de cunho paternalista porém explorador, em vista do reconhecimento e aceitação do discurso religioso católico enquanto proposta libertadora, portanto legitimadora. A estrutura de plausibilidade construída, passa a incorporar elementos da nova realidade na qual estão submersos os migrantes, suplantando todo e qualquer elemento daquele universo que ficou para trás. A abordagem de Berger e Luckmann (2012) melhor esclarece esse aspecto. Segundo os referidos autores:

A estrutura de plausibilidade deve tornar-se o mundo do indivíduo, deslocando todos os outros mundos, especialmente o mundo que o indivíduo “habitava” antes de sua alternância. Isto exige a separação do indivíduo dos “habitantes” dos outros mundos, especialmente de seus “co-habitantes” no mundo que deixou para trás (BERGER; LUCKMANN, 2012, p. 203).

Analisando as reações dos nossos entrevistados diante da possibilidade de retorno ao Maranhão, os mesmos são enfáticos ao afirmar que, para residir não voltariam, considerando as conquistas que realizaram nessa nova terra. Consta-se portanto, que houve uma melhora na qualidade de vida do migrante que chegou em Roraima entre os anos de 1980 a 1985 a ponto de não desejarem retornar para o Maranhão. Na afirmação de Berger e Luckmann (2012) segundo os quais “A estrutura de plausibilidade deve tornar-se o mundo do indivíduo[...]”, e considerando a atitude dos nossos entrevistados três décadas após o evento da migração, manifestarem-se não querer retornar ao Maranhão, significa estarmos diante de uma parcela da população de migrantes maranhenses cujas falas denota a construção dessa nova estrutura de plausibilidade que mantêm as legitimações nesse novo espaço nômico, sem necessidade de retorno ao passado – agora carente de sentido - para a autoafirmação, porque nesse mundo criado se reconstruiu a identidade religiosa com o apoio da Igreja Católica Apostólica Romana.

Essa reconstrução nômica possui um caráter especial, uma vez que, para se estabelecer, necessita ser impressa na consciência coletiva por sucessivas reafirmações por meio da função de legitimação até estabilizar-se como normativa isenta de questionamentos, e em relação às novas gerações – já roraimenses – porque nascidas nesse novo território, num esforço supremo de escapar das forças opositoras, seja de parentes ou amigos que lá ficaram, assumindo totalmente uma nova identidade, agora como roraimenses. Berger e Luckmann (2012) reafirmam a necessidade do indivíduo de escapar das forças contrárias que agem contra a alternância:

O indivíduo que executa a alternância desengaja-se de seu mundo anterior e da estrutura de plausibilidade que o sustentava, se possível corporalmente, e, quando não, mentalmente.[...] ficando assim protegido da influencia potencial destruidora da realidade exercida por aqueles infieis (BERGER; LUCKMANN, p. 204-205).

Percebemos essa influência na fala de alguns dos nossos entrevistados quando citam o exemplo de alguns migrantes que resolveram voltar para sua terra, depois de terem alcançado algum êxito vivendo em Boa Vista, desconsiderando a vigência das condições sociais, políticas e econômicas em seu local de origem, e que os obrigou a empreender uma longa migração em direção à Roraima para o qual sentiram alguma forma de atração. Conforme dona Leonice, alguns migrantes que chegaram a ela,

informando estarem decididos a vender o pouco do que haviam construído desde a chegada à Boa Vista com o firme propósito de retornar para o nordeste, considerando agora poder desfrutar de uma vida melhor, com esse pouco que conseguiram ganhar aqui, ela procurava desmotivá-los contra tal empreendimento, dados as possibilidades de fracasso (Ver APÊNDICE 7). No caso de dona Leonice, temos a visibilidade desse processo completo de alternância para quem a volta ao passado já não tem mais sentido. Berger e Luckmann (2012) ressaltam que:

A mais importante exigência conceitual da alternância é a disponibilidade de um aparelho legitimador para a série completa da transformação. O que tem de ser legitimado não é somente a nova realidade, mas as etapas pelas quais é apropriada e mantida, e o abandono ou repúdio de todas as outras realidades. [...] A velha realidade, assim como as coletividades e os outros significativos que anteriormente a mediatizavam para o indivíduo, devem ser reinterpretados dentro do aparelho legitimador da nova realidade (BERGER; LUCKMANN, 2012, p.204-205).

Mais uma vez constatamos a função da Igreja enquanto aparelho legitimador dentro das etapas de reconstrução da identidade religiosa do migrante nordestino no bairro Asa Branca, cuja autoridade é por eles reconhecida e aceita. Assim sendo, constata-se que a percepção da realidade muda na medida em que os indivíduos vão consolidando essa nova estrutura de plausibilidade, ao ponto de sentirem-se estranhos naquele ambiente original, agora carente de sentido.

Dona Leonice é enfática ao afirmar que, quando vai visitar sua família no Maranhão já se sente estranha; para ela é como estar junto a estranhos, sentindo-se deslocada dentro daquela realidade (Ver APÊNDICE 7). Dona Laci igualmente manifesta a estranheza que é visitar sua cidade natal. Quando instada a responder se em algum momento sentiu vontade de voltar para a sua terra afirmou que, quando chega lá, não tem vontade de ficar nem quinze dias; agora que tem netos roraimenses sente-se profundamente ligada ao novo ambiente (Ver APÊNDICE 9). A migrante Ana Paula disse ter voltado ao Maranhão algumas vezes, enquanto seu pai e seu irmão que lá ficaram eram vivos. Como, por uma fatalidade os dois vieram a falecer, não havia mais razões para retornar, porque em Roraima encontrou as condições de vida que almejava como emprego, poder estudar e reconstruir sua vida. (Ver APÊNDICE 10).

O Casal Antonia e Raimundinho pensam em poder ir embora de Roraima, por questão de saúde de dona Antonia. No entanto, o intuito não é retornar para o Maranhão e sim migrar pra Goiás, onde mora uma filha, porque lá existe o tratamento médico de que dona Antonia necessita (Ver APÊNDICE 6), não sendo, portanto o desencantamento a razão principal de anseio em sair de Roraima.

Dona Maria José, reafirma que jamais sentiu vontade de voltar para o Maranhão, e que está muito satisfeita de ter migrado para Roraima, reconstruindo sua vida, muito melhor do que poderia ter feito no Maranhão, inclusive ajudando outras famílias migrantes, acolhendo-as em sua casa, ajudando como podia (Ver APÊNDICE 11). José Lira é outro exemplo de migrante que assumiu Roraima como se fora sua terra natal, tal as condições que encontrou para viver (Ver APÊNDICE 14). Igualmente a família de Antonio dos Anjos, mesmo precisando abandonar o sonho do pai de possuir e trabalhar na sua própria terra, quando por motivo de falta de saúde do genitor que passou a impedi-lo de trabalhar como agricultor, decidiram vir morar em Boa Vista, ao invés de retornarem ao Maranhão (Ver APÊNDICE 15).

Portanto, de maneira geral, podemos afirmar que poucos foram aqueles migrantes que, depois de um tempo, decidiram retornar às suas cidades de origem, no Maranhão e destes, muitos foram aqueles que empreenderam uma jornada de volta à Roraima. Percebe-se que o retorno se deu, sobretudo dentre aqueles que, deixando a família no Maranhão vieram à Roraima trabalhar no garimpo; quando o garimpo fechou, retornaram para suas cidades de origem ou foram em busca de outros garimpos pois, uma vez garimpeiro, sempre garimpeiro, conforme nos recorda Espiridião (2011, p.59) “[...] o bom garimpeiro chega a se embrutecer. Esquece a mulher e os filhos por meses a fio, [...] tendo na cabeça apenas uma esperança”.

Os migrantes devotados à agricultura familiar, em geral ou vieram com suas famílias, como o exemplo da família do Antonio dos Anjos Santos (Ver APÊNDICE 15) que em entrevista, relatou como o seu pai, que tinha o sonho de poder trabalhar em sua própria terra, trouxe toda a família para Roraima, em busca de concretizar esse sonho, ou ainda outros exemplos de maridos que vieram na frente, e depois de um tempo, mandaram buscar esposa e filhos, restaurando assim uma ordem, diante da desordem que se estabeleceu por conta da separação da família. Essa alternância ordem x

caos x ordem conforme Berger e Luckmann (2012, p.136) está atrelado ao universo simbólico: “Se o homem em sociedade é um construtor de mundos, isto se deve a ser constitucionalmente aberto para o mundo, o que já implica um conflito entre ordem e caos”.

Reconhecemos, assim, que esses homens e mulheres que migraram para Roraima participaram de um processo de reconstrução de mundos, influenciando o meio e sendo influenciados por ele, demarcando territórios a partir de sua cultura mas ao mesmo tempo assumindo aspectos relevantes da cultura local, criando assim esse novo mundo que não é mais o Maranhão, mas uma interação cultural com vistas à superação do caos e o estabelecimento de uma nova ordem nômica conforme teorizam Berger e Luckmann para os quais a reconstrução do nomos implica necessariamente na superação do caos.

Portanto, ao situarmos esse homem nordestino no contexto da migração, vamos identificar os elementos nômicos com os quais fará a construção da plausibilidade como ato contínuo, em interação com os demais sujeitos, uma vez ser próprio da natureza humana essa construção/reconstrução do meio social. Aqui, mais uma vez recorreremos a Berger e Luckmann (2012, p. 130) para compreendermos essa dinâmica inerente às ações humanas no sentido de restabelecer a ordem, em oposição ao caos: “Sempre que um indivíduo extravai-se, perdendo a consciência desta ordem[...] o universo simbólico permite-lhe “retornar à realidade”.

O homem em sociedade vive, portanto, nesse constante processo de construção e reconstrução de nomia a partir do seu universo simbólico no qual reside a força intrínseca geradora de sentido, seja para os indivíduos, seja para as instituições sociais. Reconhecer após trinta anos ou mais de radicação no Estado de Roraima que essa mudança representou para o migrante oriundo do Maranhão o empreendimento mais acertado de suas vidas significa dizer que essa estrutura de plausibilidade coerente, construída e mantida com a contribuição da Igreja Católica local permitiu a esses migrantes o estabelecimento de uma ordem nomizante, tanto que os descendentes que já nasceram em Roraima, possuem o elemento identitário local, por desconhecerem a realidade da migração enquanto experiência fundante, considerando aqui o papel da

instituição legitimadora em dar sentido à ordem vigente no campo religioso, o que os liga ainda mais fortemente a essa terra.

Chamou-nos a atenção o fato de que, entre os entrevistados, não termos encontrado nenhum que tenha mudado de religião após esses 30 anos, desde a chegada com o migrantes em Roraima na década de 1980, muito embora tenha florescido no meio uma diversidade de igrejas neopentecostais a construir seus territórios no mesmo espaço geográfico da comunidade católica do bairro Asa Branca. Reportando-nos ao universo simbólico, Berger e Luckmann (2012, p. 130) assim teorizam: “Uma vez estabelecido o universo simbólico, os setores discrepantes da vida cotidiana podem ser integrados mediante a referência direta ao universo simbólico”.

Sem dúvida esse processo de construção e de estabelecimento de sentido para a vida se dá de maneira conflituosa, considerando-se, num primeiro momento ser muito forte os elementos identitários, sendo motivo de sofrimento, de dor e perda da herança advinda da cultura original. É nesse sentido que dona Antonia lamenta o que ocorreu no interior de sua família, após a chegada a Roraima, porque os filhos foram crescendo e adotando posturas diferentes daquelas familiares, assimilando aspectos da cultura local consideradas negativas como as uniões conjugais sem o sacramento do matrimônio ou a geração de filhos fora do casamento, entretanto prevalecendo a unidade da família como um todo (Ver APENDICE 6). Assim, como definem Berger e Luckmann (2012, 134): “O universo simbólico defende o indivíduo do supremo terror, outorgando uma legitimação fundamental às estruturas protetoras da ordem institucional”.

Para o migrante em processo de ressocialização, certas práticas da cultura local – do lugar que os acolheu - representam o caos, sobretudo quando negam os valores familiares tradicionais, porém passando a reinterpretá-los, ajustando esses valores dentro de uma nova ordem, não sem sofrimento. Em se tratando de uma filha que ficou grávida, fora do casamento por exemplo – o que representa pecado mortal - passa agora a uma situação atenuante – enfim como graça de Deus a nova vida gerada, investindo a igreja em primeiro lugar na defesa da vida contra as possibilidades do caos que seria a prática do aborto, para o restabelecimento da ordem no seio da família. Legitimações dessa natureza exigirão reinterpretações plausíveis para que possam ser assimiladas pelo grupo familiar e pela própria sociedade envolvente. No dizer de Berger e Luckamann

“Na ressocialização o passado é interpretado para se harmonizar com a realidade presente, havendo a tendência a projetar no passado vários elementos que subjetivamente não eram acessíveis naquela época” (2012, p. 208-209).

Essa mudança de perspectiva por parte do migrante em relação aos procedimentos adotados diante dos problemas vividos no seio da família, geram, enfim, resultados positivos para a sociedade, pela aceitação da gravidez da filha, antes expulsa de casa; pelo acolhimento do bebê como membro da família e não como fruto do pecado. Da mesma forma, essas transformações promoveram uma mudança na postura da Igreja quanto a maneira de olhar essa realidade, indo ao encontro dela numa atitude de compreensão e respeito e acolhimento, não mais para julgá-la e condená-la mas, como mãe e mestra, orientar as famílias quanto as responsabilidades no seio da comunidade de fé.

Diante da análise sobre o conteúdo dos discursos coletados em entrevistas a migrantes maranhenses que participaram dessa experiência de migração, com as falas das freiras Irmã Maria Ferreira da Silva e Irmã Elisa Pandiani, confrontando-as com as teorizações de Berger, Luckmann e outros pensadores pudemos constatar que a parcela da Igreja Católica Apostólica Romana presente na Diaconia São Bento, sob os auspícios do bispo diocesano e das Freiras Missionárias da Consolata, cuja atuação se deu em toda a década de 1980 até os anos de 1994, cujo recorte fizemos na primeira metade dos anos de 1980, promoveram a evangelização desse povo migrante em processo de ressocialização, com uma forte conotação de reconstrução da identidade religiosa com base na implantação de um modelo evangelizador pautado nos aspectos e características de religiosidade popular, no compromisso intrínseco de associa-la aos anseios e buscas dessa população marginal, a partir do lugar social dos pobres, levando-os a tomar consciência sobre o compromisso de cada um com as mudanças necessárias para a garantia da justiça social traduzidas na oferta pelo poder público de bons serviços para a garantia da vida da coletividade, para isso fomentando legitimações para os “porquês” sobre o sofrimento a dor e, muitas vezes, a morte, propondo assim uma estrutura de plausibilidade que pudesse garantir ao migrante a permanente compreensão do mundo enquanto parte do cosmo sagrado, fazendo-se pobre entre os pobres, advindo daí o reconhecimento e aceitação de sua autoridade.

Embora a motivação inicial da Igreja Católica local em ocupar aquele território fosse uma estratégia para manutenção de seus adeptos contra a chegada de denominações religiosas neopentecostais, a realidade impôs um modelo de evangelização de outra ordem na qual a Igreja deixou de ser o sujeito da ação evangelizadora e, os destinatários, meros objetos dessa mesma ação. Assim, a Igreja que evangeliza é a mesma que se deixa evangelizar; o povo que é evangelizado, é o mesmo que promove a evangelização da Igreja numa dialética na qual, evangelizadores e evangelizados se alternam concomitantemente como sujeitos da ação.

Essa forma de organização da Igreja se estendeu a outras áreas que não eram alcançadas pelo modelo paroquial como as comunidades dos municípios de Mucajaí e de Caracarái onde, no mesmo período da Diaconia São Bento, o Instituto das Irmãs Missionárias da Consolata passaram também a atuar como responsáveis pela evangelização, tendo como meta implantar as diretrizes definidas pela Diocese de Roraima em relação a formação de Comunidades Eclesiais de Base. Destaque-se, pois, a fala de Madre Evelia Garino registrada na Ata da reunião do encontro das irmãs responsáveis pelas referidas áreas de evangelização, realizada em novembro de 1984:

[...] Madre Evelia[...] lembrou que,[...] conforme o documento da CNBB “Diretrizes Gerais da ação Pastoral da Igreja no Brasil” os Bispos colocam como destaque para a pastoral do triênio 83-86 as CEBs; sendo prioridade em nossa Diocese. Também a última Assembleia Regional Norte I reforça a pastoral das pequenas comunidades, como meio para solucionar os problemas sociais que mais atingem o povo da grande região amazônica, como também para conseguir uma Evangelização mais profunda (Ver ANEXO IV).

Uma outra constatação que valida essas experiências bem como a tomada de decisão do Bispo Diocesano na constituição de áreas de evangelização mais amplas, descentralizadas e mais próximas do povo, com enfoque na formação de redes de comunidades evangelizadoras interdependentes é o fato de que, mesmo com a saída das Irmãs Missionárias da Consolata a partir do ano de 1994, o modelo consolidou-se mesmo ficando, a partir de então, sob a administração eclesiástica de frades franciscanos, inclusive com a criação de novas áreas de evangelização, nos mesmos moldes, tendo em vista as características desse povo alojado nessas periferias, cuja análise assim fora delineada pelo bispo Dom Aldo Mongiano:

O nosso povo é formado por várias camadas sociais. Alguns são filhos de antigos imigrados[...]. Outros imigraram em datas mais ou menos recentes. As famílias em geral são numerosas e a maioria com grandes dificuldades financeiras. Socialmente, e economicamente e politicamente são fortemente condicionadas, muitas vezes obrigadas a aceitar situações desumanas que levam à marginalização social e à perda dos melhores valores tradicionais (Ver ANEXO V).

Esse quadro justifica as ações que as Irmãs definiram para uma ação evangelizadora eficaz. As populações locais responderam positivamente ante essa atuação da Igreja, mais próxima das famílias, no exercício de uma religiosidade que se aproximava muito das experiências dos migrantes maranhenses que dela se aproximaram, sendo favorecidos nesse processo de reconstrução de suas identidades religiosas na criação de um novo nomos no sentido de garantir uma harmonia diante da instabilidade gerada pelo processo migratório cujas motivações, muitas vezes de cunho político, fracassaram em suas promessas.

Conclusão

Sem a intenção de colocarmos um ponto final nas questões aqui tratadas mas apenas propô-las como marcos sinalizadores para novas pesquisas e, diante do objetivo a que nos propusemos, qual seja analisar o papel da Igreja Católica na (re)construção da identidade religiosa dos maranhenses que migraram para Boa Vista/RR e se fixaram no bairro Asa Branca na primeira metade da década de 1980 destacamos que, se ao longo da história de sua presença no Brasil a Igreja – ou pelo menos setores representativos dela - estivera de braços dados com o Estado brasileiro, particularmente no início dessa trajetória política dos governos militares, aos poucos desenvolve a autocompreensão do quão importante torna-se sua dimensão social na luta a favor do povo para garantia de melhores condições de vida para a comunidade.

Dessa forma, percebe-se nas ações da Igreja naquela localidade uma identificação com os elementos da religiosidade popular do migrante nordestino, cujas práticas religiosas estavam associadas em geral à figura de um coordenador, catequista ou lideranças que assumiam as funções do padre quando da ausência do mesmo.

Diante da problemática político-social e religiosa das migrações, a Igreja Católica buscou desenvolver uma evangelização que fizesse sentido para as pessoas, no intuito de contribuir para resolver os problemas mais imediatos como o desemprego, particularmente para pessoas sem nenhuma habilidade profissional outra senão aquela advinda das práticas agrícolas mas que, nesse ambiente hostil da cidade não faziam sentido.

Essa ação evangelizadora esteve acompanhada de ações sociais, quer na área da educação, da saúde, quer na geração de emprego e renda, voltadas para o atendimento das necessidades das populações, sobretudo as marginalizadas.

Em relação às falas das freiras responsáveis, seja pela Diaconia São Bento, seja pela comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no bairro Asa Branca, registramos um elemento forte nesse desafio de reconstrução de identidades religiosas, qual seja, a formação laical em três níveis: Pastoral, Grupos de Reflexão, Clube de Mães.

A formação laical em nível pastoral, conforme fala da Ir. Maria Ferreira da Silva, teve forte apelo, considerada como investimento para constituição das comunidades, o que demandava gente capacitada. A freira ressalta a premente necessidade de formação de lideranças, capazes de assumir com responsabilidade a própria vocação, na família, na igreja, na sociedade. A própria Diocese já vinha investindo muito na formação dos Leigos (Ver APÊNDICE 3).

Como resultado desse trabalho, Ir. Elisa Pandiani destaca que depois de 20 anos, encontrou, lideranças muito fortes, cuja formação havia se dado à época, ainda hoje levando à frente o trabalho da evangelização, o que lhe causou enorme satisfação considerando aquela pequena semente lançada que contribuiu para que muitos leigos permanecessem ativos na comunidade de fé, assumindo isso como um projeto de vida (Ver APÊNDICE B). Essa formação, inicialmente voltada para as pastorais como catequese, liturgia, sacramentos, visitação, etc... aos poucos elevou o nível de percepção do ser humano dentro da comunidade, ampliando-a para o contexto da família e da sociedade. Como resultado desse esforço formativo, muitas lideranças continuam atuantes. Dentre os 12 (doze) migrantes por nós entrevistados, 09 (nove) permanecem participando ativamente de comunidades, dentro de pastorais ou serviços, seja no bairro Asa Branca, seja em bairros onde agora residem.

Os Grupos de Reflexão tiveram seu papel de destaque, sobretudo porque atingiam famílias mais afastadas da Igreja. Ir. Maria Silva lembra que muitos migrantes, em seus estados de origem, não tinham o costume de participar semanalmente das celebrações, seja pelas longas distâncias, seja pelos costumes do lugar, quando o padre visitava a comunidade de tempos em tempos (Ver APÊNDICE 3). Portanto, frequentar semanalmente a Igreja estava fora de cogitação, mesmo tendo as distâncias encurtado. No entanto, como os Grupos de Reflexão se reuniam nas casas, então essas pessoas passavam a frequentar os encontros semanais, participando assim da vida da Igreja.

A metodologia adotada nos Grupos de Reflexão (ver, julgar, agir) propunha aos participantes analisar a sua realidade – a realidade do bairro, as condições de existência - à luz da Palavra de Deus, buscando responder aos questionamentos propostos por essa mesma realidade, discutindo assim possíveis soluções que pudessem transformar para melhor a vida de todos. Esse exercício de pensar contribuiu para que as pessoas,

conjuntamente tomassem iniciativas antes impensadas, em defesa dos seus direitos enquanto cidadãos, saindo de um estado de apatia, para o estado de ação.

O Clube de Mães foi uma atividade exclusivamente feminina, destinada às mães, uma vez que estavam quase sempre sós, como chefes de famílias, enquanto os cônjuges estavam nos garimpos da região ou nas colônias agrícolas, cultivando a roça. Conforme explicitado por Ir. Elisa Pandiane (Ver APÊNDICE 4), as mães se encontravam no Clube - uma casinha anexa à Igreja – duas ou três vezes na semana, para realizarem atividades laborativas, geradora de uma pequena renda em favor delas próprias. Ali também acontecia um momento formativo quando, num primeiro momento, elas começavam por socializar suas dificuldades e anseios, buscando apoio no grupo. Assim, muitas dessas mulheres puderam assumir uma profissão – costureiras – trabalhando no Clube, ou em casa, produzindo confecções sob encomenda, ganhando assim algum dinheiro para os gastos do dia-a-dia. Sem dúvida essa ação melhorou em muito a auto-estima das mães que participavam do Clube. No dizer de Ir. Maria Silva, esse modelo de Igreja foi pensada para estar inserida no meio do povo, sendo uma Igreja que pensa, planeja e organiza sua ação pastoral a partir das necessidades do povo; que toma consciência da importância do Leigo na evangelização e ajuda o leigo a descobrir a vocação e missão que recebeu no batismo (Ver APÊNDICE 3).

Analisando às falas dos entrevistados, sobretudo dos mais jovens quando chegaram em Roraima, verificamos casos em que, concomitante à formação laical, buscaram também a formação humana e a qualificação profissional, tudo isso refletindo no desenvolvimento integral desses migrantes, reforçando a estrutura de plausibilidade por eles criada a partir da religião, haja vista o estabelecimento de novas condições de vida diante da possibilidade de mudança das condições sócio-econômicas das famílias desses que se envolveram no processo formativo, além da elevação da auto-estima, progredindo, inclusive, no seio da comunidade religiosa, ocupando cargos de maior destaque como líderes de novas comunidades.

Dentro da amostragem por nós trabalhada, podemos concluir afirmativamente que a Igreja Católica Apostólica Romana contribuiu significativamente para com os migrantes, no sentido de favorecer a reconstrução das identidades religiosas, seja adotando um projeto de evangelização voltado para a aproximação das pessoas, com

ênfoque na religiosidade popular, seja desenvolvendo ações que promoveram a formação continuada para os migrantes, de forma que pudessem assumir sua história como sujeitos ativos e conscientes.

Ressaltamos ainda que dessa interação Igreja-Migrante, a Igreja percebe-se em estado de anomia, por não conseguir responder aos apelos dos desafios advindos do mundo das migrações, na formação de novas comunidades, considerando-se que, com o modelo paroquial centralizador dificilmente se atingiria as populações migrantes. Ao inserir-se no meio do povo, a Igreja recria sua identidade estabelecendo para si um novo nomos, influenciada que foi pelo contato com o migrante, a partir do estabelecimento de uma relação dialógica horizontal, de gênero feminino, em oposição às relações verticais de poder, tendo como resultado o fortalecimento das identidades de ambos.

Esse modelo de organização eclesial no contexto da Diaconia São Bento, gerou resultados tão positivos que tornou-se paradigma na Diocese de Roraima, quando da ocupação de novos territórios na capital Boa Vista, com a implantação de áreas missionárias tendo como premissa, a organização de redes de comunidades.

Referências

AGOSTINI, Nilo. **Nova evangelização e opção comunitária**: conscientização e movimentos populares, Petrópolis: Vozes, 1990.

ASSIS, Antonio Alves; PAULA, Célia Ruiz; PINTO, Francisca Cira Bezerra; RAMOS, Laymerie de Castro; LIMA, Maurileuza Fernandes Correia. **Série monográfica 1**. Município de Boa Vista, Território Federal de Roraima, 1980.

BARDIN, Lurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1977.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOZICH, Mansueto Giovane. **Guia prático**. Tribunal eclesiástico norte I, 1985

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1980.

CARNEIRO, Ana. CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2010.

COMITÊ ESTADUAL DE DIREITO À VERDADE, À MEMÓRIA E À JUSTIÇA DO AMAZONAS. **A ditadura militar e o genocídio do povo Waimiri-Atroari**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2014.

CNBB. **Campanha da Fraternidade 1986**: Texto-base. Brasília: Edições CNBB, 1986.

_____. **Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil 1983-1986**. Brasília: Edições CNBB, 1983.

_____. **A igreja e a questão agrária brasileira no início do século XXI**. Brasília: Edições CNBB, 2014.

_____. **Campanha da Fraternidade 2015**: Texto-base. Brasília: Edições CNBB, 2015.

COSTA, Sandro Roberto. Interculturalidade e religiosidade popular: pistas para a evangelização. In: **Evangelização e Interculturalidade**. Petrópolis: Vozes, Instituto Teológico Franciscano, 2010, p. 140/151.

DINIZ, Alexandre. Tendências migratórias atuais de Roraima. In: **Textos e Debates**. Revista de filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima, n. 4 – 97, 1997 (ISBN 1413-9987).

DIOCESE DE RORAIMA. **Uma Igreja a caminho**. Boa Vista: Gráfica Diocesana, 1980.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade**. 3ª edição, Perspectiva, 1984.

ESPIRIDIANO, Francisco. **Histórias de garimpo: extração mineral em terras roraimenses**. Fortaleza: Tipoprogresso, 2011.

FREITAS, Aimberê. **Geografia e história de Roraima**. Manaus: Ed. Grafina, 1996.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. São Paulo: LTC – Livros técnicos e científicos editora S.A., 1989.

LUSSI, Carmem. Mobilidade humana e evangelização: contribuições a partir do contexto brasileiro. In: **Evangelização e Interculturalidade**. Petrópolis: Vozes, Instituto Teológico Franciscano, 2010, p. 9/39.

MONGIANO, Aldo. **Roraima entre profecia e martírio**. Boa Vista, RR: Diocese de Roraima, 2011.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, **Assassinatos no campo: crime e impunidade, 1964-1986**. 2ª ed. revista e atualizada. São Paulo: Global, 1987.

NETO, Raimundo Vanthuy. **Dirigir almas e servir ao jeito de muitos**. Dissertação de mestrado, São Paulo: Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária** In: *Estud. av.*, Dez 2001, vol.15, no.43, p.185-206. ISSN 0103-4014

PAPA FRANCISCO. **Evangelii Gaudium**, Brasília: Edições CNBB, 2013.

PAULINO, Francisco Souto. **Nordeste, poder e subdesenvolvimento sustentado**, Fortaleza: Edições VFC, 1992.

PAULO VI. **A evangelização no mundo contemporâneo**. São Paulo: Edições Loyola, 1976.

RODRIGUES, Kátia Brandão; SOUZA, Carla Monteiro. Migração maranhense para Boa Vista n: **O rio branco se enche de história**. Roraima: editora da UFRR, 2008.

SILVA, Cídia Maria Lima; OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. Vida Garimpeira: Garimpo de Roraima – Década de 80 n: **O rio branco se enche de história**. Roraima: editora da UFRR, 2008.

TEIXEIRA, Faustino. **A gênese das Ceb's no Brasil: elementos explicativos**. São Paulo: Pualinas, 1988

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980**. Boa vista: editora UFRR, 2007.

VIER, Frederico (Coord. Geral). Constituição pastoral *Gaudium et Spes*. In **Compendio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações**, Petrópolis: Vozes, 1983, p. 141-256.

Referência complementar

BOFF, Leonardo. **Pelos pobres contra a estreiteza do método**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/14282>> acesso em 30.08.2014.

IBGE: **Anuário Estatístico do Brasil, 1980**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1980.pdf> acesso em 25/06/2015.

Rosendahl, Zeny. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica. In: **anais do X encontro de geógrafos da américa latina**. Disponível em: www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/.../38.pdf acesso em 06.11.2014.

Shanin, Teodor. A definição do camponês: conceituação e desconceituação – o velho e o novo em uma discussão marxista. In: **revista Anera**, ano 8, n. 7, julho/dezembro de 2005 – issn 1806-6755. Disponível em: <mstemdados.org/sites/default/files/1456-4239-1-PB.pdf> acesso em 31/12/2014.

Anexos

1. Ata da reunião da Área da Cidade.

ATA DA REUNIÃO DA ÁREA DA CIDADE

As 8 (oito) horas do dia 21 de março de 1983, no salão da Casa João XXIII, realizou-se a 1ª reunião da Área da cidade em 1983. Presentes D. Aldo, e os padres: Giuseppe Galantino, José Zintu, Bruno Marcon, Bruno Pipino, Madre Evelia Garino - Superiora Regional MC, e as Irmãs: Severa, Paula Helena, Judite, Anagelica e Maria Costa. A reunião foi coordenada por Padre Bruno Marcon. A oração inicial teve como objetivo motivar o tema da reunião, apresentado pelo coordenador - Batismo, Evangelização e comunidade. Após a leitura da Ata da reunião da Área realizada aos 1º e 2 de dezembro o coordenador apresenta a pauta do dia e dirige palavras de introdução. Padre Bruno tenta fazer uma análise crítica da realidade da cidade. Salientando o caminho ^{da} nossa pastoral em comparação com a explosão demográfica que está ocorrendo em nosso Território e de modo especial em Boa Vista. Boa Vista sente, em menor escala, os mesmos problemas das grandes metrópolis. Não podemos mais continuar com uma pastoral tradicional de sacramentalização e no individualismo, mas procurar quanto antes uma saída. Pois as Igrejas protestantes estão se infiltrando cada dia mais nas massas populares. O passado não deve ser destruído, mas transformado. É tempo de passarmos a uma pastoral a longo prazo e canalizar nossas forças e iniciativas a 1ª Evangelização. As CEBs talvez tivessem sido a solução, mas foram um aborto antes de nascer. Somos inconstantes e imediatistas, esquecendo que cada coisa necessita o seu tempo para se desenvolver. A prioridade CEBs continua de pé, conforme as Diretrizes Pastorais 82-83. Tentamos trocar o nome por "Igreja Família", e o Documento que juntos formulamos, está aí, mas parece que pouco adiantou, pois ainda não assumimos as consequências do programa. Formar a Igreja-Família só é possível através das CEBs. Padre Bruno continua o assunto sobre as CEBs realçando que temos que tomar uma atitude séria a respeito, pois é do conhecimento de todos, que a Irmã Mary Assunta recebeu uma verba que se destina exclusivamente a formação de Líderes das CEBs. O assunto foi colocado em discussão. A pedido da Assembléia foi lido o Projeto Br - 3077 que a Irmã Mary Assunta fez ao Latin American Secretariat - conferece of Catholic Bishops U.S.A., do qual recebeu 17.500 dólares. Não estando presente a reunião a Irmã Mary Assunta, muitas perguntas feitas pelos presentes ficaram suspensas, esperando buscar resposta junto a ela, como por ex.: os líderes devem ser exclusivamente das CEBs ou pode ser entendido em um sentido mais amplo, incluindo catequistas, Conselhos paroquiais? Tentou-se responder também as perguntas que a Irmã Mary Assunta havia feito através de sua carta. Todos saíram concordando de que os encontros de formação dos líderes seja feito na própria área, pois ca

da área é uma realidade. Evitar buscar Palestristas de fora que pouco ou nada conhecem de nossa realidade, mas aproveitar e valorizar os que temos. Os líderes que sejam líderes novos, no sentido que não exercem outro serviço na Igreja e de preferências casados. A assembléia sugeriu que D. Aldo nomeasse uma comissão para estudar o Projeto e o modo de aplicá-lo. Foram sugeridos alguns nomes. D. Aldo pediu tempo para pensar, promete em breve nomear a Comissão. Conforme nos sugere as Conclusões do Documento Orientações para a Pastoral da cidade—"é desejável que os agentes de pastoral da Área Cidade se encontrem com uma certa frequência, para avaliar em comum a caminhada feita..." o coordenador coloca em discussão o tema: "Batismo, Evangelização e Comunidade", para ser avaliado o trabalho que se está fazendo. Muitas foram as intervenções e perguntas concluindo-se que há esforço por parte dos agentes. Nosso trabalho é um continuar e um sempre recomeçar, isto é, é um trabalho de evangelização e de pré-evangelização. Aproveitando de todas as oportunidades para evangelizar, principalmente quando o povo de Deus se reúne para as celebrações. Embora seja ainda uma evangelização de massa, mas é evangelização. Talvez descuidamos um pouco é da evangelização como mudanças de vida, como conversão. Quanto ao batismo foi lido as Diretrizes da Pastoral do Batismo, ficando em seguida o assunto um tanto suspenso. Dando continuidade a pauta do dia, o coordenador coloca a pergunta: Estamos para concluir a Campanha da Fraternidade, qual será o gesto concreto da Área da cidade no final da campanha? Todos os presentes são concordes que o percentual das ofertas da C.F. que se destina à Diocese, seja encaminhada às obras do Bairro Burity. D. Aldo fala aos presentes que os novos bairros além da Br - 174, formarão a Diaconia de S. Bento e ficará sobre a responsabilidade das Irmãs Missionárias da Consolata, sendo nomeada a Irmã Maria Ferreira da Silva a 1ª responsável junto à Diocese. Justifica também a escolha do nome S. Bento, como uma homenagem, um eternizar a passagem e o trabalho dos Beneditinos por esta terra. Foram ainda abordados assuntos vários, como: Ano Santo: A abertura oficial do ano Santo, como em todo o Brasil, será dia 27 de março. Em nossa Diocese a abertura será solenizada com as procissões que partirão de cada paróquia ou comunidade e se concentrarão na Catedral Cristo Redentor, onde D. Aldo e os demais sacerdotes celebrarão a Santa Missa. Ano Vocacional: A CNBB começou o ano 1983, Ano Vocacional, que iniciará dia 24 de Abril, dia mundial de Oração pelas vocações. Foram encarregadas as Irmãs Paula Helena e Maria Costa para preparar um projeto que motive e se concretize também em nossa Diocese o acontecimento de Igreja Brasil. Catequese: D. Aldo leu as normas orientativas do novo cateque-

se a pouco constituido e a nomeação da Irmã Maria Costa como assessora diocesana de catequese. Aproveitou-se ainda da reunião para algumas informações: Padre Galantino fala sobre o próximo T.L.C., que se realizará nos dias 8-9-10 de abril e recomenda a entrega das fichas de inscrição até o dia 26 de março. A Irmã Maria Costa comunica que dia 24 de abril realizará um encontro de catequistas a nível de Área.

Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião às 11,30 hora. E eu para constatar lavrei a presente ata que após lida, será assinada se for achada fiel.



2. V Assembleia Diocesana de Planejamento Pastoral.

ATA DA Vª ASSEMBLÉIA DIOCESANA DE PLANEJAMENTO PASTORAL
DA IGREJA DE RORAIMA

1º DIA



Aos 05 de janeiro de 1981, na Casa João XXIII da cidade de Boa Vista, às 15,00 horas reuniu-se a quinta assembleia diocesana de planejamento Pastoral da Igreja de Roraima, sob a presidência de Dom Aldo Mongiano. Estavam presentes 29 Agentes de Pastoral, entre padres, irmãs, irmãs, leigos auxiliares e leigos engajados. A assembleia foi coordenada por uma comissão formada pelos três padres coordenadores das três áreas da Diocese de Roraima. Dom Aldo Mongiano fez o discurso de abertura, salientando os acontecimentos mais importantes para a Igreja Católica no Brasil em 1980, Em nível nacional lembrou a visita do Papa, a realização do Congresso Eucarístico em Fortaleza, a visita ad limina dos bispos; em nível local lembrou a instalação da Diocese de Roraima, a audiência particular com o Santo Padre, a chegada de novos agentes de pastoral, os encontros dos tuxauas, as reuniões de área e o curso de atualização sobre Puebla. Animou os agentes de pastoral a trabalhar com confiança e coragem na evangelização do povo de Roraima.

Em seguida foram constituídas as seguintes equipes de trabalho: Litúrgica: Pe. Zintu, Ir. Leonildes, Ir. Alda e Ana; Ben-Estar: Edinelza, Ir. Maria Helenice, Ir. Maria Eclésia e Rosa; Secretaria: Ivone e Pe. José; Cronometragem: Pe. Bindo; Avaliação: Dom Aldo, a Coordenação, Madre Paula, Chagas Duarte e Vicente.

A Assembleia determinou o horário para as reuniões dos dias 06 e 07 de janeiro: início às 7,30 h. com a celebração da Eucaristia, às 9,45 intervalo, término dos trabalhos às 11,30 h. Reinício às 14,30 h. às 16,00 h. intervalo, encerramento às 17 h.

A seguir teve início a leitura dos relatórios das áreas e setores de pastoral, apresentados pelos responsáveis, na seguinte ordem: área Sul Cidade, Pastoral Indígena, Terra, Promoção Humana, Família, Ensino Religioso, Juventude e Meios de Comunicação Social. Após a leitura dos relatórios, os responsáveis prestaram os esclarecimentos solicitados pela Assembleia. Ficou para o dia seguinte a apresentação dos relatórios da área Norte e do Setor da Catequese. Encerrados os trabalhos da Assembleia, houve reunião da equipe de avaliação.

2º DIA

Aos 06 de janeiro de 1981, na Casa João XXIII, às 7,30h, reuniram-se os membros da Assembleia Diocesana para o segundo dia do planejamento pastoral. Depois da celebração da Santa Missa, presidida por D. Aldo Mongiano, houve a leitura dos relatórios da área Norte e do Setor de Catequese paroquial. Em seguida Pe. Mauro Fancello apresentou um projeto para a instalação do Diaconato na Diocese de Roraima, pedindo que a assembleia se pronunciasse a respeito, no momento do planejamento. Aceitando a sugestão do coordenador, Pe. Lírio Girardi, a assembleia decidiu aprofundar a análise dos relatórios, o Ver, antes de passar à segunda etapa do planejamento pastoral, O Julgar. Nas intervenções salientou-se que ficaram esquecidas nos relatórios aspectos importantes da pastoral, como o ecumenismo, as vocações e a medi-

No problema específico do indigenismo, alguns questionaram a língua - gem do jornal "Anna Maimú", outros fizeram reparos nos acontecimentos do dia 13 de Setembro passado, acontecimentos aliás que o Bispo já ti nha esclarecido na reunião do Conselho Presbiteral.

Depois do intervalo, foi votada a proposição de Madre Paula de suspen der a assembléia para dar um tempo de oração e reflexão a todos os membros e reencontrar assim um clima mais favorável aos trabalhos. A assembléia rejeitou por grande maioria a proposição. A seguir foi vo tada e aprovada a proposição de dar a Dom Aldo a palavra, para que ex plicasse à Assembléia os motivos da sua decisão de não rezar a Missa penitencial no dia 13 de setembro e de adiar o curso de indigenismo. Além de dar as explicações pedidas, Dom Aldo salientou que a responsa bilidade pastoral da Diocese cabe em primeiro lugar ao bispos e que i isso deve ser aceito por todos os agentes de pastoral, como princípio inquestionável. O Bispo tem um conhecimento mais amplo da realidade em que são inseridos os problemas particulares e a prudência pastoral exige que tome certas atitudes, para que se conserve a unidade da I greja. Afirmou que na Diocese não faltam as estruturas de diálogo e que ele está sempre disposta a escutar a todos.

Depois da palavra do bispo, a Assembléia entrou na segunda parte do planejamento pastoral: o Julgar. Foi decidido de formar três grupos, correspondentes às três áreas da Diocese, para responder às duas per guntas elaboradas pela Coordenação: 1) Tendo presente os objetivos e prioridades da Pastoral da Diocese (CEBs e Indigenismo), e ouvidos os relatórios, em que medida foram atingidas as prioridades? Aspectos po sitivos, principais dificuldades, impasses, causas. 2) O relacionamen to entre paróquias e Setores da Pastoral, em que medida favoreceu ou dificultou a realização das prioridades propostas para 1980?

No plenário cada p área fez suas colocações.

Área Norte: conseguiu encontrar uma linha de ação e a seguiu constan temente. A pastoral indigenista articula-se nos seguintes pontos: ter ra, cantina, reuniões de tuxauas, visitas entre tuxauas, ajuda na au to-determinação dos povos indígenas, conscientização da sociedade env olvente, denúncia de financiamentos amarradores, da caça, reflexão sobre a educação e bebidas. Como pontos negativos foram apontados a falta de levantamentos e documentação, a pouca presença da Igreja na demarcação das terras, a falta de reflexão teórica, a ação muitas ve zes negativa da Funai.

Área da Cidade: quanto à prioridade CEB apresentou os seguintes pon tos positivos: preocupação constante dos agentes de pastoral e inqui tação dos mesmos por não ter ainda alcançado o objetivo. Pontos nega tivos: a instabilidade, a mudança, o envolvimento dos agentes de pas toral em atividades fora da comunidade paroquial, o individualismo, o clericalismo do povo, que espera tudo do padre, a heterogeneidade so cial, o sincretismo religioso, o envolvimento de alguns agentes de pastoral na política partidária, a má constituição da família, a sa cramentalização que prevalece sobre a evangelização. O impasse está no fato que com uma estrutura pastoral antiga queremos construir uma Igreja nova.

Quanto à prioridade Indigenismo foram apontados os seguintes pontos positivos: a preocupação de toda a Igreja de Roraima com o problema indígena, a conscientização dos tuxauas e da sociedade envolvente, o desenvolvimento da consciência crítica. Pontos negativos: falta de diá

- 8 -

Área Sul: em relação aos objetivos próprios da área foram apresentados os seguintes pontos positivos: alguns grupos se tornaram autônomos, grupos fechados se abriram, preparação de líderes, visitas às famílias. Pontos negativos: sacramentalização, medo do compromisso, falta de equipe, divergência padres-irmãs, impingimento de uma linha pastoral sem preparar convenientemente o povo, falta de conscientização dos agentes de pastoral, instabilidade da família, individualismo, comodismo, não valorização da religiosidade popular. Terminada a exposição das três áreas, Dom Aldo Mongiano, a pedido da assembleia fez o relatório do encontro ecumênico de indigenismo, realizado em Manaus e da reunião do Regional Norte 01 sobre a pastoral dos ministérios. Encerrados os trabalhos, houve reunião da equipe de avaliação.

3º DIA

Aos 07 de janeiro de 1981, na Casa João XXIII, às 7,30h. reuniram-se os membros da Assembleia Diocesana para o último dia do planejamento pastoral. Depois da celebração da Santa Missa, foram lidas e aprovadas com algumas correções as atas dos dias 05 e 06 de janeiro. Seguindo a sugestão de Pe. Lírio, a assembleia individuou os pontos fundamentais para o planejamento de cada área, selecionando-os das respostas dadas à primeira pergunta do julgar.

Área Norte: Atividades práticas (terra, cantina, etc...), conscientização da sociedade envolvente, reflexão teórica; Área da Cidade: Religiosidade popular, Pastoral sacramental, Metodologia, Família, Conscientização dos agentes de pastoral, Individualismo, sincretismo, Heterogeneidade; Área Sul: Religiosidade popular, Família, preparação líderes (visitas), equipe (relacionamento padres-irmãs). A seguir as áreas apresentaram ao plenário as respostas à segunda pergunta Julgar: relacionamentos paróquias-setores.

Área Norte: O setor indígena deu um apoio total, os Meios de Comunicação social ajudaram na conscientização, o material distribuído pelo Setor da juventude foi difícil e fora da realidade indígena, precisa organizar melhor o setor da pastoral da terra.

Área da Cidade: Cada setor procurou fazer alguma coisa, mas não houve entrosamento com as paróquias, caminhando cada qual por sua conta. Causas desta situação: a divisão da Diocese em três áreas, alguns setores não são de real necessidade, divergência de objetivos entre a pastoral da juventude promovida pelo setor, que visa a massa e a pastoral promovida pelas paróquias, que visa formar elites.

Área Sul: Os setores de pastoral ajudaram na preparação de líderes, fornecendo material didático e apostilas estimularam o espírito comunitário. Boa aceitação tiveram o programa Cristianismo, a Campanha da Fraternidade, a Novena do Natal em Família. Muito importante para a área é o setor da Pastoral da Terra.

- 9 -

Terminada a segunda etapa do planejamento pastoral, o Julgar, a assembléia entrou na última parte, o Agir, ou seja o planejamento propriamente dito. Seguiu-se a mesma dinâmica: trabalho de grupo por áreas e plenário. As três perguntas do Formulário foram resumidas a duas, a saber: 1) Que sugestão o grupo propõe aos conselhos diocesanos de Pastoral, Presbiteral, às paróquias e aos setores de pastoral, para que os mesmos nos ajudem a realizar as prioridades pastorais? 2) Quais os pontos principais que cada área estabelece para o seu planejamento do ano 1981? No plenário as áreas deram as seguintes respostas à primeira pergunta:

Área Norte: Os conselhos diocesanos pastoral e presbiteral em suas atividades devem sempre ter presente as prioridades da Igreja de Roraima: CEB e Pastoral indígena e não se dispersar em outros assuntos. As paróquias devem analisar a realidade para fazer uma pastoral encarnada. Seria bom utilizar um formulário, elaborado em equipe para recolher dados socio-econômicos da realidade e estudar em seguida as causas da situação. É necessário introduzir a pastoral indígena nas paróquias, tendo presente a emigração interna. Os setores de pastoral devem ajudar a conseguir as prioridades da Diocese, é necessário q aumentar o pessoal que trabalha no setor da pastoral indígena, precisa organizar em nível diocesano o setor da pastoral da terra. O setor indígena deveria organizar encontros na cidade para conscientizar a sociedade envolvente e elaborar audio-visuais que ilustrem a realidade das malocas.

Área Cidade: O Conselho de Pastoral deve elaborar o regulamento, aprovar e acompanhar o planejamento das áreas e setores, pesquisar a realidade diocesana, estudar as prioridades, estabelecer o cronograma de atividades. O Conselho Presbiteral deve divulgar seu regulamento entre os agentes de pastoral e marcar o cronograma das reuniões. As paróquias devem aproveitar mais da religiosidade popular, encaminhar os grupos existentes para a CEB, divulgar as prioridades da Diocese. Os setores devem divulgar as prioridades e cumprir uma função de assessoramento, não de execução, com exceção do Ensino Religioso e dos Meios de Comunicação social. Os setores devem sugerir métodos e conteúdos doutrinários, tendo presente as necessidades da base. Foi proposta a desativação dos setores:

Vocacional, Catequese paroquial, pastoral da terra, a fusão dos setores família, saúde e promoção humana. Quanto ao setor juventude foi proposto que continuasse, salientando contudo que tem uma função de assessoramento e não de execução. Foi sugerido de criar o setor dos leigos.

Área Sul: O Conselho pastoral deve oferecer meios e subsídios, assessorar a formação de líderes para os ministérios. O Conselho presbiteral deve ser mais unido e favorecer a união de todos (liberdade com obediência). As paróquias devem organizar os Conselhos Paroquiais e valorizar mais a religiosidade popular. O Setor indígena deve trabalhar em união ao setor da terra, para conscientizar o lavrador rural sobre o problema indígena. O Ensino Religioso deve atender-se a todas as áreas.

Depois dos relatórios das áreas houve votação e a assembléia decidiu de desativar o setor vocacional, catequese paroquial, reunir os setores família, saúde e promoção humana, conservar o setor pastoral



A seguir as áreas apresentaram o programa para o 1981.

Área Norte: continuar as reuniões dos Tuxauas em nível regional, incentivar as visitas entre Tuxauas, realizar os encontros de área, pedir uma pessoa do CIMI para assessorar o Setor Indígena, acompanhar a demarcação das terras indígenas e a questão da hidroelétrica do Tamanduá, conscientizar a sociedade envolvente, ~~rxm~~ procurar um local para que o setor indígena possa ter seu arquivo, fazer uma reflexão teórica sobre assuntos que interessam nas reuniões de área, atuar mais diretamente nas comunidades, acompanhar as cantinas nas malocas e pedir o apoio do novo administrador.

Área da Cidade: Conscientizar os grupos parquiais existentes sobre a importância da CEB, engajar o Conselho nas paróquias, para criar "Núcleos de Comunidades", desenvolver o espírito comunitário, insistindo na pregação sobre temas como Igreja-Família, Igreja-Comunidade aproveitar momentos fortes como a Campanha da Fraternidade e a Novena do Natal em Família, insistir na preparação aos sacramentos sobre a dimensão comunitária dos mesmos, valorizar o Dízimo como sinal de pertença à comunidade, visitar as famílias, reuni-las para descobrir e formar líderes.

Área Sul: Começar, encorajar e ajudar a formação de CEBs, apoiando-se na religiosidade popular, atividades dos grupos e preparação para os sacramentos, identificar os líderes através das visitas às famílias e formá-los com encontros de conscientização, aproveitar a Campanha da Fraternidade e a Novena do Natal em Família. Depois da exposição do planejamento para 1981 feita pelas áreas a assembleia escolheu o tema do curso de atualização. Foram apresentadas duas sugestões: Terra e Família. Por 23 votos a 15 a assembleia escolheu o tema família. Foi também posta em votação a proposta de Pe. Mauro de introduzir o Diaconato, proposta que recebeu só 08 votos e portanto foi rejeitada.

No final do encontro Dom Aldo Mongiano anunciou a inauguração da Casa Rainha dos Apóstolos para formação de vocações religiosas femininas, que foi confiada a Madre Paula. Pediu que setores e áreas estivessem em constante contacto com ele e que todos os agentes de pastoral procurassem o diálogo com o povo, para não dar a impressão de sermos uma Igreja de fora e sim uma Igreja local. Agradeceu o trabalho de todos e encerrou a assembleia com a reza do Pai-Nosso.

N.B. - Os Relatórios das Áreas e setores que foram apresentados na Assembleia, estão arquivados no Centro de Pastoral Diocesano.

- 2 -

PALAVRAS DE ABERTURA PELO
SR. BISPO D. ALDO MONGIANO.



Prezados Agentes de Pastoral da Igreja de Roraima.

1. Saudação.

Antes de mais nada a minha saudação fraterna e as boas vindas a todos vós, ao Superior Regional dos Padres, à Superiora Regional das Irmãs, aos Coordenadores das áreas pastorais, aos responsáveis de setores, aos Vigários, aos demais Padres, as dedicadas Irmãs, aos Auxiliares vindos de fora e aos leigos que se associam aos Missionários na tarefa evangelizadora.

Estão aqui todas as forças vivas mais estritamente ligadas ao trabalho pastoral, embora saibamos que muitas outras forças existem e operam em nossas comunidades. A todos acolhemos com fraterna gratidão para fazermos juntos e unidos um trabalho que depois será continuado nos lugares confiados a cada qual.

Reunimo-nos para realizar a QUINTA ASSEMBLÉIA GERAL DE PLANEJAMENTO, que é sempre aguardada como ponto forte de partida baseada na avaliação, alicerçada na união, confiante na ajuda de Deus. Terminou o ano de 1980. Foi um ano de trabalho, de busca, de reflexão e de experiência. Os relatórios dirão o que foi nossa ação pastoral, seu progresso e o que impediu uma realização mais, profunda, mais concreta. Com certeza há motivos de dar graças a Deus e acho dever lembrar aqui o que nos deve alegrar neste momento.

2. O ANO DE 1980.

A nível geral da Igreja temos sem dúvida dar graças a Deus pela VISITA DO SANTO PADRE ao Brasil. Foi um momento muito alto da vida da Igreja, vivido amplamente por todas as camadas da população. Constituiu uma evangelização de todo o povo, feita pela figura do Sucessor de Pedro. Talvez a mensagem verbal não tenha chegado a todo o mundo mas chegou um SINAL, uma IMAGEM que marcou com o espírito evangélico as multitudes. Toda a população do Brasil ficou atingida e pôde dizer: "Um grande profeta apareceu no meio de nós".

CONGRESSO EUCARÍSTICO NACIONAL em Fortaleza, não teve talvez toda a representatividade do País, devido à peregrinação Papal, mas foi assinalado pelo encontro do Papa com os Bispos da CNBB, com um pronunciamento que é importante para todo o Agente de Pastoral.

A ASSEMBLÉIA REGIONAL NORTE I, reunida em Manaus, tratou principalmente dos Ministérios e da vocação sacerdotal. De Roraima tomaram parte o Bispo, um Padre e duas Irmãs.

O ENCONTRO ECUMÊNICO DE INDIGENISMO, celebrado também em Manaus deu uma visão da situação de todo o mundo indígena da Am. Lat. e da sensibilidade ao problema dos irmãos das Igrejas separadas. De Roraima participaram o Bispo e o Clóves de Tabua Lagada. A nível local destacamos a INSTALAÇÃO DA DIOCESE de Roraima, realizada em data 25 de Março. O ato foi presidido por D. Milton Corrêa Pereira, Arcebispo de Manaus, acompanhado por D. Gutemberg Freire Régis, Bispo de Coarí, e teve a presença do Clero, autoridades e o povo.

Durante o mês de Setembro o Bispo realizou a VISITA AD LIMINA, e teve uma audiência particular do Santo Padre João Paulo II. A Igreja de Roraima teve presente com seus problemas e esperanças na mesa de trabalho do Santo Padre que escutou atentamente a exposição feita, encorajou e deu bênção apostólica para todos.

Foram feitos os encontros de área dos missionários; encontros de Tuxauas a nível geral e setorial, continuando a conscientização dos mesmos e das comunidades.

Foi realizado o Curso de Atualização sobre Puebla e a Opção pelos pobres, dirigido por D. Valfredo Teppo, Bispo de Ilhéus.

Saudamos com alegria a iniciada demarcação das terras dos índios e foi feita uma ação vigorosa em defesa da mesma, no momento em que grupos interessados queriam fazer

- 3 -

Alegrou-nos a chegada dos novos Agentes da Pastoral: a saber: Pe. Sabino Mariga Ir. Maria Helenice, Ir. Maria da Silva (que agora trabalha em Manaus), o casal Nelson e Sandra Maria, Dra. Sandra Maria Cardoso, Ir. Gertrudes, Ir. Maria Costa, Ir. Antonietta, Pe. Henrique Dacroce, e por último o auxiliar leigo Emanuele Anodio. Outro motivo de alegria nos veio da Congregação das Irmãs Franciscanas de Maria Imaculada de Iápari que no seu Capítulo Geral de 1980 resolveram permanecer a trabalhar em Roraima e enviar mais irmãs, elevando assim sua presença numérica na Diocese. A vinda de mais agentes significou a fixação de dois Padres na região das Serras, a presença do Casal Nelson e Sandra na Malacacheta e da Dra. Sandra em Surumú.

3. OBJETIVO DA PASTORAL

O objetivo da nossa pastoral é a comunidade quer entre os indígenas, quer entre os imigrantes nas fronteiras pioneiras, quer na cidade.

Muitos organismos até governativos se propõem a formação de comunidades, Nosso objetivo é obviamente uma comunidade católica. É bom salientar esta característica na nossa pregação.

Comunidade católica significa grupo de pessoas evangelizadas, que conhecem a Cristo, sua mensagem libertadora seu plano de salvação.

Além disso elas vivem uma adesão pessoal a Jesus e estabelecem um relacionamento fraterno com as outras pessoas. A comunidade que queremos vive uma fé vinculada à vida e assume sua vocação humana e cristã, e consequentemente suas tarefas na família e na sociedade.

A comunidade assim constituída será de verdade IGREJA, sinal e instrumento de comunhão dos homens com Deus e entre si.

O Concílio Vat. II descreveu como deve ser a Igreja de hoje: ela deve ser encarnada na realidade que vivem os homens. Mas embora tenhamos em mente uma Igreja renovada é bom examinar se de fato não nos inspiramos ainda ao modelo da Igreja tradicional não adequada com certeza ao mundo de hoje.

O objetivo da "comunidade" permanece sendo a nossa preocupação pastoral.

Reunidos em Assembleia somos naturalmente convidados a fazer um trabalho de revisão, Cumpre-nos analisar o nosso povo de Deus, isto é o elemento humano no meio do qual vivemos, para melhor o compreender e melhor comunicar com ele. Mas também precisamos avaliar a nossa ação pastoral para averiguar em que medida somos evangelizadores, ou "homens-para-os-outros" portadores do dom da fé.

O Ministério do Natal que vivemos seja inspirador.

4. REFLEXÃO SOBRE NOSSA AÇÃO.

Os elementos que devem constituir as nossas comunidades já existem no lugar onde trabalhamos. Trata-se de partir dessas pessoas que frequentam nossas Igrejas, que vivem talvez silenciosamente sua fé em casa e no trabalho, partir do tipo de fé que eles possuem para caminhar e efetuar a conversão, chegar a uma fé mais autêntica, operante, coerente, na realidade da vida, respeitando o ritmo do crescimento. Não é o Agente que faz a Igreja ou o que a produz. A comunidade de fé é fruto do Espírito Santo.

Cabe ao Agente aceitar, amar a comunidade como ela é, acompanhá-la a viver uma experiência de fé e caridade, criar condições para que se desencadeie um dinamismo interior, que supera atitudes simplesmente receptoras para chegar a uma verdadeira participação e comunhão.

A meta é uma: chegar a uma igreja encarnada na realidade, que seja família de Deus vivendo uma atitude de serviço, solidária na tarefa libertadora e intimamente enriquecida pela graça de misericórdia divina.

Como Missionários em grande parte vindos de outros países, podemos correr constantemente o risco de dar uma imagem de Igreja que vem de fora, que veio de longe, que

- 4 -

Não há dúvida que a caminhada foi iniciada. Mas ainda estamos aprendendo, ainda muito caminho resta a percorrer.

Sirva esta assembléia para nos animar. Num clima de fé, união, e oração poderão os nossos trabalhos ser fecundos.

5. ESTRUTURA PARA A AÇÃO PASTORAL NA PARÓQUIA.

A experiência diz que dificilmente um Vigário pode fazer frente a todas as tarefas que a paróquia apresenta. Como evangelizador e como Pastor ele tem de ensinar e adaptar a ação pastoral às situações concreta do povo de Deus. Catequese, liturgia, Ensino Bíblico, preocupação pela promoção humana e os pobres, pastoral familiar e vocacional no interior, problemas de terras, são setores que pedem cooperação de muitas pessoas. Sem uma equipe de colaboradores estritamente ligada ao Vigário, a quem nós chamamos Agentes de pastoral e sem uma outra turma que presta sua ajuda em atividades específicas (catequese, canto, pobres, doentes, jovens etc..) dificilmente a paróquia pode funcionar direito. Com o primeiro grupo (a equipe de agentes) a quem se associam por vezes leigos, o Vigário deve poder contar em forma estável.

Para que estes dois grupos de colaboradores funcionem, tem que se estabelecer um relacionamento aprimorado. Na prática surgiram no ano findo dificuldades sobre os quais convém refletir. Além do ponto de vista da eficácia pastoral, esta estrutura dá oportunidade de formar de verdade uma comunidade que vive em comunhão e participa

Uma reflexão análoga deveria ser feita no que se refere ao relacionamento entre setores de pastoral diocesana e as paróquias. Há falta de clareza sobre o que deve fazer o responsável do setor por ex: da juventude a nível diocesano e o que devem fazer os responsáveis a nível de paróquia.

Gostava que esta Assembléia dissesse alguma coisa para melhorar o nosso planejamento.

6. Terminando não posso não agradecer a dedicação de todos para a Igreja de Roraima o trabalho, a disponibilidade, o generoso despojamento de cada um. Se tanta coisa pode escapar aos olhos humanos com certeza nada escapa ao Pai Celeste que está nos Céus e que dará a recompensa aos seus apóstolos na vida eterna.

3. Relatório das atividades da Diaconia.

DIACONIA S. BENTO

Boa Vista, 25 de Fevereiro de 1985



RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA DIACONIA

Foi em 1983 que a Diaconia foi entregue às Irmãs. Nestes dois anos se fez tudo aquilo que se pôde.

Foram construídas duas capelas, uma no Buritis, outra na Asa Branca. Na Liberdade a Igreja de S. Bento, está em construção.

- Ir. Severa acompanhou e acompanha com toda a dedicação o Clube de Mães nos Bairros da Asa Branca, Buritis, Liberdade. Ir. Amélia também deu a sua colaboração no começo.
- Houve uma preocupação em todos os Bairros com a Catequese das crianças e também dos adultos. Este ano queremos dar uma formação mais profunda aos Catequistas, com encontros semanais.
- Se procurou viver a "Campanha da Fraternidade", o mês de Maio, o mês vocacional, o mês Bíblico, o mês do Rosário, Novena do Natal, nas famílias, formando vários grupos.
- Foi fundada a "Legião de Maria" na Liberdade com membros dos quatro Bairros, mas há mais de um ano o "Praesidium" N. S. de Fátima, foi transferido para o Buriti onde se reúne e atua.
- As CEBs também tiveram o seu início, mas morreram antes de nascer.
- Em Julho de 1984, surgiu o grupo jovem que está indo em frente com entusiasmo.
- Temos um grupo de Adolescentes e Jovens que formam a Equipe Litúrgica que anima a Santa Missa aos Domingos. Cada Comunidade tem a sua Equipe.
- Nestes dois anos temos visto aumentar a participação na Santa Missa. Mas sabemos que é uma participação relativa, pois estes Bairros são muito povoados e podemos dizer que é uma minoria que participa. Um bom número de pessoas se aproxima da Comunhão, mas falta uma Catequese. Tem casos de pessoas que vem na Missa só quando é de 7º dia e vão comungar sem se confessar. Outras só estão casadas civil ou só amigas e comungam com a maior tranquilidade.
- Quanto ao Sacramento da Penitência. Há pessoas que procuram com frequência este Sacramento. Se o Padre falha um Domingo logo as pessoas reclamam. Celebrações Comunitárias da Penitência, não houve até agora.
- Preparação ao Batismo e celebração do mesmo. Duas noites por mês, é pouco demais se quisermos um resultado mais eficaz. Se percebe que falta uma Catequese, que leve a um conhecimento maior de Jesus e a uma vivência mais cristã. Seria bom rever a pastoral deste Sacramento.
- Matrimônio - Os que se realizaram na Diaconia até agora, tem sido para regularizar a situação à exceção de um. A preparação é muito fraca. A maioria não fez Primeira Comunhão. Se marcam alguns encontros com eles, onde se explica uma pequena parte do essencial. Trabalham, têm filhos pequenos, não têm condições para mais.

- Apoio às famílias, ajuda aos pobres e doentes, é dado, mas de modo não organizado.
- A Igreja está em construção e quanto à situação financeira, as ofertas recolhidas na Missa, dão apenas para ~~recobrir~~ cobrir as despesas.
- O Dízimo ainda não funciona. Se faz uma coisa por vez.

Até agora, as Irmãs, com a ajuda de alguns leigos, levaram em frente o trabalho pastoral da Diaconia, Daqui em diante as nossas Comunidades contam muito com a valiosa colaboração do Pré-Conselho no trabalho de Evangelização.

4. Ata da Reunião do Encontro das Irmãs responsáveis das Paróquias de Mucajaí, Caracará e Diaconia São Bento.

ATA DA REUNIÃO DO ENCONTRO das IRMÃS RESPONSÁVEIS DAS PARÓQUIAS de MUCAJAI - CARACARAI - DIACONIA SÃO BENTO.

Nos dias 7, 8 e 9 de novembro de 1984, na casa das irmãs em MUCAJAI, realizou-se a primeira reunião das Irmãs das Comunidades que atuam como responsáveis de comunidades paróquias: Mucajaí, Caracará-i, e Diaconia São Bento, contando também com a presença de Madre Evelia e Irmã Alda Raffaella.

A tarde do dia 7, foi dedicada à oração e reflexão sobre a nossa Missão, à luz da Palavra de Deus, das Constituições e do Decreto Documento "Doutrina da Igreja sobre a Vida Religiosa". A compartilha foi um momento de conscientização profunda da missão de religiosas missionárias da Consolata, no meio deste povo e nesta Igreja de Roraima. A oração concluiu-se na capela com o canto do Salmo 91.

No dia 8, os trabalhos iniciaram com uma introdução feita por Madre Evelia, na qual lembrou que o encontro é fruto da visita canônica onde se viu a necessidade de procurar juntas, pistas ou prioridades para a pastoral das paróquias. Salientou também a importância de trabalhar unidas, pois o apostolado dos religiosos é, por sua natureza, comunitário.

Lembrou que, conforme o documento da CNBB "Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil" os bispos colocam como destaque para a pastoral do triênio 83-86 as CEBs; sendo prioridade em nossa Diocese. Também a última Assembléia Regional Norte I reforça a pastoral das pequenas comunidades, como meio para solucionar os problemas sociais que mais atingem o povo da grande região amazônica, como também para se conseguir uma Evangelização mais profunda.

Para desenvolver os trabalhos as participantes se dividiram em 3 grupos, conforme as comunidades, e seguiram o método VER JULGAR e AGIR.

No VER foram apresentadas para a reflexão perguntas referentes à realidade do povo e à realidade religiosa comunitária.

1.1 - A realidade em que as nossas comunidades estão atuando :

a) Quais os problemas que mais angustiam o nosso povo?

Mucajai: Insegurança do amanhã, luta pela sobrevivência, famílias de sajustadas, angustia dos amigados, exploração mútua.

Caracarai : Luta pela sobrevivência, incapacidade para se promover, prostituição, bebedeira, opressão dos grandes, discoteca.

Diaconia São Bento: Pobreza, desemprego, alcoolismo, sexo, droga, educação dos filhos, separações frequentes entre os casais indígenas.

b) O povo que evangelizamos já recebeu o 1º anúncio de um Deus que salva?

Mucajai : pouco e superficial

Caracarai : pouco e superficial

Diaconia São Bento : Sim, porém falta catequese para o aprofundamento.

c) Será que catolizamos nosso povo com leis, moral, sem que saiba de onde elas vem?

Mucajai: sim

Caracarai : um pouco

Diaconia São Bento: às vezes , sim.

d) Qual o conhecimento que nosso povo tem de Cristo?

Mucajai : pouco

Caracarai pouco

Diaconia São Bento : superficial

..... da Igreja ?

Mucajai: conceito errado, só para dar leis, condená-los, cobrar.

Caracarai: piramidal, só para dar Sacramentos

Diaconia São Bento: confusão total.

..... da MISSA ?

Mucajai: é uma tradição

Caracarai: " " "

Diaconia São Bento: não é muito sentida.

..... dos SACRAMENTOS?

Mucajai: tradição, só Batismo e Eucaristia

Caracarai: só Batismo, Eucaristia, Crisma

Diaconia São Bento: só tradição Batismo.

1.2 - o empenho pessoal e comunitário:

- a) o meu zelo apostólico é vivo e me impõe de proclamar o Mistério da Salvação, com uma força tal que quase não posso controlar?
Todas acharam que sim.
- b) Toda a comunidade se sente responsável e envolvida no trabalho apostólico confiado?
Todas acharam que sim.
- c) A nossa comunidade como está enfrentando os problemas sociais e religiosos do povo que lhe é confiado?

Mucajai: Visita às famílias, embora não organizada.

Caracarai: catequese paróquial - grupos em família.

No JULGAR analisou-se na Palavra de Deus, as atitudes de Cristo ao aproximar-se das pessoas. COMO Ele mesmo vai ao encontro das pessoas, inspira confiança, aproxima-se com humildade, mansidão, bondade, respeito, amor e como sabe ficar ao lado de cada uma, sem se impor.

Cristo se aproxima das pessoas em qualquer LUGAR e SITUAÇÃO: trabalho, sofrimento, no caminho, etc...

Todo encontro com Cristo REALIZA na pessoa uma transformação, uma mudança de vida, conversão, um desejo de comunicar aos outros o que Cristo realizou neles.

Sempre à luz da Palavra de Deus, foi julgado também a atuação e o testemunho que as comunidades dão no meio do povo. Os grupos acharam que a presença das comunidades religiosas inseridas no meio do povo questionam. O povo aceita as Irmãs e convidam para rezar nas suas casas. São solicitadas nas escolas, nas famílias. O povo está se achegando sempre mais às Irmãs porque a presença delas é constante, sua casa perto e semelhante a sua, sempre aberta à hospitalidade.

As Irmãs transmitiram ter como preocupação apostólica transmitir mais a Deus, formar os catequistas e pequenas comunidades.

O dia terminou com a Celebração de uma Paraliturgia, em lugar da Missa, bem participada por todas e com a distribuição da Comunhão.

Depois de se ter examinado a realidade pastoral onde

as comunidades atuam e a realidade comunitária, e ter visto e julgado à luz da Palavra de Deus, dia 9 pela manhã, foi aberto o diálogo sobre qual ou quais pistas, dicas ou prioridades se deveria tomar para poder melhor atingir e evangelizar o povo confiado a cada paróquia.

A face do AGIR não foi desenvolvida em grupo por comunidade, mas por todo o grupo. Depois de debates esclarecedores, trocas de idéias e experiências chegou-se a três pontos, que parecem mais importantes para a pastoral neste momento:

- Formação de pequenos grupos de evangelização ou CEBs;
- mais atenção à família; com visitas, encontros, etc...
- formação dos catequistas.

Além dessas prioridades pastorais comuns, cada uma pessoalmente e cada comunidade irá programar mais concretamente como alcançar estes pontos.

Ao canto do Te Deum, na capela, deu-se por encerrado o primeiro encontro das comunidades apostólicas responsáveis por paróquias e comunidades.

Para constar foi lavrada a presente Ata.

5. Orientações para a Pastoral da Área da Cidade, 1982.

DIOCESE DE RORAIMA

ÁREA DA CIDADE

BOA VISTA-RR

ORIENTAÇÕES PARA A PASTORAL DA ÁREA DA CIDADE

1. A realidade do povo

- 1.1.1 A realidade deve ser melhor conhecida pelos agentes de pastoral, para não impor uma caminhada e um ritmo que vêm de fora e que o povo não tem condições de assimilar. Por realidade entendemos não só as pessoas, mas também as instituições e estruturas em que as pessoas organizam sua vida cultural, política, social e de lazer e com as quais a Igreja se defronta em sua atuação pastoral.
- 1.2 Nosso povo é profundamente religioso, no sentido que busca a interpretação da realidade em Deus e no sagrado. É contudo pouco evangelizado, pois normalmente não sabe fazer a ligação entre evangelho e vida. A visão de Igreja é tradicional: o povo identifica ainda a Igreja com os padres, busca da Igreja os sacramentos, sobretudo o batismo, as bênçãos e as cerimônias religiosas. O povo não tomou consciência de ser Igreja, está na atitude de "receber" da cúpula. Existe contudo um pequeno número de leigos conscientizados que se sentem Igreja e assumem responsávelmente várias atividades pastorais.
- 1.3 Falta ao povo um espírito crítico mais profundo pois não consegue ver aquilo que está atrás das coisas, descobrir as causas profundas dos fatos. Toda crítica à realidade é interpretada como crítica ao governo e por isso rejeitada. Sobretudo a atividade e a atitude da Igreja em campo social não são compreendidas e geram revolta, especialmente quando a linguagem é agressiva.
- 1.4 Herdamos também os frutos negativos de uma reforma conciliar mal entendida e aplicada. Por um certo tempo os padres combateram as devoções e as associações em que se expressava a religiosidade popular sem por nada em seu lugar. Criou-se assim um vácuo que afastou bastante gente da Igreja, gente que se viu ridicularizada em seus sentimentos religiosos.
- 1.5 O nosso povo é formado por várias camadas sociais. Alguns são filhos de antigos imigrantes e por isso bem roraimenses. Outros imigraram em datas mais ou menos recentes. As famílias em geral são numerosas e a maioria com grandes dificuldades financeiras. Socialmente, e economicamente e politicamente são fortemente condicionados, muitas vezes obrigados a aceitar situações desumanas que levam à marginalização social e à perda dos melhores valores tradicionais. A política econômica desenvolvimentista pede em geral constantes sacrifícios às nossas populações que sem o saber são injustiçadas na repartição dos bens. Se a classe dos funcionários vive numa situação de relativa segurança no centro da cidade ou nos bairros mais antigos, nas áreas da cidade em formação se vive numa condição sócio-econômica muito precária e carente.

2. A Igreja que a gente quer: Igreja Família

- 2.1 Toda ação pastoral presupõe uma visão de Igreja, que é necessário explicitar e eventualmente questionar. Que tipo de Igreja queremos implantar em Boa Vista? As respostas dos agentes de pastoral, dada com diferentes palavras, enfoques e motivações, foi unânime: queremos uma Igreja-Família. Trata-se ao mesmo tempo da meta a alcançar e do modelo inspirador da ação pastoral em suas múltiplas expressões.

2.2 Porque Igreja-Família? Como se justifica teologicamente esta opção? A idéia imagem de Igreja-Família expressa muito bem a natureza e a missão da Igreja. Como efeito a Igreja é o sacramento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano. Sua missão, continuação da missão de Jesus, é fazer de todos os homens a grande família dos filhos de Deus em que todos são irmãos. A Igreja é o sinal, o instrumento e o lugar onde se realiza o plano de Deus. Deus não é um ser isolado, mas comunhão de pessoas, analogicamente, uma família. Ele quer realizar a comunhão dos homens entre si e com Ele, isso é fundar uma família divina que é a Igreja.

2.3 Puebla salientou muito a importância da idéia-força de Igreja família para o homem latino americano. "este valoriza muito o vínculo do parentesco e amizade, a família e os compromissos dela decorrentes" (10). Daí decorre sua alta estima pelos valores da família e a consideração da Igreja como "Família" de Deus. Com efeito a Igreja não é o lugar onde os homens se "sentem", mas onde se "fazem" profunda e ontologicamente "família de Deus". Eles se convertem verdadeiramente em filhos do Pai em Jesus Cristo, o qual participa a sua própria vida, pelo poder do Espírito, mediante o batismo. Esta graça de filiação divina é o grande tesouro que a Igreja deve oferecer aos homens do nosso continente. A Igreja, Família de Deus, é o lar onde cada filho e irmão é também senhor, destinado a participar do Senhorio de Cristo sobre a criação e a história.

2.4 A idéia de Igreja-Família valoriza, como faz o documento de Puebla, muitos aspectos eclesiais importantes. Salientamos três:

2.4.1 Igreja Unida

Unidade significa união na fé e no amor em Cristo. Daí nasce o diálogo e a aceitação. Trata-se de dar espaço para as pessoas falarem e tomarem consciência da realidade em que vivem e assumirem o compromisso, quer dentro da Igreja, quer fora na coletividade humana. Os agentes de pastoral devem sentir a urgência de encaminhar o diálogo e a ação que é o começo da participação. Pode-se dar o caso e na verdade sempre se dá de haver divergências de opiniões sobre métodos e ação pastoral. Apesar disso os agentes de pastoral devem ser bastante amadurecidos para se aceitarem mutuamente, mantendo firmemente a unidade.

2.4.2 A Igreja que participa

A Igreja deve ser uma comunidade viva e atuante. Ela possui motivações e objetivos que reúnem as pessoas num trabalho comum. Na Igreja-Família nascem a cooperação e o esforço para conseguir algo que é de proveito para os pobres, os doentes ou para a coletividade. Começando com tarefas fáceis a executar, a comunidade adquire o sentido da participação prática em objetivos concretos.

2.4.3 Igreja Povo

O conceito de Igreja-Família leva a ver a comunidade cristã num enfoque novo. A Igreja é povo de Deus também no sentido que ao povo é dado espaço para ser e agir. Desta forma ele se sente e é, na verdade, um povo que constitui a Igreja e assume responsavelmente sua fé. O pastor vive com esse povo, escuta com ele a Palavra de Deus e com ele atua. Não é simplesmente alguém que trabalha para o povo, mas dá condições ao povo para que possa crescer na fé, na caridade e colocar seus carismas ao serviço dos outros.

3. A Caminhada a fazer

- 3.1 Os agentes de pastoral devem transmitir ao povo de forma simples, persuasiva e perseverante a idéia força de Igreja-Família e criar condições para que de fato os leigos possam fazer a experiência de Igreja-Família. Trata-se de a) mentalizar as consciências, e b) implantar estruturas adequadas de comunhão e participação.
- 3.2 A conscientização pode e deve ser feita através da catequese, de cursos, encontros e retiros que se realizam ao longo do ano, por ocasião de batizados e outras atividades religiosas, na liturgia dominical e durante as manifestações da religiosidade popular. Todos os instrumentos de "conversão" devem ser valorizados, entre estes lembramos o Cursilho, TIC, encontros de casais, encontros de oração cursos de formação para agentes de pastoral. Também os setores de pastoral, como os MCS, o Ensino Religioso, etc, devem participar desta obra de conscientização. A pregação deve motivar. É preciso saber esperar para que se crie uma nova consciência e mística eclesial.
- 3.3 É indispensável que os agentes de pastoral procurem um verdadeiro contato com o povo e as pessoas, escutem e respeitem as motivações que atuam neles, determinadas pela psicologia e lógica popular, se coloquem no meio do povo e a acompanhem sua caminhada, compartilhando alegrias e tristezas, angústias e esperanças.
- 3.4 Os vigários poderão descobrir em suas paróquias os leigos mais disponíveis a se engajarem nesta nova visão de Igreja e poderão iniciar com eles uma caminhada, valorizando os carismas de cada um e procurando dar espaços de liberdade e autonomia. Isso vai exigir dos agentes de pastoral uma transformação interior e um estilo pastoral diferente. Os vigários procurarão tomar as decisões junto com todos os agentes de pastoral. Desta maneira os leigos participarão de todo o processo pastoral, do planejamento até a avaliação.
- 3.5 É necessário criar instrumentos e meios para possibilitar a experiência concreta de Igreja-Família. Trata-se de "meios", porém de diferentes meios necessários, em que deve encarnar-se a nova consciência eclesial. Sugerimos a criação, dentro das paróquias, de "Comissões" encarregadas de dirigir e dinamizar os vários aspectos da vida eclesial: liturgia, catequese, finanças, divulgação-informação, caridade, etc. Estas comissões podem se tornar "escolas" em que se ensaia a comunhão e participação. Os movimentos que já existem sejam orientados para uma mística mais eclesial, de modo que não façam vida a parte, mas estejam a serviço da comunidade eclesial paroquial e diocesana.
- 3.6 Merecem particular destaque, como instrumentos privilegiados de comunhão e participação dos leigos na vida eclesial o Conselho de pastoral e o Conselho Paroquial de pastoral, formado pelos coordenadores das comunidades e dos setores de pastoral.
- 3.7 A evangelização postula que o agente se preocupe das situações materiais sociais e religiosas do povo. Uma pastoral para o homem integral, como é indicada pela Evangelii Nuntiandi, exige que todos estes aspectos sejam vividos pela comunidade. Com maturidade e caridade o agente de pastoral fará uma ação evangelizadora que atinja o indivíduo, a família e a comunidade.

4. Conclusão

Antes de qualquer ação, é necessário que se crie entre os agentes de pastoral uma consciência comum. A força de uma Igreja está com efeito na união de seus membros e de suas atividades em vista de alguns objetivos. A união se cria através do diálogo, do confronto, da operação, do respeito mútuo. Por isso é desejável que os agentes de pastoral da área da cidade se encontrem com uma certa frequência, para avaliar em comum a caminhada feita, confrontar-se com novas situações que continuamente surgem, comunicar entre si as iniciativas tomadas.

O presente texto quer ser um documento-base, não quer sufocar iniciativas particulares e sim orientá-las para um objetivo comum. Não é uma cerca e sim um roteiro que quer desencadear e orientar uma caminhada. Esperamos que, à luz deste documento, sem pressa, mas também sem demora, os agentes de pastoral da área da cidade encaminhem aquela pastoral orgânica e de conjunto que é sentida como uma necessidade urgente por todos.

Boa Vista, 06 de setembro de 1982

D. Aldo Mongiano-Bispo de Roraima

Apêndices

1. Roteiro de entrevista semi-estruturada realizada com as freiras missionárias da consolata responsáveis pela evangelização na Diaconia São Bento.

1. Como surgiu o convite para as Irmãs Missionárias da Consolata assumirem a responsabilidade pela Área Missionária denominada Diaconia São Bento? Que modelo de Igreja e qual tipo de evangelização aí se desenvolveu?
2. Inicialmente, que bairros compunham a Diaconia São Bento e qual o perfil de seus habitantes
3. Em qual período as Missionárias tomaram conta da evangelização naquela área? Como se organizaram as comunidades? Como era o projeto de evangelização?
4. Qual o grande desafio que vocês encontraram na época e que se tornou o foco principal da ação evangelizadora?
5. Voltando-nos ao Bairro Asa Branca, de onde provinha a maior parte da população? Eram originariamente católicos? Do que viviam? Quais eram seus sonhos?
6. Como a comunidade acolhia os migrantes? Que tipo de apoio oferecia? Os católicos logo aderiam à comunidade ou eram reticentes? Havia da parte deles um sentimento de pertença à Igreja?
7. Como se dava a relação Igreja-Povo de Deus no projeto de evangelização no bairro Asa Branca?
8. A senhora acha que a Igreja ajudou o migrante a construir uma vida nova com sua família aqui em Roraima?

2. Roteiro de entrevista semi-estruturada aplicada a migrantes maranhenses residentes no bairro do Asa Branca e que migraram para Roraima entre os anos de 1980 a 1985.

1. Me fale um pouco sobre quem é o senhor e como era a sua vida lá no Maranhão.
2. E como é que surgiu o desejo de vir aqui para Roraima?
3. Em que ano e mês se deu sua chegada em Roraima?
4. A sua vinda foi direto pra Boa vista ou foi para outra região?
5. Como foi sua chegada à Roraima? Veio só ou trouxe também a família?
6. E chegando em Boa vista, o que encontrou? Quem lhe deu apoio nessa chegada?
7. E onde fixou residência, chegando a Boa Vista?
8. E depois que chegou à Roraima, já voltou à sua cidade natal, no Maranhão?
9. Teve alguma coisa que lhe custou muito deixar para trás, quando da sua vinda à Roraima?
10. Quais eram suas práticas religiosas na sua cidade natal?
11. E aqui em Boa Vista, chegou a participar da comunidade de fé?
12. Igreja Católica daqui era muito diferente daquela do Maranhão em suas práticas religiosas?
13. A comunidade católica lhe ajudou de alguma forma quando da sua chegada?
14. Em algum momento deu vontade de voltar para sua terra?
15. Passados uns 30 anos da sua experiência de deixar o Maranhão, vir para Roraima, como está sua vida hoje, é melhor do que era lá?
16. A igreja lhe ajudou a construir uma nova vida com a sua família? Ela contribuiu para isso?

3. Entrevistada: Irmã Maria Ferreira da Silva – Responsável pela Área de Evangelização “Diaconia São Bento”.

FRS. Como surgiu o convite para as Irmãs Missionárias da Consolata assumirem a responsabilidade pela Área Missionária denominada Diaconia São Bento? Que modelo de Igreja e qual tipo de evangelização aí se desenvolveu?

IMS. No início da década de oitenta, com a chegada dos migrantes, vindos, sobretudo do Nordeste, a cidade de Boa Vista foi-se expandindo, de modo exorbitante, além da BR 174. Diante desta realidade e, para melhor responder aos desafios da migração, as Irmãs Missionárias da Consolata se inseriram no bairro da Liberdade, no meio do povo, morando numa pequena casa de madeira. O Bispo, confiou-lhes a responsabilidade de toda a pastoral da Diaconia São Bento, que naquela época abraçava 4 bairros: Liberdade, Conjunto Pricumã, Buritis e Asa Branca. Mais tarde, com a corrida ao ouro foi aumentando sempre mais. A nomeação deu-se por meio de um documento com o seguinte conteúdo:

“ Constituída na cidade de Boa Vista, a nova Diaconia São Bento, tendo consultado o Conselho Presbiteral e o pároco da Catedral, como também a superiora das Irmãs Missionárias da Consolata, achamos por bem nomear Ir. Maria da Silva Ferreira, coordenadora e responsável da pastoral da dita Diaconia. No seu trabalho a Irmã prestará contas ao Bispo, está atenta à comunhão e ao diálogo com os párocos e os outros agentes da pastoral Diocesana. Concedemos à Irmã os poderes necessários ao seu cargo, em modo particular a faculdade de administrar às pessoas idóneas, o sacramento do Batismo e da Eucaristia, seguindo com diligência as normas estabelecidas pela Igreja Universal (Católica) e Diocesana. Exortamos a intensificar o trabalho da evangelização, segundo as linhas da Diocese e as orientações da Área da Cidade e recomendamos que se tenha uma especial preocupação em animar as comunidades, de modo que essas assumam com responsabilidade a própria organização e evangelização. Data na nossa residência em Boa Vista, no dia 21 de março de 1983. Aldo Mongiano, Bispo”.

Era uma Igreja atenta à realidade, aberta aos leigos e o seu modo de evangelizar era baseado na Palavra de Deus, à luz da qual se procurava ler a realidade local, nacional, mundial, da igreja e da sociedade. Portanto, uma evangelização com dimensão profética e libertadora.

Na década de oitenta, quando a igreja era muito perseguida, devido à sua opção pela causa indígena, apesar do medo que as comunidades sentiam, se experimentava ao mesmo tempo, uma força, um dinamismo incríveis, que nos levava a agir de forma destemida, corajosa.

FRS. Inicialmente, que bairros compunham a Diaconia São Bento e qual o perfil de seus habitantes

IMS. Bem, em 1983, quando iniciamos, os bairros que compunham a Diaconia eram: Liberdade, Buritis, Conjunto Pricumã e Asa Branca. Seus habitantes, a maioria, eram oriundos do Nordeste. O bairro Asa Branca se destacava pela presença maciça de maranhenses. Nesses bairros, o povo se mudava com muita facilidade. Da Liberdade, passava ao Buritis, à Asa Branca... Por quê? Como o bairro Liberdade ficava mais próximo à BR, os comerciantes e os que tinham dinheiro, acabavam comprando as

casas, loteamentos, nos pontos mais estratégicos e os mais pobres iam se afastando sempre mais do Centro da cidade, procurando terreno onde construir suas casas de madeira. O Conjunto Pricumã era habitado por funcionários do Governo, que tinham um nível de vida mais elevado e não se misturavam muito com a população do outros bairros. Os católicos desse Conjunto preferiam frequentar a Catedral.

FRS. Em qual período as Missionárias tomaram conta da evangelização naquela área? Como se organizaram as comunidades? Como era o projeto de evangelização?

IMS. Antes de assumir a Diaconia, algumas Irmãs já iam, nos finais de semana, dar catequese e fazer a celebração dominical nesses bairros. Como não tinha capela, se reuniam debaixo das árvores ou no quintal de alguma família. Mas nesse tempo, aqueles bairros estavam na dependência religiosa da Catedral. Ao assumir a Diaconia, o próprio documento de nomeação diz, que toda a pastoral daquela área ficava sob a responsabilidade das Irmãs Missionárias da Consolata. Nós não tínhamos experiência de responsabilidade de paróquias. Então começamos por usar os métodos mais simples e mais conformes ao nosso carisma, para nos aproximarmos do povo: visitas às famílias, terço nas famílias, Novena de Natal nas famílias, presença nos velórios, rezar e chorar com os familiares dos falecidos... Na preparação dos pais e padrinhos, ao Batismo de seus filhos e afilhados, visitávamos antes dos encontros de formação, os pais de cada criança. Se estabelecia assim, de antemão, um bom relacionamento com eles e se criava um clima de amizade com muitos deles. Quando chegávamos nos encontros, já nos conhecíamos, sabíamos onde moravam. Com os jovens se refletia sobre temas, propostas, iniciativas, compromisso na comunidade e se rezava juntos. Os grupos de reflexão bíblica se reuniam semanalmente nas famílias e eram acompanhados pelas Irmãs. Junto com eles se fez um caminho de conscientização sobre a problemática indígena, que não foi muito fácil. No final do ano se fazia uma avaliação da caminhada a nível de grupo e de Diaconia. Nesta experiência, tivemos apoio e colaboração dos Missionários da Consolata, aceitação do povo e se criou um clima de confiança e estima recíprocas com os Leigos, agentes de Pastoral.

FRS. Qual o grande desafio que vocês encontraram na época e que se tornou o foco principal da ação evangelizadora?

IMS. Um dos grandes desafios, era a formação de lideranças, capazes de assumir com responsabilidade a própria vocação, na família, na igreja, na sociedade. Através das visitas, dos encontros nas famílias e outros, através do contato pessoal, foram aparecendo pessoas que se colocaram a serviço da comunidade, a serviço do Reino, na catequese, na liturgia, na preparação ao Batismo... A Diocese investiu muito na formação dos Leigos e isso foi muito positivo, ajudou muito. Para mim, pessoalmente, o grande desafio, foi ter que mudar de mentalidade, deixar os meus esquemas de evangelização, deixar até a imagem que eu tinha de Deus, um deus quase intocável. Só tinha direito a se aproximar d'Ele quem vivia conforme as leis da Igreja. No contato com o povo simples, aprendi a conhecer um Deus, muito mais próximo do povo. Um Deus cheio de compaixão, cheio de misericórdia. Um Deus que ama e acolhe a todos sem distinção. "Ele amou tanto o mundo que nos deu o seu Filho Único. Ele veio para que todos tenham vida e vida em abundância".

FRS. Voltando-nos ao Bairro Asa Branca, de onde provinha a maior parte da população? Eram originariamente católicos? Do que viviam? Quais eram seus sonhos?

IMS. Como já acima mencionei, o povo do Asa Branca, na sua maioria, provinha do Maranhão. O sonho dele era uma vida melhor. Diversas pessoas, conversando conosco diziam que, chegando a Roraima tinham chegado no céu. Ganharam casa do governo... outras porém, tiveram que retornar ao Maranhão, depois que já haviam perdido quase tudo pelo caminho. Originariamente, a maioria do povo maranhense era batizado e se dizia católico. Quando pediam o sacramento do Matrimônio, tínhamos uma dificuldade enorme em encontrar a Certidão de Batismo. Eu cheguei a conhecer o Maranhão de ponta a ponta sem nunca lá ter ido. Escrevíamos aos párocos das paróquias, onde eles moravam, mas muitas vezes não dava certo, pois tinham sido batizados no interior, por ocasião da desobriga e ninguém sabia para onde tinha ido o documento. Como este povo vivia – de pequenos comércios nas suas residências, de pequenas indústrias, encomendas de salgadinhos, de bolos, lavagem de roupa. Os Clubes de Mães espalhados em todos os bairros, ofereciam cursos que ensinava as mães na costura, arte culinária, primeiros socorros, etc. Tinha também o NEPC (Núcleo Educativo Profissional Consolata), que oferecia cursos para atendentes de Enfermagem, cursos de Datilografia. Os homens trabalhavam no comércio, outros tinham terreno no interior, onde plantavam e vendiam os seus produtos, outros ainda, viviam no garimpo. A Escola do Calungá, oferecia cursos profissionalizantes no campo da Mecânica e da Marcenaria.

FRS. Como a comunidade acolhia os migrantes? Que tipo de apoio oferecia? Os católicos logo aderiam à comunidade ou eram reticentes? Havia da parte deles um sentimento de pertença à Igreja?

IMS. Na década de setenta chegaram a Roraima, sobretudo, os gaúchos: professores, médicos, advogados, empresários. Na década de oitenta, acontece, segundo o programa do Governo um forte fluxo de gente, proveniente de todas as partes do Brasil, especialmente do Nordeste, para colonizar o Território. A partir de 1986 se assiste a uma invasão de milhares de garimpeiros, vindos ainda, na sua maioria, do Nordeste brasileiro. Boa Vista se tornou uma mistura de raças: índios, brancos, negros, mestiços... A comunidade acolhia os migrantes com muita naturalidade. Quando alguém chegava de fora e se engajava na comunidade, era bem acolhido. A maior dificuldade era com os povos indígenas, os donos da casa. A um certo momento da caminhada, quando se falava dos povos indígenas na Igreja, muitas pessoas levantavam e saíam na hora. Tinha pessoas que logo procuravam a comunidade, de modo especial para a Missa e sacramentos. Outras se engajavam logo na catequese, Liturgia, grupos de reflexão e oração... Outras pessoas ainda, nos diziam: “quando eu morava no Maranhão sempre ia na igreja”. Levou tempo para entendermos em que consistia esta expressão. É que o Padre ia uma ou duas vezes por ano, fazer a desobriga. Então, não estavam habituados a participar todos os domingos. Uma vez por ano era suficiente.

FRS. Como se dava a relação Igreja-Povo de Deus no projeto de evangelização no bairro Asa Branca?

IMS. Uma igreja inserida no meio do povo. Uma igreja que pensa, planeja e organiza sua ação pastoral a partir das necessidades do povo. Uma igreja que toma consciência da importância do Leigo na evangelização e ajuda o leigo a descobrir a vocação e missão, que recebeu no batismo. Eu acredito que a evangelização não acontece só de um lado, porque à medida que a Igreja evangeliza, também é evangelizada. Caminhar com o

povo é uma experiência muito válida, muito rica, mesmo se exigente. Se recebe muito mais do que se dá.

FRS. A senhora acha que a Igreja ajudou o migrante a construir uma vida nova com sua família aqui em Roraima?

IMS. A Igreja de Roraima refletindo sobre o seu objetivo de evangelização, entende ser sua missão alcançar por meio do Evangelho todos os homens e mulheres na sua própria realidade, oferecendo-lhes a possibilidade de diversas formas de participação, dando a prioridade aos mais pobres e marginalizados. Sempre que a Igreja participa dos sofrimentos, das angústias, das alegrias e das esperanças das pessoas, está ajudando, sem dúvida, essas pessoas a construir, uma vida nova.

4. Entrevista concedida por irmã Elisa Pandiani, responsável pela organização da comunidade do bairro Asa Branca.

FRS. Irmã Elisa, fazendo memória desse tempo, como se deu a organização da comunidade católica no bairro Asa Branca?

IEP. E me lembro que logo que cheguei, cada uma de nós devia assumir uma comunidade. Logo o meu... a minha tarefa era de ir na comunidade de Asa Branca porque naquela altura, irmã Severa que acompanhava um pouco, deixava para ir à Manaus, eu peguei o seu trabalho. Aquilo que eu encontrei lá, encontramos uma pequena igreja e um grupo de mulheres que trabalhavam ma... no clube das mães. Esse grupo de mulheres era muito ativo, muito líder e que natura... em me lembro que na Asa Branca não tinha estrada, não tinha luz, em alguns lugares não tinha luz, só mesmo, só no centro. Não tinha esgoto e... eu lembro muito bem que essas mulheres que frequentavam a Igreja lutaram e também não tinha através dos grupos de reflexão, eu devo dizer, porque através da Palavra de Deus é... eu me lembro de que eles tomaram a decisão de fazer alguma coisa, dona Marilza, né? à testa, dona Marilza ia atrás do prefeito, vereadores, as vezes me convidavam também a ir atrás disso. Também não tinha ônibus naquela altura, precisava ir a pé, as ruas não estavam asfaltadas, quando chovia todo mundo atolava, tinha uma vala aí, eu me lembro que nós, depois em 85 compramos uma casinha lá e nessa casinha servia para a catequese..., mas estamos falando sobre as mulheres né? Achei que essas mulheres fizeram muito para obter o necessário, o indispensável para começar uma comunidade social no sentido de que não tinha... era tudo muito... muito limitado.

FRS. Assim, além do trabalho da evangelização elas também começavam a se preocupar com as questões sociais?

IEP. Sim, porque além... eu me lembro que no clube das mães uma das coisas que também nascia também... o clube das mães era duas vezes por semana, as vezes três vezes por semana, era um momento de encontro e esse momento de encontro sempre começava com uma oração, as mulheres chegavam com os problemas delas, eu sei que naquela altura na asa Branca os padres vinham a cada 15 dias, não vinham sempre para celebrar a missa e as mulheres... e nós era quem confessávamos as mulheres, para dizer que nós sabíamos tudo daquilo que acontecia nas famílias, nos bairros, as preocupações

e lembro também que, socialmente, não só a..., socialmente elas trabalharam muito para que... eu acho assim..., eu venho de um país muito diferente, que também pra mim foi um choque no início quando cheguei aqui, não precisava..., eu vi... eu via na televisão a pobreza mas nunca experimentei a pobreza, aquilo que vi naquela altura, assim, criança também lá mais longe dali, no centro do Asa Branca começava as casinhas lá. Parte do Jockey Club que não tinha luz, não tinha nada, essas mulheres que levantavam de manhã cedo, indo atrás de um trabalho para alimentar as crianças, é... isso é, foram momentos muito bonitos que, que me ajudaram a viver minha consagração.

FRS. A senhora está assim falando muito das mulheres, né (é) e os homens, onde é que andavam?

IEP. Ah! Onde andavam.. Naquela altura no período do garimpo, naquela altura a maioria dos homens. Tinha alguns homens que freqüentavam a Igreja, tinha porque, eu me lembro que quando se começou os batizados aí, que nós exigíamos um pouco nos cursos de pais e padrinhos a presença dos homens. Tinha, mas só mesmo... eram poucos né, e também o compromisso dos homens era um pouco limitado, agora naquela altura a maioria eram garimpeiros, eu me lembro que uma catequista de lá, Lúcia, não sei se você lembra, não sei se você estava naquela altura, Lúcia, foi mesmo o esposo que matou quando ela, ele voltou do garimpo, matou a mulher, matou esta mulher, eu me lembro que nós fizemos o velório lá na igreja, a mãe logo nos chamou e nós encontramos a mulher ainda lá em casa quando nos chamaram de noite de ir atrás. A mãe dela que fugiu, porque também tentou também de matar, a mãe dela conseguiu fugir; agora não se sabe o porquê, mas se sabe que ele tinha voltado do garimpo, agora eu sei que era muito pobre e improvisamente colocaram um comércio ali na frente da igreja, começaram a ficar bem estáveis, né, mas uma vez que ele voltou do garimpo, o que aconteceu não se sabe, o mesmo esposo matou a mulher.

FRS. Essa violência assim, era comum de acontecer naquela época?

IEP. Era comum. Não só ali no Asa Branca mas também no Buritis, na Liberdade, quando os homens voltavam do garimpo...

FRS. Irmã, a senhora falou assim desse perfil dali (dos moradores) do Asa Branca, né? Garimpeiro, mulheres que ficam só, cuidando da família enquanto os homens estão no garimpo. Esse... esse perfil dos moradores influenciou o tipo de pastoral (evangelização) que se realizou ali, naquela comunidade?

IEP. Olha, eu lembro que ali tinha muito maranhense, alguém que vinha de Rondonia, alguém que vinha do Acre, até nós começamos a fazer, não sei onde ficou, a fazer uma..., irmã Severa fez uma... as fichas das famílias mas a maioria era do Maranhão, do Acre, da Rondonia, alguém de Manaus, do Pará, mas todo mundo era, procurava um bem estar porque aqui né, o povo foi trazido aqui no governo Ottomar que dizia que aqui, ali..., e também acabava que essas pessoas... que diziam que tinham pouco, mas o pedacinho de chão, uma casinha, era pobre mas tinha..., agora que passavam fome, no sentido de que trabalho não tinham mas, tua pergunta como é?

FRS. É, se esse perfil dos moradores influenciou no tipo de evangelização.

IEP. Agora, eu penso que influenciou no sentido de que muitos deles vinham de lugares onde se faziam novenas e também não tinham sacerdotes..., o terço nas famílias, é..., e quando nós convidávamos por esses grupos de reflexão, que chegamos a ter, não sei... 12 grupos de reflexão lá naquele bairro do Asa Branca, grupinhos de famílias que entre eles se encontravam, né..., a falar, a comentar as coisas da Bíblia assim, mas eu lembro que sempre saía o lugar onde eles estavam, aquilo que lá faziam..., eu acho que sim, que influenciou um pouco porque eles tinham saudade do lugar onde eles estavam e também o nosso... a maneira de rezar era um pouquinho diferente, muito provavelmente lá esses grupinhos de reflexão que, em cima da Bíblia se, não sei se existia, mas encontrei muito também a, que as pessoas aderira..., aderiam, tinham algumas igrejas evangélicas mas poucas, agora foi pra lá de 70. Eu acho que sim, influenciou sim.

FRS. E assim, né? As pessoas que chegavam, viam na igreja católica um ponto de referência, procuravam, chegavam até lá espontaneamente?

IEP. Agora, a dizer a verdade, na nossa casa na Liberdade, isso é, mas porque também nós colocamos uma casinha, um ponto de apoio, compramos uma casinha, construímos uma casinha lá na Liberdade... no Asa Branca, mesmo que ali na Liberdade onde nós tínhamos uma casinha, era o lugar onde o povo chegava. Nós íamos também visitar as famílias, mas também ali no Asa Branca era o ponto de referência nossa casinha onde o povo sabia que quarta... Pera lá: segunda, terça, quinta, sábado e domingo as irmãs estavam ali..., agora sim, eles achavam que... eu me lembro, me chamavam de irmã..., a missa; chegou a missa..., as crianças diziam: chegou a missa... olha a missa, olha irmã, olha a missa..., pra dizer, eles também, as crianças... as vezes eu perguntava, mas porque tu... quem é este. Uma vez conto o fato de uma criancinha de 5 anos que me ficou, é... este menino se chamava Marcos, 5 anos, eu estava na igreja, eu me lembro e ele, é..., tinha crucifixo que era aqui, mais grande, é..., ele veio e eu disse para ele: tu conheces. Ele me disse: Não! Mas é assim tão magro esse... por que tu... por que tu porta... por que tu tens esse homem assim magro, olha, é magro como eu; por que tu leva no colo esse homem assim magro? Eu disse: mas tu, este homem se chama Jesus... é, ele me disse: Jesus? Nunca escutei falar! Jesus? Nunca ninguém me falou de Jesus. E a coisa que mais disse: mas tu, quer dar um beijo para ele? Eu vou dar sim. Depois de, nem uma semana..., o menino não era batizado. Não sei o que aconteceu quando ele voltou em casa, porque ali chegou sozinho, sem ninguém; morava ali e contou alguma coisa... olha, ali estava a irmã. Eu disse meu nome, que era Elisa... Chegou, a irmã lá e ela tinha uma coisa no colo assim, que magro, magro como eu mas porque ele... vocês... Ele não come? Está assim magro porque não come? Eu disse: Não! Não é porque ele não come, mas porque ele sofreu muito por nós. Mas, sofreu de quê? Eu disse pra ele, ele sofreu porque nos ama muito. Mas, se ele ama, a minha mãe também me ama. Ele fazia todas as comparações com a mãe. Me lembro, tava dizendo, depois de uma semana a mãe, que eu não conhecia, veio ali e perguntou: está aqui irmã Elisa? Porque naquela altura era eu e irmã Severa. Tá irmã Elisa? Sim! Venha irmã, venha, venha, venha na minha casa. Era uma casinha pobre, pobre, pobre. E lá, na maca estava Marcos. Logo que me viu, levantou os olhos, eu via que estava morrendo este menino e perguntei a mãe. Irmã, eu ia chamar a senhora porque o meu menino se lembrou que, se lembrou daquela pessoa, uma que a senhora tinha no colo e disse: vai chamar a irmã, vai chamar a Elisa; não disse a irmã, não se lembrava, vai chamar... eu lembro daquele... e sabe irmã, o meu filho não estava... e ele estava sofrendo muito. E eu perguntei: Olha, tu queres receber o batismo? Olha, eu me lembro como se fosse hoje; a mulher não tinha copo para colocar

a água, um pouco de água. Eu lembro que peguei dum balde... não tinha água encanada, tinha um balde. Peguei a água assim e peguei o menino assim, estava na maca... na maca... na rede né, e Marcos, eu te batizo em nome do Pai e do filho e do Espírito Santo. Olha, ele morreu nos meus colo, assim. Mas me tocou muito porque eu o tinha visto uma semana antes, e a mãe, que nunca conhecia, muito provavelmente não sabia da Igreja né?.

FRS. Irmã, e a senhora, olhando assim para o passado e refletindo sobre isso, é, esa experiência né, lá no Asa Branca, a igreja local, a igreja lá, ela respondia às necessidades do povo?

IEP. Eu, ao menos nós irmãs, eu... Sim! Eu acho que sim. Acho que nós não conseguimos chegar a todos, não conseguimos chegar a todos. Às vezes, quando voltávamos para casa dizíamos: olha, temos nas nossas costas, os ombros pesam nos nossos moradores, nas nossas pessoas que sofrem. O que nós poderíamos fazer a mais para ir ao encontro deles, não sei o que; e me lembro que esta coisa aqui que... mas não poder fazer mais devido a muitas coisas, mas era como uma inquietação no sentido de que, que se podia fazer algo a mais, tudo o que estava ao nosso alcance, de irmã né, não medíamos tempo, não medíamos passos, não medíamos nada né, mas para ir ao encontro das pessoas, estávamos... a porta estava sempre aberta, no sentido de que se podia fazer algo a mais, se podia, não vou dizer que... tentamos fazer o possível para ajudar aquele povo né, está de fato, Francisco, que depois que eu voltei, depois de 20 anos né, eu encontrei lá ainda lideranças muito fortes como tu, encontrei lideranças que não estavam mais aí, mas estão em outras comunidades levando pra frente o trabalho de igreja, outras pessoas que mudaram também de religião, outras pessoas que se viram evangélicas, mas também a maioria da juventude de lá e... é uma satisfação porque é aquela pequena semente lançada mexeu em alguns corações. E também pra mim o Francisco que foi meu braço direito lá no Asa Branca

FRS. Irmã, a última questão aqui, que eu queria que a senhora falasse, pra gente concluir é assim, que a senhora falasse desse povo que veio nessa onda de migração e a gente sabe que as pessoas, quando fazem esse trajeto, elas deixam para trás muito da sua história, dos seus amigos, dos seus parentes, os seus pontos de referências e assim, chegam num lugar que é novo, que é estranho e as vezes, como a senhora falou, muitos tem como referência a igreja católica que eles encontram lá, a igreja, mas enfim, chegaram aqui e, bom, tem uma igreja ali, vamos lá? É... as suas considerações assim: a igreja ajudou essas pessoas a reconstruírem a sua identidade religiosa?

IEP. Olha Francisco, eu não sei... Não saberia te responder. Depois de... do tempo que passou, posso dizer que pra alguns sim né, poderia também fazer alguns nomes, que para alguns sim, não posso dizer na totalidade, ao menos eu digo que, não sei, ainda não me sinto de dar uma afirmação certa pra isso porque, acho que quem vê isso é Deus, lá no coração, aquilo que se passa no coração do homem porque também deixar tudo trás é muito dolorido.

FRS. A senhora fez uma experiência assim, de vir como missionária.

IEP. É, eu posso dizer pra você que o inserimento inicial é muito dolorido, no sentido, eu... pra mim trocou a língua, trocou cultura e... alimentação, até o tempo, esse calor assim, tudo, tudo mexeu na pessoa humana e penso também que esse povo que veio de

longe, porque as vezes caminhavam a pé, não tinha dinheiro para vir até de ônibus, faziam uma vida dura; eu lembro que da Asa Branca iam atrás de trabalho até aqui no centro, a pé, e mulher que carregava um menino nos ombros, um menino no colo e outro na barriga, porque as coisas que aconteciam ali era assim, que eu me lembro que também lá foi dado um curso de “Billings” (método natural de controle da natalidade) ... eu me... mas só que esses garimpeiros quando eles chegavam não controlavam nada, a mulher... é... isso, agora eu acho que isso também e depois a dificuldade que encontravam... essa dificuldade, não conheciam ninguém, poucas que tinham parentes, as vezes também eu digo que foram um... um pouco enganadas né, encontravam aqui trabalho, única coisa que encontravam uma casinha e um terreno que já eram bem satisfeitas disso, agora, muito dificultoso né.

FRS. Mas assim né, a senhora já falou sobre isso, só pra gente reafirmar. Se a senhora não pode afirmar totalmente, bom, mas a igreja contribuiu para isso?

IEP. Sim, sim! Acho que a igreja fez o possível para, no sentido de acolhida, estava à disposição destes também, para dizer que também ajudamos muito financeiramente, foram muitos pobres que não tinham essas casas, quando chovia..., como dizer, muitos filhos debaixo da chuva, foi ajudado pra mim em todos os sentidos material, espiritual, moralmente, nunca nos cansamos de falar, de, de ajudar como dizer... a nossa fé, mesmo como disse São Tiago, era também expressa em obras, era, era, era viva, não sei como te dizer, no sentido não era só um pregar assim, mas também, quantas vezes estas mulheres grávidas, eu mesmo com o pampa (automóvel tipo picape, da Ford), ia pra cá, pra lá, acompanhava elas pro pronto-socorro, aconteceu até que um menino nasceu no carro... fizemos muita coisa, eu acho... não é um só pregar e louvar, mas envolver mesmo toda a vida (promover) isso, promover, a promover a dignidade deles.

FRS. Irmã Elisa Pandiani, missionária da Consolata, italiana, e no Brasil nesse trabalho missionário, retornou pra Itália depois dessa experiência (depois de 14 anos) e agora está de volta novamente aqui em Roraima e estamos aqui conversando neste dia 28 de outubro na residência central das irmãs Missionárias da Consolata; irmã Elisa muito obrigado pela gentileza dessa entrevista.

IEP. Francisco, muito obrigado a você; estou muito feliz porque revivi esses tempos porque, pra mim, não sei se te disse, encontramos meu Senhor Jesus Cristo no meio desse povo que, lá na minha terra eu sou muito grata. Obrigada.

5. Entrevista com o sr. Francisco Lessy Araújo, idade: 53 anos, cidade de origem: Imperatriz, chegada à Roraima: 1981

FRS. Então senhor, Francisco Lessy Araújo (FLA), boa noite; é um prazer estar aqui na sua residência, no bairro Asa Branca, e a gente vai conversar um pouquinho sobre a sua vinda aqui para Roraima, ta certo? Me fale um pouco quem é o senhor e como era a sua vida lá no Maranhão.

FLA. A nossa vida lá sempre foi boa porque naquele tempo... nós morava... que eu tinha o meu pai, sempre nós, meu pai tinha duas fazendas, então nós... veio ficar ruim depois que meu pai faleceu ne, porque os irmãos debandaram tudo... e aí o negócio ficou meio

difícil pra gente, né... cresceu... problema de herança... aquilo que nós tinha... e nós terminamos vendendo tudo... Maranhão... viemos tudo para Imperatriz.

FRS. E como é que surgiu assim, o desejo de vir aqui para Roraima?

FLA. Não, nessa época eu morava em Tucuruí, Pará e eu tinha uma irmã que eu vi quando ela era criança, eu era menino quando eu vi essa irmã e me tocou na... me deu a ideia de vir conhecer... vinha aqui só pra passear, conhecer minha irmã que eu praticamente não conhecia mais, vinha passear e voltar. Só que não voltei mais.

FRS. E o senhor lembra, assim. Que mês que o senhor chegou aqui, desembarcou em Roraima?

FLA. Não, não to bem lembrado, acho que em 1981... mas foi numa época de um inverno vem forte aqui, foi de abril pra frente, mas agora não tenho nem o mês.

FRS. O senhor veio direto pra Boa vista ou foi para outra região?

FLA. Eu vim para Caracará, primeiro, nós ficamos em Caracará um mês, aí, de lá, eu vim para Boa Vista.

FRS. O senhor veio assim, sozinho, já tinha família, trouxe todo mundo, como é que foi?

FLA. Não, eu era solteiro, eu vim só. So conhecer minha irmã mesmo.

FRS. E chegando em Boa vista, o que o senhor encontrou? Quem lhe deu apoio nessa chegada?

FLA. Quando eu cheguei aqui, fiquei um mês na casa de minha irmã, em Caracará; não gostei muito de lá, aí vim conhecer Boa vista. E no mesmo dia que cheguei aqui me empreguei... foi passando em frente de uma loja e o gerente perguntou se eu estava desempregado, se eu queria emprego, né?, e fui e me empreguei nessa loja e passei cinco anos e cinco meses empregado nessa loja.

FRS. E onde é que o senhor morava nesse momento aí, chegando a Boa Vista?

FLA. Eu morava no São Francisco, no bairro de São Francisco, isso num condomínio alugado. Aí depois a minha irmã comprou numa casa e nós vimos morar aqui no Buriti, ai depois eu me casei, aí vim pra... fiquei morando na casa de minha irmã. Depois minha sogra veio embora pra cá, para Boa Vista, que ela morava também em Caracará, e fui morar ali na rua Armando Nogueira com a Aureo Cruz.

FRS. Mas então o senhor falou de sogra. Então depois que chegou a Boa vista, casou?

FLA – Casei depois que cheguei aqui, depois de quase dois anos aqui, depois que vim casar.

FRS. E depois desse... o senhor ainda voltou, chegou a voltar lá no Maranhão, na sua cidade natal?

FLA. Ah, depois que eu to aqui não. Voltei quando eu tava em Tucuruí, no Pará, depois nunca mais voltei lá não.

FRS. Teve assim alguma coisa que lhe custou muito deixar para trás, quando o senhor veio?

FLA. A minha mãe, somente a minha mãe, meus irmãos... ficou muito difícil pra mim. Eu era de menor na época eu vim sair de casa assim fugido... não foi fugido porque minha mãe viu quando eu né, mas eu anoiteci e não amanheci em casa, eu tinha 12 anos na época em que eu saí de casa.

FRS. Muito bem, eu queria que o senhor falasse assim das suas práticas religiosas lá, naquela época, como é que era?

FLA. Naquela época...eu quase nunca cuidava assim... não por que quando eu nsai de casa fui trabalhar de topografia, e vivia quase dentro do mato, e quando vinha pra cidade... três dias na cidade e voltava pro trabalho outra vez... e, era sempre assim. As vezes eu ia na igreja, mas era muito difícil. Mas sempre as vezes eu ia.

FRS. E aqui em Boa vista o senhor, quando chegou, procurou a igreja, assim, em algum momento participou da comunidade?

FLA. Eu demorei participar das comunidades aqui, mas eu sempre ia pra igreja... assim assistia a missa, assistia. Sempre procurava a igreja quando cheguei aqui porque não tinha, não tinha tempo né, porque naquela época eu quase não tinha tempo. Aqui eu tinha tempo, né, porque morava na cidade, eu sempre ia pra igreja. Aí depois que eu me casei, é que nós fomos pra igreja, eu participei da, ali dá, como... ali da Imaculada né, trabalhando na Imaculada Conceição, começamos na Imaculada, depois da Imaculada Conceição fomos pra Catedral né, passamos quase cinco anos na Catedral. Ali, depois fizemos o Encontro de Casais né, foi a coisa melhor que já aconteceu na minha vida foi o Encontro de Casais e...

FRS. E, me diga assim, essa Igreja Católica que o senhor encontrou aqui era muito diferente, assim, da que o senhor conhecia, das práticas religiosas?

FLA. A igreja sempre, a igreja sempre... foi diferente... No Tucuruí, onde eu morava sempre tinha padre, e quando eu cheguei aqui só era mais as irmãs, era as freiras, aí se tornou assim, ficou diferente né, porque lá quase não tinha freiras... não tinha freiras fui ter mais intimidade com as freiras daqui e, trabalhava ali na Imaculada, trabalhei ali com umas freiras, lá. Aí as diferenças é, mudou muito sobre as ... freiras porque eu, não tinha intimidade com as freiras, era mais com os padres.

FRS. E, a igreja assim, as freiras que cuidavam aí, o senhor chegou a procurar alguma vez para algum apoio, atender alguma necessidade, o senhor sentiu assim, a igreja lhe ajudou de alguma forma?

FLA. Ajudou sim, muito. A igreja sempre ajuda, quando a gente precisa, sempre ajuda. Agradeço muito ter conhecido as irmãs e hoje em dia trabalho junto com os freis, e os freis também me ajudam muito, agradeço demais os freis sobretudo.

FRS. E em algum momento depois que o senhor chegou a Roraima, bateu assim na cabeça: eu vou é largar isso aqui, eu vou é voltar pra minha terra. Deu vontade?

FLA. Até já, deu vontade, mas o seguinte, pra mim fica difícil porque, se eu voltar pra minha terra eu tiro meus filhos da terra natal deles né, aí vai ficar ruim porque eu to na minha terra natal mas tirei meus filhos da... da... da terra natal deles, que são três, eu sou só um. Então fica difícil pra gente.

FRS. E, passados uns 30 anos da sua experiência de deixar o Maranhão, vir para Roraima, né. Tem aí uns 30 anos, é... como está sua vida hoje, é melhor do que era lá?, me diga assim, como é que está, o senhor está bem, foi bem acolhido aqui, deu para construir a sua vida, sua família, o senhor está satisfeito com a vida que tem aqui em Roraima?

FLA. Ah, to sim, to bem satisfeito... eu tenho mulher maravilhosa, eu tenho três filhos muito...são mesmo maravilhosos meus filhos, ah, sim, quando eu saí de lá eu trabalhava um... aqui eu sempre trabalho na cidade, então pra mim, assim é, foi ótimo assim, ta sendo bom pra mim até agora, apesar de... alguma decepção que a gente tem na vida, mas todo mundo tem mas, coisas da vida mesmo.

FRS. O senhor falou das irmãs, né, e no momento são os freis que cuidam aí dessa área né e, que o senhor falou que tem contato com eles, o senhor considera assim que, desde que o senhor chegou aqui ate hoje, né, a igreja ajudou a construir uma nova vida com a sua família? Tem contribuído com isso? A Igreja?

FLA. Ah, tem sim, a igreja contribui muito, nem só com a minha família mas também com muitas famílias, tanto aqui como fora do Brasil, ajuda muito. Eu acho que a te a igreja hoje em dia melhorou muito porque a igreja era a religião... a igreja muito fechada. Hoje em dia a igreja está mais aberta pra todo mundo, até as pessoas ... antigamente, quando tiveram a ... na igreja que parecia ser o proprietário , era o dono da igreja e hoje em dia as pessoas estão se conscientizando... tão tendo assim e abrindo mais os espaços pra pessoas né, trocando a cada dois anos, a cada três anos, depende da, assim, da, da, da pessoa que ta tomando conta né, o coordenador. Então, assim, a igreja melhorou muito sobre isso.

FRS. Muito vem, a nossa entrevista está encerrada e eu quero lhe agradecer muito pela disponibilidade de seu tempo, de me acolher aqui na sua casa, na casa de sua família, com sua esposa. Lhe agradecer muito. Obrigado.

6. Entrevista com D. Antonia, idade: 57 anos, origem: Maranhão, chegada à Roraima: 1985

FRS. Boa tarde... estou hoje aqui na casa de d. Antonia (DA) e do seu Raimundo (SR), eles me receberam aqui pra gente conversar um pouquinho sobre essa história da vinda deles para Roraima e também sobre a questão de suas práticas religiosas; hoje é dia 13 de setembro, 17 horas e é com muito gosto que eu venho aqui porque é..., essas pessoas me são muito caras porque conhecem e participam da história dessa comunidade do Asa Branca (AB). Dona Antonia, deixe eu começar lhe dizendo assim..., fale um pouco dessa vinda aqui para Roraima (RR), como aconteceu isso, onde que a senhora morava, quando decidiram se mudar, o que que aconteceu?

DA. Aconteceu que a gente tinha planos de sair lá do Maranhão (MA), ou ficar mesmo por lá e andarmos por lá procurando um lugar para ficar, só pra sair de um pro outro, mas num deu. Aí é o tempo que a comadre Maria José chegou lá e disse que aqui era muito bom, ela já morava aqui há quatro anos e era muito bom, e convidou pra vir pra cá; aí a gente veio, convite da comadre Maria José.

FRS. Então, a partir desse convite aí, mas...

DA. Aí todo mundo ficou animado pra vir, era muito longe, eu disse: é muito longe e muito gente retornou, não, mas vai dar certo; naquele tempo tinha o navio, não era só de avião e era até mais fácil.

FRS. Em que ano aconteceu essa mudança?

DA. Foi em 1985.

FRS. Mas depois que vocês estão aqui, já voltaram lá na terrinha, não?

SR. Já..., nós sempre vamos lá de vez em quando. Agora acontece que não é só nós, é muitas pessoas que se acham aqui em Boa Vista (BV), porque a BV teve fama, teve nome, pois é..., mas depois a BV caiu um pouco, viu? Aí muitas pessoas voltou e outras ficou aqui, porque BV, Boa Vista Roraima como o pessoal falava, teve muita fama naquelas épocas, 85,86, vixi Maria, era um assombro as vantagens de BV porque realmente o pessoal que vieram pra cá encontraram mesmo algumas vantagens, mas depois a BV fecharam né?, a BV decaiu e hoje não é só nós aqui mas é muitos e muitos aqui que acham esse lugar seguro pelo... não dos “homens” aqui, pelos “proprietários” daqui que não deixaram a BV ir em frente. Mas é um lugar se não fosse tanta cultura era bom, era bom porque é uma cidadezinha pequena, dá pra todo mundo viver tranquilo, mas esse negócio da cultura mata a gente.

FRS. Agora essa ideia de vir pra cá... lá não tava bom? Tava difícil a situação para vocês?

SR. Não! Tava bom, mas já estava começando a balançar um pouco para arruinar, viu? Tava começando a ficar mais ruim porque...

DA. Nós tava com vontade dos meninos porque nós todos trabalhavamos na roça, os meninos tava tudo crescendo, tava tudo crescendo né? Tava ficando... Robertinho, que era o mais novo tava com 17 anos, já tinha mais, então a gente achava que precisava estudar mais, mas lá não tinha como estudar e trabalhar. Aí, nisso, a comadre Maria disse que aqui era bom, trabalhavam e estudavam e animou a gente; eu perguntei até mesmo pela comunidade, como é que era, ela disse que tudo era bom, a comunidade não tinha achado muita diferença, ela tinha achado até melhor do que lá porque lá era muito difícil também.

FRS. E quando vocês chegaram aqui, tiveram o apoio de alguém, como é que foi assim para se estabelecer aqui no bairro? Ou chegaram e foram pra outro lugar? Quem apoiou vocês?

DA. Maria José, comadre Maria José mesmo. Nós passamos quase um mês na casa dela para poder comprar essa aqui, procurando casa, sempre procurando, naquele tempo era

só casinha de madeira, tava chovendo ainda, mês de novembro, mas ainda tava chovendo e aí nós, nós..., naquele tempo chovia mais do que agora, e aí nós ficamos lá na casa dela quase um mês e quando a gente comprou isso aqui, uma casinha de madeira que não era aterrada, não era nada, só cercada de madeira, mesmo só um vão só, e nós compramos aqui, e aí a gente veio pra cá e caçamos um meio de viver. Ainda hoje tamos aqui, graças a Deus tá bom, tá todo mundo vivo.

FRS. E já tiveram vontade de... Vamos vender tudo, vamos embora?

DA. Já! Inclusive eu, eu gosto muito daqui, mas eu acho que a vontade maior é a minha de, de voltar não, de ir pra outro lado porque aqui eu estou muito doente, o motivo é doença, outra coisa não vou dizer, ando muito doente, preciso fazer tratamento lá fora e aí, cada vez que a gente vai é uma despesa que a gente não pode, não tem de quê, mas o jeito é fazer, bem, agora em janeiro tenho de voltar lá e aí, foi o tempo que Ana decidiu sair né? Foi lá pra Goiânia e graças a Deus tem se dado bem e é pra lá que eu sempre vou fazer o tratamento.

FRS. E como eram as práticas religiosas de vocês lá no MA?

DA. Sempre frequentamos a igreja. Lá era sempre de 8 em 8 dias porque não tinha padre, era só os leigos, catequistas, tinha só aos domingos. E aqui muitas vezes não, não vamos nem aos domingos porque agora, depois de velhos, é ruim pra gente sair, mas lá nós frequentava a missa todos domingos, ia tudo, dizer assim: só fulano de tal..., não, Todo mundo ia, voltava, todo mundo pra casa junto.

FRS. E chegando aqui em BV, aqui no AB é..., como é que foi participar da igreja, comunidade, já existia comunidade aberta, acolhia as pessoas? Como era isso?

DA. Era bom, era uma igreja de madeira e a gente foi bem acolhido na comunidade, inclusive tinha ali o clube de mães, foi muito bom também, eu fiz parte de lá no clube de mães; tinha a dona Marilza que participava com a gente e outros mais, tinha a irmã Elisa que participava com a gente; eu não sou do tempo da irmã Severa não, cheguei aqui já tinha passado a irmã Severa, e a irmã Elisa, e irmã Amélia fizeram curso fizeram curso e incentivaram muito nós na Igreja.

FRS. A comunidade assim.... vocês acham que a comunidade ajudou vocês nesse momento que chegaram aqui? E as irmãs contribuíram com isso, deram apoio?

DA. Ajudaram muito, foi muito bom naquele tempo.

FRS. Bom, passados aí quase 30 anos dessas histórias todas e, hoje, a senhora disse já ter tido vontade de ir embora, tá com desejo, talvez isso vá até se concretizar por uma questão de saúde e tudo mais... mas, é... desde o momento que vocês vieram, foi a decisão certa que tomaram naquele momento, foi uma coisa boa naquela época?

SR. Foi, foi uma coisa muito certa, muito apurado, é, porque a nossa caminhada... agora só quando chegamos o que não soubemos aproveitar, eu reconheço assim, porque a gente morava no interior, não tinha conhecimento, com esse lugar que fosse (...) transformar uma cidadezinha, inclusive uma capitalzinha como essa aqui. Nós chegamos aqui, viemos enviados por Deus, não tivemos nenhum problema na nossa viagem,

chegamos e encontramos a BV toda completamente, a lateral tudo aberta pra nós colocar bem.

DA. Porque a gente arrumamos logo serviço, todo mundo trabalhava, amizade com todo mundo... deixa que depois mudou, né? Tinha aqueles altos e baixo que a gente se desgostou muito, aí nasceu a vontade de voltar, porque se a gente manda mas não...

FRS. Agora, pra gente concluir, voltando um pouquinho à história da igreja católica daquela época, e a senhora falou da irmã Elisa, da irmã amélia, olhando assim pra trás, a igreja ajudou vocês a se constituírem como família aqui no bairro, favorecendo a participação num ambiente saudável, bom. A igreja contribuiu com isso?

DA. Contribuiu. Agora eu não sei se nós, se nós soubemos responder a contribuição dela. A igreja não tenho o que dizer da igreja não; foi bom, muito bom. A irmã Elisa para mim foi sempre, ela estava aqui, a irmã amélia... então eu acho que tudo ajudou, tudo ajudava a gente a chegar mais na igreja, a gente tinha mais amizade com o pessoal da igreja, agora os padres era mais pouco, né?

FRS. Isso era diferente como lá no MA? Ou também era assim raro os padres chegarem?

DA. Era, os padres era difícil também. Lá era de mês em mês e nós morava mesmo no interior e ainda eles eram ainda do Chapéu de Couro e pra chegar lá era uma dificuldade, e sempre era só mesmo os catequistas e o animador que até hoje existe, há também, e lá nós chegamos com meninos pequenos e fomos a segunda família lá e nós já saía do Andirobal, eu saí de lá com os meninos tudo pequeno a procura de mata pra trabalhar na mata, aí foi quando nós chegamos ná... já saímos de lá porque era melhor de frequentar a igreja, os padres vinha de mês em mês, mas todo mundo na igreja católica. Crente era pouco que tinha.

FRS. Agradeço a senhora dona Antonia e ao senhor Raimundo pela entrevista concedida.

OBS, Terminada a entrevista dona Antonia continuou a conversar sobre a questão dos costumes locais, de como tinha sido difícil aceitar que os filhos comessem a sofrer influências que, na visão da cultura nordestina eram impróprias e que isto causava muito sofrimento e dor.

7. Entrevista com a sra. Leonice, idade: 56 anos, origem: Imperatriz/MA, chegada à Roraima: 1976

FRS. Estou aqui com dona Leonice, hoje que é dia 27 de agosto de 2014 me recebeu com muita satisfação e eu agradeço dona Leonice por me ter disponibilizado esse tempo para conversar com a senhora. Dona Leonice, vamos começar falando da história da igreja aqui do Asa Branca, eu queria que a senhora falasse um pouco da senhora, quem é a senhora, de onde veio...?

L. Sou nordestina, do nordeste, só que quando eu vim pro Asa Branca eu já tinha um tempinho aqui, uns 5 anos, 6 anos, quando eu vim morar no Asa Branca. Quando eu

vim ao Asa Branca não tinha luz, não tinha água, não tinha transporte pra gente ir pro centro. A gente saía aqui do e ia lá pro Buriti onde hoje é o Girassol.; ali é que o ônibus fazia rota; chegava ali, parava, esperava os passageiros, a gente entrava e seguia para o centro. E era só lama, não tinha nada. Só mesmo a gente mesmo, que tinha coragem mesmo; mas agradecia, agradecia muito e se hoje eu tenho o quê, eu tenho naquela época porque eram umas casinhas de madeira muito simples, mas a gente foi batalhando, foi batalhando e graças a Deus, hoje ainda moro no mesmo lugar, uma outra casa graças ao meu bom Deus. Mas sou muito feliz de ter ficado aqui.

FRS. A senhora disse ser nordestina. Qual é o seu Estado de origem?

L. Imperatriz, Maranhão.

FRS. Muito bem. E como é que surgiu na senhora esse desejo de vir para Roraima? A senhora já tinha ouvido falar alguma coisa?

L. O meu esposo na época trabalhava com um senhor por nome Paulo Holanda. Trazia essas vacas leiteiras de Fortaleza para cá, trazia para Manaus, trazia pra cá. Teve uma época que ele veio junto com ele, trouxe bastante vaca leiteira, muito boa de leite, e ele ficou aqui. Ai passou 8 meses e um dia ele ligou pra mim, disse que ia mandar minha passagem pra eu vir embora pra cá, pra gente tocar a vida da gente aqui. Eu perguntei: “presta?” Ele disse: “presta!”; se num der certo a gente dá outro jeito; e tô aqui até hoje.

FRS. E a senhora não tem na memória o ano, o mês que a senhora veio para Roraima?

L. eu cheguei aqui em Roraima no dia 10 de março de 1976. Nunca tinha visto tanta chuva na minha vida. Na época em que cheguei foi 10 de março de 1976, na época que cheguei aqui era, foi um inverno medonho, chuva, chuva, muita chuva. Ainda não tinha o Mecejana, tava começando. Não tinha o Liberdade, não tinha o Buriti, não tinha o Asa Branca. Bairro dos Estados era bem pequenininho, tava começando, e eu escolhi vir por aqui, esse pedacinho aqui e to aqui até hoje. Construí família.

FRS. A senhora teve apoio assim, de alguém que já morava aqui? Encontrou outras pessoas do nordeste?

L. Encontrei! Encontrei!. Mas apoio, apoio não. Foi só eu e meu marido. Nós trabalhávamos um prum lado outro pro outro. Mas não tivemos apoio de ninguém.

FRS. E nesse processo de mudança, o que a senhora deixou para traz, lá na sua cidade, que talvez lhe tenha custado muito. Vou embora e vou deixar...?

L. Não! Eu nasci e me criei lá; só eu e o esposo. Eu muito novinha, ele também muito novo, e nós não tinha filho. E eu não me arrependo não, não deixei nada.

FRS. Voltou lá depois?

L. Agora voltei. Já fui pssear, levei meu esposo, meus filhos, chegamos agora domingo de lá.

FRS. Os seus filhos, todos nasceram aqui?

L. Sim! Eu só tive um casal de filhos; o mais velho já tem 36 anos e a caçula não mora mais comigo. Deus levou ela.

FRS. A senhora já tinha alguma prática religiosa? Participava da comunidade?

L. Não, não! Só ia pra igreja. Aonde a gente morava o povoadozinho era muito pequenininho, não era tão desenvolvido, tinha as missas de 3 em 3 meses, de 6 em 6 meses. Quando tinha, aí tinha aquelas festas. A gente participava, mas como eu participei aqui.

FRS. E aqui no Asa Branca, como é que a senhora viu a Igreja Católica aqui, porque assim, né? Não havia naquela época o padre. Eram muito as freiras que vieram para cá, né? O que a senhora pensava disso?

L. Sabe que eu gostava muito! Eu acho que era até mais, apesar que a população aumenta. A juventude já mudou muito; a cabeça da juventude já é outra; mas naquela época a gente era tão unido, todo mundo era amigo, a igreja era cheia, todo mundo participava, até mesmo dos trabalhos mesmos, todo mundo participava naquela época, não é quem nem hoje.

FRS. E a comunidade, assim... a senhora percebe que era uma comunidade acolhedora, essa comunidade religiosa, essas pessoas que participavam da igreja, porque era assim, nesse bairro, chegava muita gente de fora NE, do nordeste. A igreja acolhia eles?

L. Sim, no tempo das Irmãs. Hoje não vou lhe dizer: ah! É do mesmo jeito, não vou. Até porque eu não frequento mais assim, para trabalhar com a comunidade, essa coisa e outra, não. Eu vou na igreja, eu assisto a missa, eu assisto a novena, mas não é como antes. Mas naquela época as Irmãs ajudavam muito, principalmente aquela Irmã Severa, aquilo é uma santa, aquilo ajudou muita gente. Tinha muitos necessitados naquela época e a gente, dava pra gente. Olha a gente saía e ela saía com a gente dentro da água, dentro da lama, para ajudar aqueles necessitados, aqueles que precisavam mesmo. Tinha gente que tinha chegado do Maranhão, do nordeste e tinha necessidade. Ela arrumava emprego, arrumava cesta básica, elas ajudavam muito, muito.

FRS. A senhora já ame disse isso, né?, no início, quando foi se apresentar, mas, passados mais de 30 anos, a senhora já tem mais de 40 anos aqui em Roraima né?, acha que fez a coisa certa vindo morar em Roraima?

L. Fiz, fiz, adora Roraima, eu amo Roraima.

FRS. Adotou Roraima e Roraima lhe adotou?

L. Com certeza. Quando eu vejo amigos da gente, colegas da gente que chegam e dizem assim: ah! eu vou vender o que é meu, vou para o nordeste que eu sou de lá, eu digo: pelo amor de Deus não faça isso! Eu já vi muitos fazer, vender o que tem, tava bem de vida aqui e, não, eu vou embora pra lá porque o que eu ganho pra eu viver lá é muito melhor e muito mais tranquilo; mas já voltou.

FRS. Foi e resolveu retornar?

L. Passou uma época, 1 ano, 2, 3 conforme seja, mas voltou pra cá de novo. As vezes o meu velho, que também já tá velho, eu também já tou velha: ah!, minha velha, vamos

alugar tudo, vamos...; negativo!, de jeito nenhum!, nós vamos ficar aqui. Eu gosto é daqui. Já não é mais uma cidade como era antes, mas se comparada com outras, é muito tranquila. Se vai daqui pro centro você conhece todo mundo, se vai daqui pra Ataide Teive e chega ali nessas feiras, todo mundo conhece a gente, todo mundo é amigo, todo mundo dá um bom dia, uma boa tarde. Eu gosto disso.

FRS. É uma coisa que não tem preço né? É uma coisa que vai se construindo...

L. É! Tanto que quando eu vou visitar minha família, lá, eu já me sinto estranha; para mim eu to junto com os estranhos. Aqui eu digo mesmo pra eles: gente, não fica chateado. Mas você acredita? Aqui eu, parece que estou no meio de estranhos. Lá eu saia mais a vontade, os amigos assim, sabe, parece que eu me sinto mais a vontade com eles aqui.

FRS. Dona Leonice, a nossa entrevista terminou e eu lhe agradeço muito porque, esse trabalho que eu faço é justamente para compreender a importância que as Irmãs tiveram aqui, naquela época, no trabalho delas né, de missão, mas não só para pregar a religião, mas também se houve uma ajuda para as pessoas que chegaram.

L. Isso é verdade. Elas ajudaram muito, muito, muito mesmo.

FRS. Muito obrigado então, viu!

8. Entrevistada: Josefa Almeida Teixeira, idade: 57 anos, estado de Origem: Maranhão, chegada à Roraima: 1984

FRS. Dona Josefa (DJ), me fale sobre a senhora? Quem é a senhora, como era sua vida lá na sua terra de origem?

DJ. Sofrendo muito, meu rapaz, sofrendo muito. O velho deu derrame e dois derrame, aí não podia mais trabalhar e aí, não tinha condições também, mas meus meninos, eles já moravam aqui, aí me deram um barraquinho aqui no fundo pra eu vir pra cá. Aí me chamaram para eu vir e vendemos as coisinhas que tínhamos, a casinha, as coisinhas de dentro de casa, aí viemos.

FRS. E a sua cidade natal, qual era?

DJ. Eu nasci no Maranhão (MA), município de São Francisco, entre o Maranhão e o Piauí.

FRS. E a senhora já falou NE?, de como, assim... a motivação né?, por que a senhora veio para Roraima? Seus filhos vieram antes...

DJ. É, estavam em Guaraí, Tocantins e vieram para cá né?, e nós estava lá sem condição de viver né, porque o velho doente né, e os meninos ainda, sabe Deus. Aí nós, o meu menino mandou cartas pra nós vir pra cá. E naqueles tempos as coisas eram tudo né, e aí outro mais velho tinha um barraquinho aqui, aí deu essa barraca e o outro sustentou até nós melhorar mais a situação, continuar a vida.

FRS. E chegando aqui, o que a senhora achou da cidade?

DJ. Achei bom.

FRS. Melhor do que estava lá?

DJ. É, melhor. Não tenho mais vontade de sair daqui não.

FRS. Não?

DJ. Não!

FRS. Agora, quando a gente muda de um lugar assim, a gente deixa sempre alguma coisa pra trás né? O que é assim, uma coisa muito importante que a senhora teve de deixar pra trás?

DJ. Os amigos, né?, que minha família já tava tudo pra cá mesmo. Só uns amigos mesmo, nada mais.

FRS. E depois que a senhora veio para cá, já voltou lá alguma vez?

DJ. Nunca fui nenhuma vez lá.

FRS. Tem vontade?

DJ. Tenho. Eu fiz um cálculo de ir lá, um passeio porque tem um irmão dele lá em Presidente Dutra, aí eu queria levar ele lá para eles ver como não se viram a muitos anos, mais de 50 anos. Aí eu tinha vontade de levar ele lá, enquanto ta vivo ainda.

FRS. Agora me diga como eram as práticas religiosas de vocês lá no MA?

DJ. No MA já freqüentava igreja porque minhas meninazinhas tudo pequena nós levava pra a igreja.

FRS. Tinha missa todo domingo?

DJ. Todo domingo tinha missa, levava os meninos. Fazia que o povo do MA são besta? Ai eu também morava lá, né?, mas eu ia pra igreja. As velhas diziam: tu fez promessa pra ir pra igreja? Eu disse: não!, eu vou porque quero, de livre vontade. Aí tinha uma mais rica lá, quando ia nos festejos. Ai disse: mulher, compra roupa senão a roupa vira farda. Digo mangando da gente porque pobrezinho, gente pobre vai de farda mesmo; gente pobre vai é de farda.

FRS. E chegando aqui em Boa Vista (BV), a igreja que a senhora encontrou aqui era muito diferente ou era parecida?

DJ. É diferente, assim, porque o povo aqui freqüenta mais. Lá o povo não freqüentava; só se ta freqüentando agora, mas no tempo que eu tava lá era fraquinho, o povo era fraco.

FRS. E a senhora, chegou aqui e já veio morar no Asa Branca (AB)?

DJ. Foi, já vim direto pra cá.

FRS. Acho que ainda era no tempo das irmãs da Consolata, que cuidavam da igreja aqui. Não estranhou não essa história das freiras cuidarem da igreja? Porque comum era ter o padre.

DJ. No tempo que nós chegemos aqui não sei se já tinha padre. Acho que não tinha, parece.

FRS. Eles passavam assim, pra celebrar missa de 15 em 15 dias.

DJ. Mas aquele Antonio era pregador; também o Zé Lira.

FRS. E quando a senhora chegou aqui em BV, no AB, a comunidade católica deu algum apoio pra senhora, assim, de recepção, sabe porque as vezes a gente chega em lugar esranho e se sente só. A igreja deu algum apoio nesse sentido?

DJ. Acho que deu, né?

FRS. Chegando, a senhora logo procurou a igreja paraparticipar?

DJ. Procurei. Assim que cheguei minha menina morou aqui uns tempos, a Rosimary e ela falou: mãe, nós vamos morar... lá no bairro que vamosorar a igreja é pertinho, o posto médico é pertinho, entãoanimando a gente, porque ela veio pra cá e, foi pra lá pra vir comigo, ela falou que tudo erapertinho.

FRS. Então, passados ai esse tempo né?, da sua chegada aqui, não voltou mais à sua terra?

DJ. Não!

FRS. E como é que tá a vida de vocês hoje, tá melhor do que era lá?

DJ. Tá! Interessante é que nós já não morávamos mais em terreno que era nosso, já estava em Brejo Paraibano e não tinha, , num sei, muita dó, né? Porque já não era o terreno, não era... e nós já tinha saído 22 anos que nós morava no Brejo Paraibano. Não chamam mais Brejo. Fica entre Colinas e os Santos Padres.

FRS. Muito bem, essa era a conversa que eu queria ter com a senhora, e queria lhe agradecer por ter me recebido em sua casa.

9. Entrevista com sra. Laci, idade: 55 anos, cidade de origem: Santa Inês/MA, chegada à Roraima: 1979.

FRS. Estou aqui na casa de dona Laci (DL), já passa das 6j, 18h e ela me acolheu muito bem aqui na sua casa; sou muito agradecido, dona Laci pela senhora estar disponibilizando do seu tempo para a gente ter essa conversa, relembrando um pouco da história da comunidade do Asa Branca (AB). Mas antes de a gente começar a falar disso

eu queria que a senhora dissesse quem é a senhora, de onde a senhora veio, o que a senhora faz?

DL. Olha Francisco eu, diretamente sou maranhense, venho de Santa Inês, vim em 79 pra cá; eu vim através de uma cunhada minha que trouxe a sogra pra cá e através da sogra é que eu vim pra cá, né. Esses três filhinhos eu já trouxe de lá; o pequenininho tinha 6 anos, o outwro tinha 7 e a outra tinha 9, então chegamos aqui em 79 eu morei muito tempo aí, 5 anos no bairro dos Estados. Naqueles tempos as casinhas era tudo de palha lá no bairro dos Estados, tinha aquele lago grande que agora é onde é... até inclusive colégio ainda prefeitura né? Então eu passei 5 anos lá e depois de 5 anos eu fui pro AB. Aí no AB eu fiquei uns 4 anos, daí foi o tempo que eu ganhei essa casinha aqui, aqui fiquei, mas eu sempre frequento na AB, uma coisa que eu sempre gostei da comunidade né? Porque a minha comunidade mesmo era pra ser Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (NSPS). Eu gosto muito de NSPS... Rinha da Paz, isso, mas eu frequento lá desde quando, mas eu continuo frequentando porque, por causa das novenas né. Frequento muito, enquanto eu tiver viva eu vou pra lá.

FRS. Mas deixe eu lhe perguntar uma coisa: as pessoas assim, com quem estou conversando, entrevistando, elas falam dessa vindapra cá, né. A senhora já tinha ouvido falar de Roraima (RR)? Largou tudo lá, assim e veio embora?

DL. Menino, olha, eu vim assim, como diz o ditado, cegamente; eu vou porque a minha sogra já tá me levando pra lá, eu vou pra lá e eu vou. Tem os meninos, era tudo pequenininho e eu não trabalhava, né. Quando cheguei aqui em RR, eu meti a cara pra trabalhar, pra prefeitura. Naqueles tempos a gente chegava na prefeitura, você vai começar amanhã mesmo, era mais fácil a gente arranjar emprego...

FRS. Era o tempo do Território.

DL. Era o tempo do Território e 79 pra 80.

FRS. E como era a sua participação na igreja lá em...

DL. Olha, pra lhe dizer, eu praticamente fui criada no convento. A minha mãe me internou desde os 13 anos. Você sabe... já ouviu falar? Então no convento foi assim, colocavam a gente lá e a gente via os pais da gente só dia de domingo, tinha aquela visita aí. Quando chegava fim de ano que a gente passava 1 mês em casa e voltava de novo pro convento, desde os 8 anos eu me criei no convento, só sai de lá quando tinha 18 anos.

FRS. Então foi praticamente toda a infância e a juventude todinha no convento?

DL. Foi, graças a Deus. Minhas meninas eu digo: olha, se vocês soubessem como é bom gente... a gente viver no convento, você não sabe como é o mundo fora, que lá dentro é uma maravilha, que você não sabe, só aprende coisa boa, tem horário pra tudo né; tem horário pra você e tem horário pra você estudar, tem horário pra você trabalhar, tem horário pra você ir pra igreja, tudo através de horário né? Fui uma pessoa assim... quando vim conhecer o mundo, já começou 8 anos, que fui procurar de saber porque a gente naqueles tempos mais é inocência né? E você sabe que a gente só... a gente estuda catequese e faz muita coisa, só coisa boa, né? As vezes eu viajava com a Irmã, a Irmã Elisa, a Irmã ana, elas faziam missão né? Sabe que missões? Elas gostavam de mim

porque eu era uma menina assim, ativa, sabe? Elas diziam: a Laci não tem vergonha de se expressar, fala bem. Ai eu era assim. Ai elas diziam: Umbora baixinha, umbora. Eu era muito querida pelas freiras, inclusive quando eu fiz a minha crisma, a Irmã Ana, a mãe dela, a Irmã Terezinha foi a minha madrinha. Hoje em dia acho que ela não existe mais não, porque ela já estava bem idosa.

FRS. E quando a senhora chegou em BV, a senhora disse que morou no Bairro dos Estados, no AB. A senhora procurou a igreja para participar?

DL. Ih! Como procurei. Particpei muito com o padre Luisinho na Aparecida, inclusive eu me casei lá na igreja, eu me casei com o padre Luisinho. Hoje em dia ela já tá bem velhinho, foi meu padre que fez o casamento. Casei, graças a Deus chego aqui e digo pra minhas meninas, hoje em dia, se Deus me chamar eu, todo os matrimônios cumpri, né, fiz a crisma, me batizei, hoje em dia eu to aqui contando a história, graças a Deus, então a gente quando se cria no convento, muitas vezes os pastores vem e eu recebo porque eles são nossos irmãos e eles perguntam qual a minha religião, eu respondo, olha, eu sou católica, apostólica, romana e não troco minha religião de jeito nenhum, porque se você for trocar, o que vai acontecer comigo, eu não to acreditando “nele”, né? Não é isso que é verdade? Pois é., se eu for para outra igreja então tô fazendo de Jesus o quê? Descartável? Tô acreditando noutra igreja? Igreja não salva ninguém, o nosso salvador é só um.. Então é assim. – esse aqui é o meu neto ó, é filho da Nivania; ela se batizou lá, fez sua primeira comunhão no AB).

FRS. E aqui no AB, quando a senhora começou a participar, a senhora notou alguma diferença no modo da igreja se organizar?

DL. Olha, foi muito difícil pra se organizar, como você sabe que nós freqüentava aqui, nós fazia nossa oração aqui na casa da Maria Galvão, pois é, ai apareceu essa igreja Nossa Senhora Rainha da Paz só que eu não gostei muito dessa Rainha da Paz ai digo: não, vou ficar lá mesmo na NSPS, continuei lá porque, você sabe que naqueles tempos tinha vários que, naquele tempo que era a administração aí, você sabe, Maria, uma senhora mas não to lembrando dela, depois participava Maria Galvão, e assim nós ia levando, né? Aí foi o tempo que eu passei pra essa igreja que era de madeira, não lembro nem quem era naquele tempo... a Jesus, dona Marilza, então graças a Deus.

FRS. Agora, quando a senhora veio para BV, teve alguma coisa que a senhora deixou no MA e que lhe custou muito?

DL. A minha mãe, minha finada mãe, né? Ela veio mas não gostou desse lugar e voltou de novo. Agora eu não; fiquei porque aqui arranjei empregozinho, comecei a ganhar um salariozinho né, foi com o que criei meus filhos, né; aí em 93 meu esposo faleceu, aí eu sempre continuando, sendo pai e mãe deles né. E assim vou levando a vida até agora, né?

FRS. E a senhora acha que a igreja aqui, ela ajudou as pessoas que chegavam de fora?

DL. Ajudava sim, porque era muito, a gente quando chegava na igreja a gente era bem vindo né? E aí é muito bom sabe porque, porquanto ter mais conhecimento com os irmãos, né?

FRS. E aqui no Tancredo Neves e no AB, no tempo das irmãs, a senhora teve algum apoio assim, quando chegou por aqui, foi bem recebida? A comunidade...

DL. Fui bem recebida, a Irmã Elisa foi uma freira que era praticamente uma mãe pra gente, ela sabia muito conquistar a gente, conversava, as meninas também fizeram a catequese aí, fizeram a primeira comunhão ai, assim iam levando né?

FRS. Em algum momento deu vontade de voltar para sua terra?

DL. Não! Tanto que agora vou e quando chego lá, não tenho vontade de ficar nem 15 dias. Agora já tenho netos roraimenses né?

FRS. Então a senhora chegou aqui em 79 né? Passados esses anos todos, a senhora considera que a sua vida hoje ta melhor do que era lá na sua terra?

DL. Olha, pra bem dizer ta, na minha terra eu só vivia de casa de aluguel e aqui quando cheguei, eu logo arranjei um lugarzinho pra eu morar, no bairro dos Estados. Vivia em casa alugada, ai, quando vim pro AB tirei dois pedacinhos de chão, fiz uma casinha, aí foi o tempo que eu ganhei essa, foi no tempo do Getúlio, ele era governo, o Getulio Cruz, aí a Nazaré me deu essa casa, até hoje, criei meus filhos por bem dizer nesse pedacinho de chão aqui. E eu to muito, graças a Deus eu continuo na minha religião né? E sair daqui só quando “ele” me chamar né? Não vou trocar minha religião por nada.

FRS. Dona Laci, muito obrigado pelo tempo que a senhora me dedicou aqui... bom a gente ouvir essas histórias, as lutas e vitórias que foram acontecendo. Obrigado.

10. Entrevista com Ana Paula, idade: 37 anos, Estado de Origem: Maranhão, chegou a RR: 1984.

FRS. Muito bom dia, hoje estou aqui com Ana Paula (AP) para fazer uma entrevista com ela sobre sua experiência de migração e sua experiência religiosa aqui em Boa Vista (BV), hoje 04 de setembro; não, hoje é 05 de setembro de 2014, 8 e meia da manhã e a gente vai ter essa conversa. Boa dia Ana Paula, eu queria que você falasse um pouco sobre quem é você.

AP. Bem, meu nome é Ana Paula, tenho 37 anos, moro aqui em BV desde os meus 7 anos de idade e a minha experiência que eu tenho é que eu morava no Maranhão (MA) na cidade de Brejo Paraibano, morava com minha família, pai e mãe e eu lembro que eu não era, meus pais não me levavam muito para a igreja porque lá tinha uma igreja católica, esqueci o nome da igreja agora e, não entendo porque eu era pequena, eu me lembro do sino, isso me... eu achava muito bonito o sino da igreja que tocava lá e ai eu me lembro das badaladas do sino, então eu tinha vontade assim de ir lá pra igreja, mas como eu era criança não dava assim muita importância, e aí minha mãe mas minha avó resolveram vir para BV porque lá a gente tava sofrendo muito né, assim as coisas eram muito difíceis e ai eu tive de escolher, né, ou ficar com meu pai ou vir com minha mãe e minha avó aqui para BV porque, aqui em BV minha avó já tinha filhos, então eles falavam que Bv era bom, assim na questão do emprego e as coisas eram melhores,

ai foi quando em vim com minha avó para BV né, aí tinha essa igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e como era perto da sua casa começou a freqüentar a igreja né, a minha avó me levava para a igreja, e aí quando eu ia pra igreja sempre gostava de ir porque, eu lembro que era uma casinha de madeira bem simplesinha, foi aonde eu me encontrei né, porque eu poderia muito bem não ter ido, assim como as minhas tias acabaram freqüentando outras igrejas, acabaram virando evangélicas, e ai eu sempre quis, desde pequena, foi onde eu fiz a primeira eucaristia e ai depois, com os meus... já mais velha já, fiz a minha crisma, é, só que eu já freqüentei, rápido né, e assim forçado outras religiões, minha tia que é evangélica me chamou pra fazer uma visita na igreja dela, Batista né, e eu fui, já fui na Universal também, que eu tava assim muito triste com o meu irmão lá no MA, tava com leucemia e eu tava desesperada e ai eu acabei freqüentando por uns, só que eu freqüentava a minha igreja, nunca larguei, ai eu ia lá na outra religião, a Universal só que eu não me sentia bem porque era uma outra metodologia, aí vinha a questão do dinheiro também, que quando a gente ia eles pediam dinheiro, assim inventavam alguma situação só que eu já estava achando demais porque toda vez tinha de dar um envelopezinho né, tinha também a questão do demônio, né... e onde foi indo né, ai eu digo não, não vou mais não, aí me sentia, não me sentia a vontade, eles tavam me perseguindo, vamos pra minha igreja e tal, aí vinha toda aquela situação e as vezes eu me escondia porque, as vezes eu me sentia constrangida, ai eu me escondia, ai outra foi aquela situação chata, só que foi indo, foi indo, acabaram me deixando em paz, entendeu? Deixa ver o que mais, porque tem uma tia minha também que é lá de Brasília, ela virou doente mesmo, de crente, assim, da Universal, só que ela é assim, fanática, e ai sei que ela ficava falando um monte de coisas que tinha que, que aceitar Jesus, aí foi tentando me tirar da minha igreja, entendeu, e aí ficava sem graça, e só que eu disse pra ela que eu queria ficar na minha, inclusive já deu até briga assim, porque minha avó é católica né, e minha tia falou assim, umas coisas muito desagradáveis sobre a nossa igreja e a nossa avó ficou muito triste. Falou que não queria mais falar com ela e fui e disse assim: vó, mas a gente tem de ver que a gente não tem que ligar pra essas coisas, vamos seguir a nossa e aí pronto. Tentei assim acalmar ela que, ai também veio uns rapazes de outras religiões é mórmons, mórmons, isso, e aí eles me deixaram ir para eu poder pensar, né, se eu queria...eu cheguei na igreja... pra ver como é que é né, sem compromisso, só que achei bonito, a igreja tudinho, eles trabalham superbem né, só que todo mundo... não fez aquele desejo de largar a minha igreja, que eu sei que a minha igreja tem muitos valores, eu sei que é, a gente tem de conhecer mais a nossa igreja, que as vezes a gente ver só o lado superficial, não tenta ver o que ela tem de bonito né, e eu sei que eles vieram aqui na minha casa, falaram um monte de coisas e tal, é aquela situação, quando eu já tava assim agoniada, eles são bem persistentes assim, é isso que os católicos tem que ter, fazer mais evangelização, porque os crentes batem é em cima mesmo, se não tiver assim, uma base, cai mesmo.

FRS. Pois é, aí eu queria lhe perguntar sobre isso. Você disse que veio pra cá acompanhando a sua avó. Quando vocês chegaram receberam visita das Irmãs da Consolata? Alguém visitou vocês, alguém deu as boas vindas, apoio para vocês, alguma coisa nesse sentido?

AP. Bem, eu não to bem lembrada, mas eu lembro que, quando a gente chegou lá na Igreja, a gente foi bem recebida, assim, aquele calor, isso a gente foi bem acolhida assim. A gente é pequena assim, muito, não sei a noção assim direito, mas eu sei que eu gostava da igreja assim, a gente se sentia bem acolhida lá na igreja.

FRS. Você sentiu assim alguma diferença porque normalmente, a igreja é organizada pelos padres né, e aqui nessa região do bairro AB e outros bairros aqui próximos, a igreja, no início foi organizada pelas freiras né. As mães é que estavam assim à frente e isso fazia alguma diferença pra você? Sentiu algum impacto sobre essa questão?

AP. Não! Eu, eu achei tudo bacana assim, eu não tenho nada pra me queixar, porque eu me lembro, lá foram muitas pessoas que passaram pela igreja. Lá tinha um padre bem altão, não lembro o nome dele, era um careca. Sei que depois ele foi embora, esqueci o nome dele. Aí teve também a Kátia, era coordenadora de lá da igreja. Eu sei que passaram muitas pessoas assim que eles sabiam assim, e passa assim as coisas pra gente entendeu? Porque eu sei que nossa igreja é difícil ter um padre fixo né, mas as pessoas que coordenavam... eu acho que tudo de bom eles tiveram, e fazer o seu papel lá, ter um tempo que, e foram muitas pessoas que, faz falta a gente sente falta daqui, mudou muita coisa sim, teve... pessoas que, tiraram pessoas da igreja né, pelo saber coordenar direito, né, não vou citar nomes porque... mas agora, graças a Deus nossa igreja voltou de novo, mas ela teve essas mudanças assim, de pessoas, um tempo desses mesmo, muitas pessoas até saíram da igreja, eu mesmo, que por eu gostar da igreja pensei, eu não vou por causa da pessoa, vou por causa de Deus, mas eu não vou mentir, teve certos momentos que eu não fiz coisas na igreja justamente porque eu não me sentia motivada no meio dessas pessoas entende, desmotivada. Eu poderia ter saído da igreja mas, assim como eu, sentia que eu tinha de continuar, não por causa das pessoas e sim por causa da igreja, e sim por causa de Deus, mas, foi mais ou menos isso, porque naquele tempo eu achava muito bacana, achava que a igreja era mais unida.

FRS. E depois desse tempo que você chegou aqui, já voltou no MA algumas vezes?

AP. Eu já fui inclusive até na minha igreja, que eu nunca tinha sido assim... fui lá e achei bem bonita né, eu fui porque meu pai tava doente e aí eu tive que ir mesmo sabendo que... eu fui duas vezes, fui em 2007 porque fazia mais de 15 anos que eu não via meu pai né, uns 10 anos, acho que fui com 25 anos, é, e aí eu fiquei um mês no MA cuidando dele né, tudinho, mas como eu tinha de estudar, e aí eu não podia ficar muito tempo, fui na igreja, aproveitei os dias que eu estava lá, poder ir lá na minha igreja lá que quando eu era pequenininha, gostei também de lá, aí eu retornei também para BV mas aí, quatro meses meu pai acabou falecendo né, aí eu tive de retornar de novo, sem querer né, porque na verdade eu não troco BV por nada né?

FRS. Mas era isso que eu queria lhe perguntar: você pensou alguma vez em voltar?

AP. Não! De jeito nenhum. Assim eu penso que... por causa de meu pai, porque eu queria muito que ele viesse pra cá, mas infelizmente, primeiro faleceu meu irmão, tem 15 anos, de leucemia, aí que eu tinha muita vontade de ter uma família, pai e mãe, assim junto né, eu tinha muita vontade, só que ele falava que já tinha a família dele, tinha de cuidar da mãe dele, só que acabou falecendo também, o pai também, e foi indo, e aí acabou ele adoecendo de coração e aí acabou que, falecendo e aí de novo... eu pensava de retornar pra passear, não pra morar, achei assim um lugar muito pobre.FRS. E além de sua família, né, pai, mãe, você deixou pra trás alguma coisa assim, que lhe custou muito?

AP. O que eu assim fiquei muito triste mesmo, era a minha família mesmo, meu pai e meu irmão, ele era tudo pra mim, ele, a gente teve de vir, por uma coisa assim muito

difícil, a gente se separar, entendeu? Pra mim foi isso ai, e meu pai e minha mãe, minha família né? Meu irmão principalmente, porque eu amava o meu irmão. Eu tive muitos traumas na minha infância, de situações difíceis né, ai então foi meu irmão e meu pai.

FRS. E apesar de tudo né, você considera que fez a coisa certa vindo morar em BV?

AP. Foi com certeza. Não sei nem como é que eu ia estar hoje. Hoje eu estou formada, graças a Deus eu me formei, pude fazer uma graduação, trabalho, tenho o meu transportezinho, to agora ver se consigo passar num concurso público, porque se eu estivesse lá eu acho que talvez eu não tivesse nem estudado, não sei nem como é que eu ia estar lá, é muito difícil, questão de estudo, essas coisas, não tem o que tem aqui em BV.

FRS. Ainda hoje é assim na sua região, lá?

AP. Olha, eu sai de lá pequena. Cresceu mais, cresceu mais a cidadezinha. Não sei assim, não posso te falar a questão de estudo né, porque como eu fui lá assim às pressas, resolver assim as coisas, entendeu, ai eu não posso te dizer se... mas não ta como BV, mas deu uma crescadinha; mas em questão de emprego, eu vi que lá é muito ruim, eu via as pessoas assim nas calçadas lá, tipo aqui na agitação, lá eu achei muito esquisito, homens jogando pipa e tal sendo que... ai eu até perguntei, e muitos foram embora pra São Paulo, foram procurar estudo fora, assim, são Luiz, porque MA é muito grande né. Minha cidade é Brejo Paraibano onde eu tava. Então é assim, lá é muito parado acho, questão assim de trabalho mesmo né, procuram cidade grande muitos né, aí ficaram só os que ficaram mesmo lá, trabalho de doméstica, salário acho que ganhando só R\$ 300,00 eu fiquei muito assustada, meu Pai eterno, achei muito triste, assim, a situação financeira que, as coisas são muito baratas lá.

FRS. Você considera então que a igreja, de alguma forma lhe ajudou a construir a sua vida em BV?

AP. Com certeza, porque a igreja ela dá os instrumentos, assim para a gente poder é crescer assim, espiritualmente. Mas o que me ajudou também durante a faculdade foi o grupo de oração, que são GOA como se diz que... Ai vem momento que você tem de 20 minutos que é da Renovação Carismática, isso me fez crescer mais... assim, a igreja me deu uma base mas a Renovação, ela me deu assim, mais fortaleza da nossa fé, porque a igreja precisava disso porque eu sei que a igreja é meio dividida entre a... o tradicional e a carismática, eles tem essa, eu acho que a gente tem que se juntar, porque até os evangélicos que conheceram a... quando a gente foi nas missões universitárias que a gente naquele momento em que a gente ia, abordava as pessoas e falava que Deus, que Deus amava as pessoas, tudinho, elas até levavam um susto porque elas não viam isso na igreja né, então elas tiveram até um outro pensamento, que nossa igreja tem esses dogmas, essas coisas, mas bem escondidas, entendeu? Então a carismática, vim conhecer a carismática, sempre eu ia pro Ruah de Deus, com minha avó, quando tinha, com 12 anos a gente ia todo mundo com carnaval com Cristo e achava legal, só que eunão tinha essa noção, eu ia pra brincar e eu achava bacana ficar dançando, que tinha aquelas músicas bonitas e tudinho. Ai conforme eu fui crescendo e tudo, ai foi quando eu entrei na universidade, era 2008, ai o grupo surgiu em 2007 que é o GOA né, Grupo de Oração das Universidades Renovadas ai eu, me convidavam as pessoas e até fiquei com vergonha, agora me senti uma católica vergonhosa porque, porque o GOA

funcionava 1 e meia da tarde, eu eu tinha preguiça e ai, o pessoal ai, só que eles tem assim aquele jeito e eu achava legal essa, mas eu tinha preguiça e eles: vamos lá participar, e eu, bom, tas bom, eu vou, mas eu ficava mentindo, enrolando, mas depois de 1 ano, que foi em 2009, aí mudou o horário, mudou para a noite 5h40 parece, até as 6:15, 20 minutos mais ou menos, estourando né, porque as pessoas tem de ir pra sala e é ai nesses 20 minutos que tu chama o pessoal para dar esse... conseguir né, de vagarzinho né, porque também não é... ai eu fui com evangélica amiga minha, foi e falou, comentou comigo; eu fiquei com vergonha, menina, tem GOA ali e tal, bacana, eu fui lá, e é da Igreja Católica, cara, eu fiquei com vergonha, pois eu vou lá, cheguei lá, gente, me arrepiei porque é tudo assim, tem aquele momento de acolhida, o momento da Palavra, não! Momento de oração, acolhida, oração, ai depois vem a Palavra, né, aí discutia aquela palavra ai, tudo assim, e ai, vem depois, o momento der oração, depois fecha. É bem rápido, é 20 minutos que tens, porque não pode demorar muito, é só pra te passar aquela mensagem, é uma vez por semana e ai que eu fui lá, que eu senti, disse: não cara, não posso largar mais isso, dentro da própria universidade eu nunca meu, entendeu? A gente naquela conversa, a gente nem liga e ai foi quando eu comecei a participar dos retiros espirituais, ai que eu fui entender, foi aí... é tudo de bom a Renovação.

FRS. Eu te agradeço por esse tempo que você me disponibilizou para essa entrevista, muito obrigado. Uma grande contribuição aqui com o meu trabalho de pesquisa.

AP. Então ta bom, então, se o senhor precisar, precisar de mais ajuda, já sabe o endereço, ajudo com todo prazer e boa sorte com a sua pesquisa.

FRS. Obrigado.

11. Entrevista com Maria José, idade: 57 anos, cidade de Origem: São Luiz/MA, chegou a Roraima: 1983.

FRS. Dona Maria José (MJ), me fale um pouco da senhora e como era sua vida lá no Maranhão (MA).

MJ. Olha, eu nasci e me criei em São Luiz, na periferia da capital. Meus pais eram agricultores mas não possuíam terra, trabalhavam nas terras dos outros, junto com meus três irmãos. De mulher, nós éramos duas irmãs. Papai sempre queria que estudássemos, para nos dar futuro né. Estudei e me formei professora, e fui trabalhar numa escola municipal, isso em 1978; mas o salário era pouco demais né. Depois ainda mocinha me casei, mas meu marido vivia muito pelo mundo, em busca de trabalho nas lavouras. Em dois anos tivemos dois filhos, mas eu ficava muito tempo sozinha.

FRS. E como surgiu o desejo de vir para Roraima?

MJ. Eu nunca tinha saído da minha região, mas eu ouvia muito gente dizer que estava vindo para Roraima, porque era um lugar bom de se viver e prosperar. Lembro que muitos dos meus alunos saíram da escola porque os pais iam migrar pra Roraima, né. Então era toda a família que vinha. Tinha muita gente que também estava voltando ai, conversando com um e com outro, descobri que pra mim poderia ser bom, porque eu era professora, e diziam que o emprego era farto, e que o governo ajudava as pessoas, dando casa e apoiando as pessoas até se estabelecerem. Daí decidi fazer uma

experiência. Deixei meus filhos com minha mãe, e eu e meu marido viemos nos arriscar nessa viagem. No início tudo foi muito difícil, o bairro onde fomos morar era novo, tinha muita lama quando chovia e, quando fazia sol, era muita poeira.

FRS. E chegando a Roraima, quem lhe deu apoio para o seu estabelecimento em Boa Vista?

MJ. Meu marido e eu ganhamos uma casinha do governo. Era pequenininha, de quatro compartimento, feita de madeira e coberta de zinco, chão batido; fazia muito calor dentro. Também tinham as freiras que estavam começando a formar uma comunidade naquele bairro, e elas faziam visitas as pessoas que chegavam, viam as crianças, providenciavam remédios, nos davam roupas e até alimentos. Muita gente conseguia emprego por meio delas. Três meses depois de chegada, arrumei emprego de professora e fui trabalhar. O salário era muito bom. Aí tudo começou a melhorar; meu marido também arrumou emprego e eu podia até mandar um dinheirinho para casa, pra ajudar meus pais. No fim do ano, nas férias, voltei ao MA para pegar meus filhos. Aí viemos de vez pra cá. Graças a Deus.

FRS. Nessa passagem, teve algo muito importante que a senhora deixou para trás?

MJ. Teve, teve muita coisa. Em primeiro lugar meus pais, que não quiseram sair de lá, porque papai já tava meio doente nessa época, né. Depois, pra mim... teve meus alunos... da escola que eu trabalhava. Fiquei muito triste de deixá-los; era como se fossem da minha família.

FRS. E como eram suas práticas religiosas lá no MA?

MJ. A religião é uma coisa muito importante na vida da gente. Na religião a gente celebrava a vida e a morte, o aniversário, o casamento... tudo, tudo girava em torno da religião. Então a gente fazia novena, rezava o terço, ia na celebração com o catequista e, de tempos em tempos, né, aí tinha os batizados, as primeiras comunhões, os casamentos e a festa da padroeira. Eita, eram muitas noites de novena e de festa. Também fazíamos o boi bumbá que animava a festa da comunidade no mês de junho. A gente preparava tudo, preparava o boi, as fantasias, as danças, as comidas (ah!!!) tenho saudades daquele tempo.

FRS. E como era a Igreja Católica que a senhora encontrou aqui em Boa Vista?

MJ. Já falei um pouco das freiras, né. Tinha padre só uma vez no mês, ou quanto tinha a festa da padroeira, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Mas eram as freiras que estavam sempre a frente dos trabalhos. Elas tinham uma casinha de madeira no bairro da Liberdade, onde moravam. Como professora, fui dar aula de religião na escola do bairro e também fui dar aula de catequese na igreja. Tinha as celebrações dia de domingo, tinha missa, a novena de nossa senhora, toda terça feira... acho que tem até hoje. Tinha também o clube de mães, onde a gente aprendia a costurar, bordar, fazer bolos, era tudo muito bom. As irmãs escutavam muito a gente, os nossos problemas, sabe, e sempre procuravam ajudar, né.

FRS. E em algum momento a senhora sentiu vontade de retornar para sua cidade natal?

MJ. Nunca, não. Fiquei muito satisfeita de vir para Roraima, reconstruí a minha vida, muito melhor do que poderia ter feito no MA, inclusive ajudei outras pessoas que chegavam lá da minha terra; acolhia na minha casa, ajudava como eu podia.

FRS. E passados uns 30 anos dessa sua experiência, como está a sua vida hoje?

MJ. Acho que tá muito bem. Aqui criei meus filhos, encontrei trabalho, hoje sou aposentada... meu velho... morreu já faz um tempo... meu companheiro. Depois que cheguei aqui fiz questão de formar um grupo do boi bumbá... relembrando as festas lá da minha terra. Também a igreja me apoiou muito, não só a mim mas todo mundo que chegava. Às vezes eram até crentes, mas as irmãs iam lá, ajudavam sempre.

FRS. Dona Maria José, obrigado pelo tempo que a senhora me dedicou nessa entrevista, e fico feliz de poder ter tido a oportunidade de ouvir esse seu relato. Muito obrigado.

12. Entrevista com Raimundo Bento Cavalcante, idade: 60 anos, cidade de Origem: Santa Inês/MA, chegou à Roraima: 1984.

FRS. Seu Raimundo Bento (RB) boa tarde! Lhe agradeço pela sua boa vontade em me conceder essa entrevista. Para iniciarmos nossa conversa, queria que o senhor me falasse um pouco de si mesmo e de sua vida lá em Santa Inês, no Maranhão (MA).

RB. Sou Raimundo Bento, mas sou conhecido por Bento. Sou agricultor, casado, tenho 4 filhos e sou natural de Santa Inês - conhece Santa Inês? Quando cheguei aqui em Roraima era no começo de... acho que era 1984; vim atrás de um meio de vida melhor porque lá onde a gente morava tava ficando muito fraco. A gente trabalhava muito e a renda era pouca, não dava nem pra comer. Foi aí que eu ouvi falar de Roraima e que muita gente estava indo pra lá; aí fiquei com vontade de tentar também melhorar de vida.

FRS. Pois é, e como se deu essa travessia, de Santa Inês para Boa Vista?

RB. No início não pensei de vir pra Boa Vista não. Pensava em poder trabalhar de roça, que é o que nós sabemos fazer. Então fizemos o que outros vizinhos estavam fazendo. Vendemos o pouco do que nós tinha, compramos passagem de navio e aí embarcamos para Belém. Até aí a viagem foi muito boa. Depois, em Belém, compramos passagem de barco pra Manaus. Menino... era muita gente naquela embarcação que chegava a dar medo; subindo o rio a viagem durou uns 5 dias. Em Manaus compramos passagem de ônibus para Boa Vista, foi quando acabou o nosso dinheiro. Chegamos aqui só com nossa bagagem. Aí ficamos um tempo em casa de conhecidos nossos, que já moravam na cidade.

FRS. E quem apoiou vocês nessa passagem por Boa Vista?

RB. Pois é, tinha esses conhecidos, aí me ajudaram a localizar um homem que procurava trabalhadores pra roça, no interior. Foi então que iniciamos a trabalhar, mas tinha muita doença na região, a malária corria solta, aí não tem como a gente aguentar. Eu adoeci, a mulher adoeceu, os filhos todos doente, pedimos as contas do patrão e viemos para a cidade. Em Boa Vista o governo tinha um pessoal que cadastrava as

peessoas pra ganhar casa, cesta básica e nós fomos morar no Asa Branca, na esperança de ganhar uma casa. Mas só consegui um terreno. Aí tinha as irmãs que organizavam a comunidade católica no bairro e, visitando a gente, viram a nossa situação e nos ajudaram a comprar madeira e telha, aí, juntamos os amigos e num dia erguemos o barraco. Ficou muito bom, já tínhamos um abrigo. Depois a gente vendeu a casa – e eu soube que as irmãs não gostaram – mas a gente conseguiu um outro terreno mais adiante, em outro bairro que estava surgindo, fizemos um barraco em cima e ainda ficamos com dinheiro na mão pra outras necessidades. Depois, deu vontade de vender esse aí também.

FRS. Como eram as práticas religiosas de vocês lá no Maranhão?

RB. A gente costumava ir na igreja pra assistir a missa. Eu gostava quando tinha Santas Missões, que vinham muitos freis e nos visitavam, depois, de noite, tinha as festas. Todo mundo participava.

FRS. E como era a Igreja que vocês encontraram aqui em Boa Vista?

RB. Vixi, era muito diferente. Os hinos eram diferentes, os freis eram diferentes mas, assim, as rezas eram bem parecidas como a gente tinha lá. Mas a gente foi se acostumando com o jeito das irmãs. Elas visitavam as casas dos que chegavam no bairro, ajudavam as mulheres a tratar das crianças, elas tinham um fusca que até mulher pra dar a luz, era elas que levavam pra maternidade. Ajudavam muito mesmo. A gente gostava muito do jeito delas trabalharem na comunidade.

FRS. Depois que chegaram em Roraima, voltaram alguma vez lá no MA?

RB. Já, fomos algumas vezes. A gente ainda tem muitos parentes e amigos por lá, né. Então, sempre que a gente pode, a gente vai. Ano a ano, dois em dois anos, conforme as condições da gente.

FRS. E hoje, passados uns 30 anos da chegada de vocês a Roraima, o senhor acha que fez a coisa certa, ou já se arrependeu?

RB. Fizemos a coisa certa. Não teve um dia de arrependimento. A gente é pobre, mas aqui conseguimos prosperar um pouco; a saúde é melhor, os meninos tiveram escola, tem emprego. Comparando, nossa vida aqui é melhor do que se nós tivesse ficado lá no Maranhão... Eu penso...

FRS. Seu Bento, lhe agradeço imensamente pelo senhor me ter concedido essa entrevista. Muito obrigado!

13. Entrevista com a sra. Bertulina, idade: 65 anos, cidade de Origem: João Lisboa/MA, chegou à Roraima: 1976.

FRS. Estamos aqui na casa de dona Bertulina, aliás, no local de trabalho dela; trabalha com costura e já são 6 horas da tarde, e ela nos está acolhendo aqui para essa entrevista. Boa tarde dona Bertulina!

DB. Boa tarde!

FRS. Eu queria que a senhora falasse um pouco sobre a sua vida, de onde a senhora veio, onde morava, como era a sua vida.

DB. Eu cheguei aqui no ano de 77 (1977) e vindo do Maranhão (MA); eu morava em João Lisboa, uma cidadezinha bem pertinho de Imperatriz. Aí eu morei lá, depois eu vim para... o repartimento, na década de 76 (1976) na barraca; aí quando foi em 77 eu vim garimpo, né; meu esposo queria garimpar e aí, aquele fogo do garimpo do Surucucu ... aí nós viemos para cá em 77.

FRS. E depois desse ... a senhora morou em que bairro?

DB. Nessa época eu foquei morando em Mucajaí, ... 6 anos no Mucajaí; voltei novamente ao MA. No MA passei novamente 3 anos e voltei para Roraima (RR) e dessa vez fui pro Alto Alegre, lá eu passei um ano. Em 84 (1984) eu vim morar no Asa Branca.

FRS. Nesse tempo que a senhora morou aqui, já foi no tempo das irmãs da Consolata?

DB. Foi no tempo das irmãs da Consolata quando eu cheguei; tava começando a comunidade de São Bento. Ali eu já participava com a irmã Elisa.

FRS. E me diga, essa vinda de vocês aqui para RR, a senhora falou, foi por causa do garimpo?

DB. Foi o garimpo.

FRS. Então os meios de vida lá não eram bons?

DB. No MA não era muito bom, e ainda continua não sendo muito bom. Que tem muita exploração de mão-de-obra porque ... trabalho e ganha uma mixaria (um pagamento abaixo do valor do trabalho realizado) porque é igual ... e o preço daqui.

FRS. Muito bem; e chegando aqui em RR, quem deu apoio para vocês nessa chegada, quem deu apoio para vocês? Alguma instituição? Receberam apoio de outras pessoas que já estavam aqui? Como é que foi isso?

DB. A gente se deu logo a conhecer com o João Farias, ... no quilômetro 36 de Caracarái, onde que nós passamos três anos, os três primeiros anos, 77, não..., só dois anos, foi final de 76 (1976) que nós chegamos, no final de novembro, 77, e quando foi 78 a gente mudou pro Mucajaí, mas lá a gente recebeu o apoio assim, de conhecimento, é..., tinha uma senhora que deu uma casa pra gente morar, Gertrudes, já até faleceu, ela morava em Boa Vista (BV); aí, mas de instituição, de colaboração não, não tivemos assim, ... ou de órgãos públicos.

FRS. E quando dessa mudança para BV que a senhora veio morar aqui na Diaconia São Bento (DSB), teve ajuda de alguém ou vocês já estavam bem estabelecidos?

DB. Não! Já tava bem estabelecido porque, meu marido trabalhava na (empresa) União Cascavel nessa época, é, porque nós estava no alto Alegre e quando foi 84 (1984) ele ingressou na União Cascavel e a gente veio embora pra cá para BV, mas sem ajuda de ninguém mesmo, nós já estava estabilizado, pagando aluguel assim, mas já estava trabalhando, tava empregado.

FRS. E como era a vida religiosa, vida de Igreja, de comunidade lá no MA? A senhora tinha participação?

DB. Não! Lá no MA não tinha participação, eu ia na igreja assistir o que o padre falava, mas não tinha participação porque eu era muito oprimida pelo meu marido, ou a casa ou a igreja, então, e aí eu saía as vezes, quando ele saía pro trabalho, passar a semana fora, eu ia pra igreja, que aí eu comecei me engajando ... aqui nas Pintolândias, isso em 93 (1993), foi quando ele ... nós nos separamos e eu vim embora pra cá pra Pintolândias e foi quando eu comecei ... dessa vez comecei a me engajar mesmo porque primeiro eu só ia assistir.

FRS. Muito bem, e a senhora considera que a Igreja contribuiu em alguma coisa com a senhora, no sentido de se localizar aqui, a religião, posso participar disso aqui, posso ajudar, colaborar, a Igreja ajudou nisso?

DB. A Igreja me ajudou bastante; eu fui criada mas minha educação, minha mãe não era alfabetizada, o meu pai também, mas era daquelas pessoas que tinha uma religião, que tinha a religião católica e que se rezava de manhã, de tarde e de noite. Eles não sabiam ler mas contavam história ... o mais velho contava pra nós e eu, já naquele gosto de participar da Igreja, e quando eu tive oportunidade, eu participei de gosto. Hoje eu continuo participando de gosto, de vontade, que num tem outra religião.

FRS. E desde que a senhora veio aqui pra DSB, já se passou alguns anos, que a senhora também começou a participar mais da Igreja né. Como é que a senhora avalia hoje sua vida, olhando pra trás, como a senhora avalia essa chegada de vocês? Melhorou de vida, não melhorou? Deu vontade de voltar para o MA?

DB. Não Francisco, aqui, olha, é... de 90 (1990) prá cá, que eu morava no Tancredo Neves e depois da separação adquiri esse terreno ... sempre porque eu comecei a trabalhar na Igreja. Não é assim porque ... muda sempre os Freis (frades franciscanos), as Irmãs (freiras de congregações religiosas), muda muito porque não tinha quem me ajudasse, melhorei muito, eu não tinha nem uma casa pra morar, mas hoje tenho a minha casa, melhorou como pessoa, sei dar valor às pessoas, me ponho no lugar das pessoas que sofrem, eu, pra mim, melhorou cem por cento, é, fez eu entender mais, esses cursos da Igreja que eu participei me faz abrir mais a mente pra igualdade.

FRS. E, tem alguma coisa de que a senhora sente saudade, e que ficou pra trás?

DB. Tem, no tempo que nós era Diaconia e que trabalhava com as Irmãs Servas do Espírito Santo.

FRS. Era um tempo melhor, mais animado?

DB. É... mais animado. Os freis... aqueles freis nossos que ... acostumados.

FRS. Os primeiros que chegaram?

DB. É, os primeiros, também sinto muita saudade deles, muita falta porque de uns tempos pra cá...

FRS. E hoje, quais são as suas atividades na Igreja? O que a senhora está fazendo na comunidade?

DB. Olha, na igreja nós tamos assim, a gente tô no são José Operário né? Depois do são José Operário eu fui pra Sant'Ana, depois da Sant'Ana fui pra comunidade Madalena, ... agora tô no Jardim Tropical, uma comunidadezinha nova, essa agorató com três anos elá, com as pessoas que trabalham nas pastorais, a gente faz de um tudo né? Eu sou ministra da Palavra e agente da Pastoral do Batismo. Mas, nas pastorais, a gente atua cada qual um pouquinho.

FRS. Dona Bertulina, muito obrigado poe essa entrevista.

14. Entrevista com José Lira, Idade: 53 anos, estado de origem: Maranhão, chegou à Roraima em 1982.

FRS. Nós estamos aqui, na casa do Lira, José Lira, morador aqui do bairro Asa Branca; Lira, nós vamos começar a nossa conversa, eu queria que você falasse um pouco de você.

JL. Bom, meu nome é José Lira, sou natural do Maranhão, cheguei aqui em 82 (1982) em Roraima (RR), primeiramente fui morar no (bairro) 13 (de Setembro), depois, quando começaram a colonizar esse bairro aqui, a gente pegou um terreno aqui, aí viemos morar aqui, eu e meu pai, depois a família toda veio também; meus irmãos começaram depois a morar no bairro também, a minha irmã, a Socorro e o Augusto...vieram morar aqui e a gente ta aqui em Roraima desde essa época, morando aqui em Roraima.

FRS. Me diga uma coisa, como era a vida de vocês lá no Maranhão?

JL. Olha, nossa vida lá era assim: meus pais, eles vinham da roça porque ele trabalhou a vida... praticamente a vida toda, assim, produtiva, na roça. Ele veio pra cidade porque adoeceu e não podia mais trabalhar na roça; aí minha mãe trouxe ele pra cidade, pra cidade D. Pedro e lá, em D. Pedro ele começou a fazer outra atividade e, por exemplo, vender coisas na feira e, minha mãe, é... procurou... coisas pra vender na rua e a gente foi crescendo. Minha irmã veio pra Roraima porque meu tio trouxe ela para cá em mil novecentos ... setenta e nove. Ela veio na frente aí arrumou tudo aqui, comprou uma casa pra gente no 13, amobiliou tudinho depois trouxe a gente pra cá em 82.

FRS. E essa... essa idéia de vir para RR, você tinha alguma idéia onde era esse... essa região.

JL. A gente sabia. Falava-se porque meu tio chegou lá e falor de Roraima, que lá era um lugar bom de se viver e tudo. Não tinha noção ainda, não tinha noção, mesmo porque a gente era muito leigo, não tinha muita noção de estudos assim.

FRS. Quando vocês vieram, então, você disse, veio a família toda?

JL. É, veio. Meus pais, meus irmãos todos, somente minha irmã que já estava aqui.

FRS. E chegando aqui em Boa Vista (BV), o que você encontrou? Alguém deu apoio a vocês nessa chegada aqui em Roraima?

JL. Apoio nenhum; assim, do governo, não, porque assim, quando nós chegamos nós já tínhamos mais uma estrutura né. Nós já tínhamos casa, minha irmã tinha comprado casa, terreno ali próximo aos quartéis do exército, naquela baixada que vai no rumo do quartel do BIS (Batalhão de Infantaria de Selva), ali, e já tinha um terreno muito bom, a casa já estava toda pronta, era de madeira, muito bem feita, mobiliada com sofá, geladeira, tava toda pronta, então nós passamos a morar ali; o apoio que a gente teve foi esse mesmo, da minha irmã.

FRS. E nesse processo de mudança, do MA para vir pra cá, assim, o que foi para você mais custoso deixar para trás?

JL. Na verdade não teve muito vínculo, eu era muito jovem ainda, 20, 21 anos... ainda não tem muito assim, essa... aquele apego assim às coisas. Na verdade meu pai, ele ficou assim muito fissurado pra voltar pro MA mas eu não, eu... minha mãe ficou foi feliz da vida porque ela disse que aqui, do dia que ela chegou a RR ela passou a viver, que antes ela não vivia. Então ela é feliz; meu pai se conformou mas assim, mas ele ainda tem uma lembrança muito forte.

FRS. Muito bem, agora me fale um pouco das crenças de vocês no Maranhão.

JL. Meus pais são... foram muito religiosos; desde pequeno a gente foi ensinado, foi orientado desde pequenininho para o caminho da Igreja Católica; nós acordávamos, por exemplo, na missa do Galo, minha mãe botava a gente pra dormir, quando meia... antes da meia noite ela chamava todo mundo, acordava e levava todo mundo para a Igreja, as crianças e todos, mas domingos também, arrumava a gente e levava para a Igreja, ia ela... ela e meu pai e a gente ia também domingo de manhã, domingo de noite, participar da catequese, fizemos liturgia... fizemos catequese com as Irmãs, sabe... e uma coisa assim, uma coisa muito gostosa lá... Santas Missões Populares... lá existiu isso, a gente participou, uma coisa muito bonita, lá, muito boa.

FRS. Lira, das tuas lembranças, quando vocês chegaram aqui, e sobretudo no Asa Branca, a Igreja Católica era muito diferente da que vocês conheciam?

JL. A gente estranhou um pouco, em relação ao MA, principalmente a minha mãe né, eu também senti um pouco diferença. Lá tem um outro rito, o pessoal é mais empolgado; ali não sei, parece que a religião é muito mais forte lá no MA, parece-me né. Faz muito tempo que eu sai de lá, não me recordo muito, mas quando chegamos aqui sentimos um... uma... um pouco diferente, um pouco mais desanimado, um pouco mais sem vida, mas adaptamos.

FRS. E a comunidade católica, ela deu algum apoio a vocês que vieram do MA... Muita gente do MA naquela época.

JL. Tinha, tinha muito...

FRS. E..., vocês receberam, ou você soube de outras famílias que receberam apoio da Igreja Católica, aqui?

JL. Olha, pra falar a verdade, não!

FRS. Me diga uma coisa, depois que vocês chegaram a Roraima, já retornaram ao Maranhão? Cogitam a possibilidade de retornar para lá.

JL. Bom, já voltamos né, assim, a passeio, visitar os parentes, os amigos. Agora pra morar não. Nossa vida agora é aqui em Roraima. Tudo o que conseguimos, o que construímos... então não dá mais pra voltar atrás. Nossa vida agora é aqui em Roraima.

FRS. Como vocês avaliam a vinda de vocês aqui para Roraima?

JL. Acho que fizemos a coisa certa. Pode ser que no início houve algumas dificuldades, mas hoje, não. Temos uma vida muito boa aqui. As condições de trabalho é melhor que no Maranhão. Construímos nossa casa, constituímos família; a Igreja é aqui do lado..., nossa formação religiosa melhorou, passamos a conhecer mais a bíblia né, fortalecendo a nossa fé. Sou feliz de viver aqui nessa terra.

FRS. José, Te agradeço Por essa entrevista, pelo tempo que você me dedicou para a gente conversar um pouco sobre a sua vida de migrante. Obrigado.

15. Entrevista com Antonio dos Anjos Santos, idade: 52 anos, cidade de Origem: Açaílândia/MA, chegou à Roraima: 1980.

FRS. Muito boa tarde, estamos aqui com o sr. Antonio dos Anjos Santos (AAS), vamos fazer uma entrevista com ele sobre o seu processo de migração para Roraima (RR). Boa tarde Antonio.

AAS. Boa tarde.

FRS. Me fale um pouco da tua história, onde é que você morava, onde é que você vivia, o que vocês faziam antes de vir paraRR.

AAS. Antes de vir para RR é... eumrei em açailândia no Maranhão (MA). Moramos por... cinco anos né; a gente trabvalhava em fazendas, meu pai trabalhava como agricultor, a gente tava sempre nas fazendas, trabalhando, e tava trabalhando em roça né; no roçado, pra nós mesmos né, mas também pra sobreviver, tinha que trabalhar para os outros né, pra ganhar o dinheirinho pra sobreviver.

FRS. E por que vocês resolveram vir para RR?

AAS. Meu pai tinha um grande sonho, de... de ter sua terrinha, e lá ele não tinha condições de ter né, porque ele gostava, gostaria muito de trabalhar na sua própria terra.

FRS. E aqui, ele conseguiu realizar esse sonho?

AAS. Conseguiu.

FRS. Chegando aqui em RR, vocês forammorar aonde?

AAS. Os primeiros três meses, porque nós chegamos em 80(1980), em agosto de 80, nós moramos próximo, km 80 da BR 174; aí, depois de quatro meses nós fomos para BR 210 que aí fica na região do São Luiz do Anauá; moramoslá até 83 (1983).

FRS. Agora me diz uma coisa, como era a religião? Aprática religiosa de vocês lá no MA?

AAS. No MA ia padre uma vez ao ano... era aquela festa.vinha o pessoal, aquele pessoal que vendiam, todo tipo de... roupas, calçados, brinquedos; então a cada ano, sempre no final do ano, em dezembro, era aquela festa. O mais, era celebração dominical, celebração do domingo, tinha as catequeses.

FRS. E aqui em Boa Vista (BV), quando vocês começaram a frequentar no Asa Branca,é... você sentiu muita diferença do modelo de igreja daqui com o de lá, doMA?

AAS. Assim, primeiro que, quando nós chegamos aqui em RR, eu comecei ,é, a trabalhar em comunidade, lá na... na região 14 na região o São Luiz. Então comecei a trabalhar em comunidade, já fazendo leitura, ajudando. Quando eu cheguei aqui, logo que cheguei, já no primeiro domingo eu já procurei uma comunidade; aí foi quando eu fui pra comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro no Asa Branca. Assim, em relação a diferença, não muita. A única diferença porque aqui, sempre missa é aos domingos, lá não. O padre ia uma,duas vezes ao ano; mais, era celebração.

FRS. E tu, acha assim que a igreja, ela ajudou você assim que chegou em RR, ou em BV? Tiveram algumaajuda da igreja?

AAS. Não.

FRS. E no sentido assim, da acolhida, da recepção; no sentido de saber quem era, de onde vinha?

AAS. Não, não, não!

FRS. Você já tinham alguma estrutura quando chegaram pra ficar aqui em RR, ou vieram mesmo às cegas?

AAS. Às cegas. Meu pai... meu pai é, nós saímos de lá, só... só... só sabia que vinha pra RR; então nós viemos, ficamos em casa de amigos e, um período de dois meses foi feito uma casinha né, e nós ficamos debaixo dessa casa.

FRS. E na questão assim da pessoa, a igreja... nesse tempo que você participa da igreja,ela ofereceu formação, curso...algumacoisa que te ajudou a entender mais a vida, a realidade... aconteceu alguma coisa nesse sentido?

AAS. Com certeza. Todos os anos temos cursos né. No meu caso, que já passei pela catequese, pelo ministério da Palavra e da Eucaristia, então, sempre no ano tem vários cursos de formação.

FRS. Por qual razão vocês vieram morar em Boa Vista, já que seu pai era agricultor, e o sonho era ter uma terrinha?

AAS. Por motivo de doença. Meu pai adoeceu, aí não tinha mais condição de ficar morando na vicinal, no interior, porque não tinha acesso a saúde. Por esse motivo, vendemos tudo e viemos morar na cidade.

FRS. E passados mais de trinta anos desde que vocês chegaram aqui, né; como é que você avalia essa vida. A vida de vocês hoje tá melhor do que era no MA, igual ou piorou?

AAS. Tá melhor sim; primeiro que no MA eu não tive oportunidade de estudar, e a partir do momento que eu cheguei aqui em RR eu comecei a estudar. Quando eu cheguei em RR eu só tinha até a 4ª série. A partir do momento que eu cheguei a RR, comecei a fazer é, de 5ª a 8ª, pela via supletivo, muitas vezes é, viajando 18 km ou mais pra fazer provas, fazendo provas muitas vezes em Caracaraí também, as vezes ainda vinha fazer provas em Caracaraí; então melhorou bastante em relação, em relação ao estudo porque, porque hoje é, eu ter, eu sou professor, eu tenho pós-graduação e tudo, foi aqui em RR.

FRS. Antonio, muito obrigado por essa entrevista que você me concedeu.

AAS. Eu é que agradeço tá, contar um pouquinho a minha vida, seu eu fosse contar dava um livro.

FRS. Muito bem, quem sabe um dia você possa escrevê-lo.

16. Entrevista com Cícero dos Santos Filho, idade: 55 anos, cidade de Origem: Santa Luzia/MA, chegou à Roraima: 1982.

FRS. Estou aqui diante do senhor Cícero dos Santos Filho (CSF), o qual se disponibilizou a nos dar uma entrevista sobre sua experiência de migrante nordestino. Seu Cícero, fale-me um pouco do senhor... quem é o senhor.

CSF. Eu sou nordestino, de Santa Luzia/MA. Já fiz muitas viagens pelo Brasil né, sempre em busca de melhores condições de vida. Sempre trabalhei na roça, junto com meu pai. Mas eu sempre pensei em sair daquela vida, buscar alguma coisa diferente pra minha vida, algo que fizesse sentido e que desse um motivo pra gente trabalhar. Foi então que fizemos essa viagem pra Roraima... em 1982 acho... é, foi nesse ano; lembro porque nós tivemos um tempo de seca La na nossa terra, e foi muito difícil pra todo mundo.

FRS. E como se deu essa mudança para Roraima?

CSF. Foi assim, né, a gente já tava pensando em sair lá da nossa região, pois as coisas estavam muito difícil para os pobres. Mas a gente ainda não sabia pra onde ir. Foi então que ouvimos falar de garimpo aqui pra Roraima e a gente se animou porque diziam que havia muita facilidade para extração de ouro nos rios. Daí a gente decidiu vir pra trabalhar em garimpo de ouro.

FRS. Quem veio? A família toda...? Como foi isso?

CSF. Viemos eu, meu pai, e mais dois primos nossos. Na época eu era solteiro. Mas meus primos eram casados; sendo que só veio nós, não veio mulheres, porque a gente queria primeiro se organizar por aqui né.

FRS. E chegando aqui, como foi a acolhida, a recepção...? Quem deu apoio a vocês?

CSF. O pessoal do garimpo. Os donos do garimpo davam todo apoio, assim, né. Eles recrutavam a gente, pagavam a passagem, a comida, e a gente trabalhava na extração do ouro. Depois, ia pagando a dívida com a extração, com o próprio ouro. Depois de seis meses de trabalho, mandamos buscar a família, porque aqui era bem melhor em termos de ganhar a vida, do que lá onde morávamos, no Maranhão.

FRS. E onde instalaram a família? Porque... o garimpo fica na floreta, na mata, distante da cidade.

CSF. Pois é... mas aí nós compramos uma casinha em Boa vista, no bairro Asa Branca... tinha muitos barracos a venda, né, porque o dinheiro corria fácil, dinheiro do garimpo. Ai instalamos a família no Asa Branca. Eu ainda era solteiro nessa época.

FRS. E os homens continuavam suas atividades no garimpo? E como ficava a família?

CSF. É... Nós continuávamos no garimpo, agora era o nosso meio de vida. Mas a gente dava o suporte, né. Mandava ouro, mandava dinheiro... demorava, demorava quatro, cinco, seis meses aí a gente mandava uma quantidade de ouro que dava pra aguentar outro período.

FRS. Alguém mais ajudou a sua família durante esse tempo?

CSF. Ah! Sempre ajudava... o povo é muito solidário né. Então tinha também a igreja, que pra nós era ponto de referência. E nós sempre fomos muito católicos.

FRS. Como eram as práticas religiosas de vocês lá no MA?

CSF. Eu lembro que, desde pequeno, a gente tinha o costume de ir na igreja, na missa, para as rezas, para as novenas. Era coisa sagrada... todo mundo ia. Assim, a igreja sempre foi muito importante pra nós.

FRS. E no bairro Asa Branca? A igreja era muito diferente daquela que vocês conheciam?

CSF. Tinham as irmãs né, não eram os padres. No Asa Branca era a irmã Elisa que cuidava das coisas, visitando a gente, querendo saber como vivíamos quais as nossas necessidades, etc... E ajudavam, ajudavam muito a gente.

FRS. Então, qual era a importância da igreja pra vocês?

CSF. Bom, você sabe né, A igreja sempre foi importante pra nós, principalmente agora que nós estava longe de nossa terra. Participar da Igreja era como a gente voltar pra casa, voltar ao tempo em que morava no Maranhão. Embora fosse diferente.

FRS. E depois disso, em algum momento deu vontade de retornar para o MA?

CSF. Vontade a gente sempre tem né. De rever os que ficaram para trás, parentes, amigos, vizinhos. Sempre que a gente pode a gente volta para visitar o pessoal. Mas pra morar não dá mais. Eu, por exemplo, já casei aqui em Roraima, meus filhos nasceram em Roraima. Então somos roraimenses. Eu deixei pra trás alguma coisa, mas meus filhos não. Nunca conheceram outro lugar.

FRS. agora, passados uns 30 anos da sua vinda pra Roraima, e fazendo uma avaliação... o senhor acha que reconstruiu a sua vida aqui em Roraima... ainda se sente maranhense ou é totalmente roraimense?

CSF. Não, não... sou maranhense. Disso não abro mão, nem nego minhas origens. Só que eu vim pra cá..., muitos anos se passaram, muita coisa mudou na minha vida. Então sou também roraimense, mas não abro mão dos meus costumes.

FRS. Seu Cícero, agradeço pela oportunidade de ter conversado com o senhor sobre o seu passado e ter podido compreender melhor essa figura do povo maranhense que veio para Roraima. Muito obrigado.